

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A205-1CFE-3FEE-3D5B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A205-1CFE-3FEE-3D5B



Hash do Documento

89CFE47AE7D13FCF5C87E03BE12260207D775930D786D760A9296543984A59AD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

O Digo é um banco digital múltiplo. O portfólio de produtos do Banco contempla: cartão de crédito, crédito consignado (INSS e antecipação do saque aniversário FGTS), crédito pessoal e conta de pagamento 100% digital.

O objetivo de curto prazo é aumentar o engajamento e rentabilizar a base de clientes através do *cross-sell* dos nossos produtos e dos produtos do Bradesco por meio de APIs, entregando a experiência de um banco digital completo. Trabalhamos para ser uma das melhores plataformas de produtos e serviços financeiros da América Latina, proporcionando uma experiência simples, ágil e segura.

O Banco Digo encerrou o exercício de 2023 com 7 milhões de contas totais, registrando um crescimento de 38% em relação ao mesmo período de 2022. As operações consolidadas do Banco Digo registraram um crescimento anual de 78% na carteira e 32% nas receitas, considerando a diversificação com o aumento da representatividade dos produtos de menor risco de crédito.

Em 2023, superamos a marca de R\$ 1 bilhão em volume financiado do produto de antecipação do saque-aniversário FGTS. Lançamos o cartão de crédito Digo *One Visa Signature* para o segmento *premium* e registramos mais de 1 milhão de contas abertas na parceria com a Uber com cerca de

R\$ 20 bilhões de *cash-in* anual. Ampliamos as verticais de negócios com novas operações de antecipação de recebíveis de vendas que somaram um volume de R\$ 10 bilhões.

Seguimos bem avaliados pelos nossos clientes nas lojas de aplicativos e com excelente nível de atendimento e selo RA 1000 no Reclame Aqui (8,2).

No exercício de 2023, o Banco Digo registrou prejuízo líquido de R\$ 173,9 milhões, patrimônio líquido de R\$ 179,0 milhões e ativos totais de R\$ 8 bilhões.

O Banco Digo contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Ao encerramos o exercício, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionista pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 22 de março de 2024.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil							
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	8.934	9.055	Depósitos e demais instrumentos financeiros		7.662.613	4.660.372
Instrumentos financeiros		7.468.551	4.771.072	Depósitos.....	10a	5.514.459	2.629.222
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	5a	74.854	207.805	Obrigações por operações compromissadas.....	10b	365.056	235.930
Títulos e valores mobiliários.....	5b	1.146.074	960.827	Relações interfinanceiras.....	5c	1.775.805	1.786.450
Relações interfinanceiras.....	5c	2.475.996	669.008	Relações interdependências.....	10c	7.293	8.770
Operações de crédito.....	6a,4	2.109.548	1.356.515	Passivos fiscais		13.451	14.433
Outros créditos.....	6a.4	1.662.079	1.576.917	Passivos tributários correntes.....	22f.2	9.524	11.840
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(546.941)	(631.644)	Obrigações fiscais diferidas.....	22e	3.927	2.593
Operações de crédito.....		(501.790)	(575.194)	Provisões passivos contingentes	12d	8.905	8.858
Outros créditos.....		(45.151)	(56.450)	Outros passivos	11	112.311	136.647
Ativos Fiscais		778.067	661.162	Patrimônio líquido		179.000	152.961
Ativos tributários correntes.....	22f.1	8.073	38.599	Capital social.....	13a	641.336	441.336
Créditos tributários.....	22c	769.994	622.563	Reservas de capital.....	13b	295.764	295.764
Outros ativos	7	168.670	75.430	Outros resultados abrangentes.....		50	101
Imobilizado de uso	8	3.546	3.546	Prejuízos acumulados.....	13c	(758.150)	(584.240)
Intangível	9	236.751	196.741	Total do passivo		7.976.280	4.973.271
Depreciações e amortizações	8 e 9	(141.298)	(112.091)				
Total do ativo		7.976.280	4.973.271				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2º Semestre 2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		702.650	1.280.143	879.830
Operações de créditos.....	6g	623.094	1.120.784	763.497
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	5a.1 E 5b.3	79.556	159.359	116.333
Despesas da intermediação financeira		(281.982)	(454.046)	(161.248)
Operações de captação no mercado.....	10d	(281.935)	(453.866)	(161.030)
Resultado com variação cambial.....		(47)	(180)	(218)
Resultado bruto da intermediação financeira		420.668	826.097	718.582
Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(211.630)	(457.195)	(692.471)
Operações de créditos.....		(219.800)	(468.495)	(651.020)
Outros créditos.....		8.170	11.300	(41.451)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(331.819)	(688.902)	(643.900)
Receitas de prestação de serviços.....	14	76.555	158.616	166.451
Rendas de tarifas bancárias.....	14	11.581	16.773	20.131
Despesas de pessoal.....	15	(64.461)	(129.526)	(127.905)
Outras despesas administrativas.....	16	(267.406)	(533.802)	(495.000)
Despesas tributárias.....	17	(27.116)	(54.381)	(51.065)
(Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes.....		164	(47)	1.375
Outras receitas operacionais.....	18	16.693	30.616	24.734
Outras despesas operacionais.....	19	(77.829)	(177.151)	(182.621)
Resultado operacional		(122.781)	(320.000)	(617.789)
Outras receitas e despesas		13	34	75
Outras receitas.....		13	34	75
Resultado antes dos tributos e participações		(122.768)	(319.966)	(617.714)
Imposto de renda e contribuição social	22b	57.563	146.056	274.774
Correntes.....		944	5	(2.438)
Diferidos.....		56.619	146.051	277.212
Prejuízo líquido do exercício		(65.205)	(173.910)	(342.940)
Número de ações		3.359.732.662	3.359.732.662	493.143.409
Prejuízo por lote de mil ações		(0,019)	(0,052)	(0,695)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2º Semestre 2023	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo do semestre e exercícios.....	13c	(65.205)	(173.910)	(342.940)
Ajuste a valor de mercado disponível para venda.....		(4)	(51)	727
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....		211.630	457.195	692.471
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas.....	12	(164)	47	(1.375)
Créditos tributários.....		(56.619)	(146.051)	(277.212)
Depreciações e amortizações.....	16	15.645	29.207	26.622
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa..		47	180	(27)
Resultado líquido ajustado		105.330	166.616	98.266
(Aumento)/redução nas variações em ativos		(1.625.499)	(3.302.091)	(1.499.155)
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		147.077	132.951	(205.988)
Títulos e valores mobiliários.....		28.060	(185.247)	(196.290)
Ativos relações interfinanceiras.....		(1.189.587)	(1.806.988)	(132.322)
Operações de créditos.....		(514.148)	(1.380.093)	(927.423)
Ativos fiscais.....		22.635	30.526	(8.351)
Outros ativos.....		(119.535)	(93.240)	(28.781)
(Redução)/aumento nas variações em passivos		1.526.144	2.975.544	1.462.033
Depósitos.....		1.365.841	2.885.237	1.163.582
Operações compromissadas.....		38.734	129.126	235.930
Passivos relações interfinanceiras.....		126.272	(10.645)	64.593
Relações interdependência.....		452	(1.477)	5.832
Passivos tributários correntes.....		1.152	(595)	10.396
Passivos fiscais.....		(3)	(46)	659
Outros passivos.....		(3.069)	(24.336)	(11.806)
Impostos pagos.....		(980)	(1.721)	
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		5.975	(159.931)	61.144
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
(Adição) no intangível.....		(16.561)	(40.010)	(63.887)
(Adição) de imobilizado.....		-	-	(1.519)
Alienação de imobilizado de uso.....		-	-	8
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de investimentos		(16.561)	(40.010)	(65.398)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Aumento de capital.....		-	200.000	-
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de financiamento		(10.586)	59	(4.254)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(10.586)	59	(4.254)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial.....		19.567	9.055	13.282
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa.....		(47)	(180)	27
Saldo final.....		8.934	8.934	9.055
(Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(10.586)	59	(4.254)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Digo S.A. ("Banco Digo" ou "Banco"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, crédito e financiamento, o qual está autorizado a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda praticar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A partir de 2021 o Banco Digo é integralmente um banco digital, somos uma *bantech*, afinal, contamos com a solidez de um banco e agilidade de uma *fintech*. Além do cartão de crédito, com gestão completa pelo DigoApp, com loja própria, a DigoLoja, que oferecem vantagens exclusivas como parcelamento da fatura, recarga de celular, *tag* de estacionamento, pedágio e um clube de pontos *liveo*, o DigoClub. Novas *features* serão lançadas, trazendo mais vantagens para nossos clientes; o Banco Digo está investindo na eficiência de processos, qualidade na concessão de crédito e eficiência de cobrança, e por consequência, na satisfação dos seus clientes.

Para financiar a execução do seu plano de negócios, o Banco Digo privilegiou uma estrutura robusta de capital amparada no financiamento pelo banco controlador.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, quando aplicável.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2024.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Estas demonstrações financeiras seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação aqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações financeiras.

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente.

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. Nas demonstrações financeiras, a moeda de apresentação também é o real.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco Digo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 5a.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Em Reais mil				
	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2º Semestre 2023	2023	2022
Resultados do semestre e exercícios		(65.205)	(173.910)	(342.940)
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		(2)	(51)	727
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido.....		(6)	(96)	1.386
Efeito fiscal.....		4	45	(659)
Resultado abrangente do semestre e exercícios		(65.207)	(173.961)	(342.215)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Capital Social	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	441.336	295.764	(626)	(241.300)	495.174
Prejuízo do período.....	-	-	-	(342.940)	(342.940)
MTM - ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	727	-	727
Saldos em 31 de dezembro de 2022	441.336	295.764	101	(584.240)	152.961
Prejuízo do período.....	-	-	-	(173.910)	(173.910)
MTM - ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	(51)	-	(51)
Aumento de capital (deliberado em age de 22/05/2023).....	200.000	-	-	-	200.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	641.336	295.764	50	(758.150)	179.000
Saldos em 30 de junho de 2023	641.336	295.764	54	(692.945)	244.209
Prejuízo do período.....	-	-	-	(65.205)	(65.205)
MTM - ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	(4)	-	(4)</

...continuação



Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

m) Depósitos, captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia).

o) Resultado recorrente e não recorrente

Para classificação de resultado entre recorrente e não recorrente, o Banco Digo considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades do Banco.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios futuros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) DISPONIBILIDADES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Disponibilidade em moeda nacional	8.355	8.168
Disponibilidade em moeda estrangeira (1)	579	887
Total	8.934	9.055

(1) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício. Substancialmente o saldo da disponibilidade refere-se a partes relacionadas (Nota 20).

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Digo S.A. possuía carteira correspondente a aplicações interfinanceiras de liquidez, indexadas ao CDI, conforme abaixo:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	67.651	7.203	74.854
% de aplicações interfinanceiras de liquidez	90%	10%	100%

5.a.1) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

As receitas classificadas na demonstração do resultado, na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	10.987	27.711	12.520
Total	10.987	27.711	12.520

6) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

a) Modalidades e prazo

a.1) Curso normal

Prazo	2023				2022			
	Empréstimos	Outros créditos (1)	Total Prazo	% Prazo	Empréstimos	Outros créditos (1)	Total Prazo	% Prazo
1 a 30 dias	123.841	630.891	754.732	24%	74.450	650.919	725.369	32%
31 a 60 dias	86.852	310.621	397.473	13%	67.144	300.931	368.075	16%
61 a 90 dias	81.103	209.820	290.923	9%	23.854	182.683	206.537	9%
91 a 180 dias	189.451	339.298	528.749	17%	95.990	295.327	391.317	18%
181 a 360 dias	257.712	171.354	429.066	14%	114.430	145.769	260.199	12%
Acima de 360 dias	738.206	95	738.301	23%	279.123	1.288	280.411	3%
Total operação de crédito	1.477.165	1.662.079	3.139.244	100%	654.991	1.576.917	2.231.908	100%
% Curso normal	47,05%	52,95%			29,35%	70,65%		

(1) Com característica de concessão de crédito - cartão de crédito.

a.2) Curso anormal - Vencidos

Prazo	2023			2022		
	Empréstimos	Total Prazo	% Prazo	Empréstimos	Total Prazo	% Prazo
1 a 30 dias	59.823	59.823	10%	55.955	55.955	8%
31 a 60 dias	51.725	51.725	9%	51.122	51.122	8%
61 a 90 dias	56.104	56.104	10%	60.309	60.309	9%
91 a 180 dias	160.102	160.102	27%	191.010	191.010	29%
181 a 360 dias	259.288	259.288	44%	306.504	306.504	46%
Total operação de crédito	587.042	587.042	100%	664.900	664.900	100%
% Curso Anormal	100,00%			100,00%		

a.3) Curso anormal - Parcelas vencidas

Prazo	2023			2022		
	Empréstimos	Total Prazo	% Prazo	Empréstimos	Total Prazo	% Prazo
1 a 30 dias	10.226	10.226	22%	4.268	4.268	12%
31 a 60 dias	7.539	7.539	17%	4.099	4.099	11%
61 a 90 dias	5.745	5.745	13%	3.421	3.421	9%
91 a 180 dias	10.389	10.389	22%	8.492	8.492	23%
181 a 360 dias	7.072	7.072	16%	10.342	10.342	28%
Acima de 360 dias	4.370	4.370	10%	6.002	6.002	16%
Total operação de crédito	45.341	45.341	100%	36.624	36.624	100%
% Curso Anormal	100,00%			100,00%		

a.4) Total geral das classificações

Classificação	2023		2022	
	Empréstimos	Outros créditos (1)	Empréstimos	Outros créditos (1)
Curso normal	1.477.165	1.662.079	654.991	1.576.917
Curso anormal - Parcelas vencidas	587.042	-	664.900	-
Curso anormal - Parcelas vencidas	45.341	-	36.624	-
Total por operação de crédito	2.109.548	1.662.079	1.356.515	1.576.917
Total geral	3.771.627	3.771.627	2.933.432	2.933.432
% Total operação de crédito	55,93%	44,07%	46,24%	53,76%

(1) Com característica de concessão de crédito - cartão de crédito.

b) Concentração das operações de crédito

	2023		2022	
	Carteira	% (1)	Carteira	% (1)
Maior devedor	432	0,01%	909	0,03%
10 maiores devedores seguintes	2.188	0,06%	1.341	0,05%
50 maiores devedores seguintes	5.453	0,14%	3.878	0,13%
100 maiores devedores seguintes	6.443	0,17%	17.445	0,59%

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

c) Setor de atividade econômica

Setor privado:	2023		2022	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Pessoa física	3.771.195	99,99%	2.932.523	99,96%
Pessoa jurídica	432	0,01%	909	0,04%
Total	3.771.627	100,00%	2.933.432	100,00%

d) Modalidades e níveis de riscos

Níveis de riscos	2023				2022			
	Empréstimos	Outros créditos	Total	%	Total	%	Total	%
AA	649	6.192	6.841	0,18%	15.132	0,52%		
A	1.393.452	1.553.501	2.946.953	78,13%	1.518.151	51,75%		
B	53.359	36.718	90.077	2,39%	412.637	14,07%		
C	58.660	24.279	82.939	2,20%	237.003	8,08%		
D	80.453	9.003	89.456	2,37%	132.689	4,52%		
E	86.971	4.836	91.807	2,42%	96.981	3,30%		
F	58.835	2.072	60.907	1,61%	71.445	2,44%		
G	51.801	1.883	53.684	1,42%	68.662	2,34%		
H	325.768	23.595	349.363	9,26%	380.732	12,98%		
Total em 31/12/2023	2.109.548	1.662.079	3.771.627	100%	2.933.432	100%		
% operação de crédito 2023	56%	44%						
Total em 31/12/2022	1.356.515	1.576.917			2.933.432	100%		
% operação de crédito 2022	46%	54%						

e) Composição da carteira de operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão			
	Curso normal	Curso anormal	Total	%	Provisão total	%	Total	%
AA	6.838	3	6.841	0,18%				
A	2.915.145	31.808	2.946.953	78,13%	20.328	3,72%		
B	68.830	21.247	90.077	2,39%	2.520	0,46%		
C	37.747	45.192	82.939	2,20%	8.182	1,50%		
Subtotal	3.028.560	98.250	3.126.810	82,90%	31.030	5,68%		
D	31.771	57.685	89.456	2,37%	25.310	4,63%		
E	28.123	63.284	91.407	2,42%	45.350	8,30%		
F	5.762	55.145	60.907	1,61%	42.120	7,71%		
G	4.724	48.960	53.684	1,42%	53.250	9,75%		
H	40.304	309.059	349.363	9,26%	349.363	63,97%		
Subtotal	110.684	534.133	644.817	17,10%	515.393	94,33%		
Total em 31/12/2023	3.139.244	632.383	3.771.627	100%	546.423	100,00%		
Total em 31/12/2022	2.231.908	701.524	2.933.432	100%	631.644	100,00%		
%	76,09%	23,91%						

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	631.644	256.697
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	457.195	692.471
Baixas para prejuízo	(541.898)	(317.524)
Saldo inicial do exercício	546.941	631.644

g) Receita de Operações de crédito

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	2023	2022
Rendas de empréstimos	617.611	1.102.175	762.223
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.483	18.609	1.274
Total	623.094	1.120.784	763.497

b) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 a composição dos títulos e valores mobiliários estavam representados conforme abaixo:

5.b.1) Composição dos títulos segregando em carteira própria e vinculada

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Carteira própria:		
Letras financeiras do tesouro	253.670	119.548
Vinculados:		
Letras financeiras do tesouro	892.404	841.279
Total	1.146.074	960.827

5.b.2) Classificação dos títulos por categoria e vencimento

	De 31 a 180 dias		De 181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor contábil/mercado		Valor de custo		Ajuste a valor de mercado (1)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Títulos disponíveis para venda												
Letras financeiras do tesouro (1)	369.663	194.981	581.430	114.074	1.145.950	124						
Total em 31/12/2023	369.663	194.981	581.430	114.074	1.145.950	124						
Total em 31/12/2022	324.216	228.770	407.841	960.827	960.607	220						

(1) O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(2) Os títulos públicos estão custodiados em conta própria do Banco Digo no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic.

5.b.3) Classificadas na demonstração do resultado

continuação



Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Xingu, 512 - 7ª Andar - Alphaville - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Contas a pagar.....	39.365	59.898
Despesa de pessoal.....	29.200	28.195
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 20).....	23.808	22.408
Credores diversos (1).....	11.579	16.053
Incentivos a diferir (2).....	5.550	6.582
Outras despesas administrativas.....	2.809	3.495
Anuidades de cartão de crédito.....	-	16
Total.....	112.311	136.647

(1) Refere-se a recebimentos de incentivos cuja realização está atrelada a performance contratual; e
(2) Refere-se a provisões com perdas operacionais.

12) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O Banco Digo é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a) Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b) Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos morais e materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, procedência da reclamação, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c) Provisões fiscais

O Banco Digo é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

d) Provisões passivos

O Banco Digo é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Cíveis.....	6.945	7.112
Trabalhistas.....	1.300	1.517
Tributárias.....	660	229
Total.....	8.905	8.858

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

	R\$ mil			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
No final do exercício de 2022.....	7.112	1.517	229	8.858
Adição (Baixa).....	5.175	47	-	5.223
Reversão.....	(2.541)	(470)	(38)	(3.049)
Atualização monetária.....	206	468	(212)	462
No final do exercício de 2023.....	6.946	1.300	659	8.905

Passivos contingentes - risco de perda possível

O Banco Digo mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível e remoto não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 91.722 (R\$ 18.425 em 31 de dezembro de 2022) compõe processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda possível.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Capital Social (1).....	641.336	441.336
Total.....	641.336	441.336

(1) Em 25 de maio de 2023 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 200.000 mediante a emissão de 2.866.589.253 novas ações ordinárias com sua integralização na mesma data.

b) Reservas de capital

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Reservas de capital (1).....	295.764	295.764
Total.....	295.764	295.764

(1) Reserva de capital oriunda da incorporação reversa da Farly Participações Ltda.

c) Prejuízos acumulados

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Prejuízo acumulado inicial.....	(584.240)	(241.300)
Prejuízo do exercício.....	(173.910)	(342.940)
Total.....	(758.150)	(584.240)

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Interchange.....	67174	132.281	126.772
Rendas de comissões de operações pré-pagas.....	8.169	22.669	39.392
Rendas com cartões de crédito (1).....	11.859	18.400	18.553
Outras.....	934	2.039	1.865
Total.....	88.136	175.389	186.582

(1) Inclui tarifas bancárias, comissões e anuidades.

15) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre	Em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Proventos.....	(31.387)	(64.164)	(63.611)
Encargos sociais.....	(11.863)	(23.659)	(22.584)
Benefícios.....	(10.464)	(21.294)	(21.559)
Participação dos empregados no lucro.....	(10.677)	(20.322)	(19.750)
Outras.....	(70)	(87)	(401)
Total.....	(64.461)	(129.526)	(127.905)

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Sistema financeiro - correspondente no país.....	(127.535)	(258.428)	(194.061)
Serviços de terceiros.....	(70.519)	(142.525)	(119.324)
Processamento de dados.....	(25.095)	(53.500)	(60.214)
Depreciações e amortizações.....	(15.645)	(29.207)	(26.622)
Propaganda e publicação.....	(10.557)	(10.077)	(42.866)
Sistema financeiro.....	(5.528)	(11.537)	(22.173)
Comunicações.....	(2.407)	(4.526)	(5.861)
Aluguéis.....	(1.536)	(3.296)	(3.403)
Outras.....	(8.584)	(16.706)	(20.476)
Total.....	(267.406)	(533.802)	(495.000)

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Contribuição à Cofins.....	(20.843)	(40.382)	(37.497)
Contribuição ao PIS/PASEP.....	(3.396)	(6.579)	(6.118)
Impostos sobre serviços - ISS.....	(2.163)	(4.315)	(4.685)
IOF.....	(235)	(2.171)	(1.579)
Outros impostos e taxas.....	(479)	(934)	(1.186)
Total.....	(27.116)	(54.381)	(51.065)

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Outras receitas financeiras (1).....	12.987	18.128	19.928
Ressarcimento de custos (2).....	61	5.634	39
Reversão de provisões operacionais.....	1.900	3.359	34
Varição cambial.....	324	648	961
Outras.....	1.421	2.847	3.772
Total.....	16.693	30.616	24.734

(1) Incentivos e fee internacional com bandeiras; e
(2) Ressarcimento de contrato.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Descontos concedidos em renegociações (1).....	(42.939)	(87.053)	(52.209)
Fee de bandeiras.....	(15.462)	(27.180)	(34.006)
Despesas de juros sobre conta pagamento (2).....	(7.670)	(26.588)	(54.571)
Perdas operacionais.....	(1.127)	(14.639)	(8.718)
Centro administrativo compartilhado (Nota 20).....	(4.687)	(7.661)	(16.007)
Indenizações e custas judiciais.....	(3.381)	(6.491)	(8.585)
Despesas de cashback.....	(47)	(3.029)	(1.978)
Despesas de processamento de cartão.....	(1.650)	(2.938)	(3.799)
Outras.....	(866)	(1.572)	(2.748)
Total.....	(77.829)	(177.151)	(182.621)

(1) Ação de cobrança a fim de mitigar o aumento de PLC (perdas líquidas de crédito) impulsionado pelos feirões de crédito; e
(2) Remuneração da conta digital.

20) PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pelo Banco com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Kartra Participações Ltda.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária, tais como: Alelo S.A., Lívolo S.A., Elo Serviços S.A., Banco Bradesco S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., Bradesco Saúde S.A., Odontoprev S.A., e o Bradesco Vida e Previdência S.A.

O Banco na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.804	923	-	-
Banco Bradesco S.A.....	1.804	923	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	72.546	205.764	-	-
Banco Bradesco S.A.....	72.546	205.764	-	-
Captação em depósitos interfinanceiros (Nota 10).....	(5.017.543)	(2.082.271)	(430.880)	(124.929)
Banco Bradesco S.A.....	(5.017.543)	(2.082.271)	(430.880)	(124.929)
Outros depósitos.....	(4.681)	(6.69)	3.506	1.899
Lívolo S.A.....	(4.681)	(669)	3.506	1.899
Captação em depósitos a prazo (Nota 10).....	-	-	(21.490)	-
Alelo S.A.....	-	-	(21.490)	-
Lívolo S.A.....	-	-	(16.670)	-
Elo Participações Ltda.....	-	-	(290)	-
Obrigações por operações compromissadas (Nota 10).....	(365.056)	(235.930)	(22.706)	(14.179)
Banco Bradesco S.A.....	(365.056)	(235.930)	(22.706)	(14.179)
Valores a receber.....	28.505	598.662	-	-
Alelo S.A.....	28.505	597.102	-	-
Elo Serviços S.A.....	-	1.560	-	-

Valores a pagar (Nota 11)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Banco Bradesco S.A.....	(24.177)	(23.665)
Alelo S.A.....	(6.171)	(4.397)
Bradesco Saúde S.A.....	(17.637)	(18.276)
Serviços prestados.....	(369)	(992)
Lívolo S.A.....	-	-
Sistema financeiro - correspondente no país.....	-	(204.380)
Alelo S.A.....	-	(204.380)
Serviços do sistema financeiro.....	-	(1.295)
Banco Bradesco S.A.....	-	(1.295)
Rendas com incentivos.....	-	-
Elo Serviços S.A.....	-	-
Serviços administrativos.....	-	(10.038)
Elo Participações Ltda.....	-	(7.661)
Lívolo S.A.....	-	(2.377)
Despesas de pessoal.....	-	(13.064)
Bradesco Vida e Previdência S.A.....	-	(2.438)
Odontoprev S.A.....	-	(134)
Bradesco Saúde S.A.....	-	(10.189)
Elo Serviços S.A.....	-	(303)
Despesas de processamento de cartão.....	-	(1.774)
Banco Bradesco S.A.....	-	(1.774)
Despesas com serviços associação a transações de pagamentos.....	-	(114)
Elo Serviços S.A.....	-	(114)
Rendas com aplicações financeiras.....	-	22.374
Banco Bradesco S.A.....	-	22.374

21) REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O montante global anual da remuneração dos Administradores é definido anualmente na Assembleia Geral Ordinária e fixado conforme determina o Estatuto Social.

Os honorários dos Administradores em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 1.069 (R\$ 1.009 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas de pessoal".

Aos empregados é concedida uma gratificação com base nas metas do Banco Digo definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas do Banco Digo.

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para gratificação aos empregados, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 20.322 (R\$ 19.750 em 31 de dezembro de 2022), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas de pessoal".

O Banco Digo dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida do Banco Digo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está contabilizada na rubrica "Despesa de pessoal" e totalizaram R\$ 2.208 e R\$ 1.665 respectivamente.

a) Outras informações

Conforme determina a Resolução nº 4.693, as operações com partes relacionadas, são realizadas em condições compatíveis com as transações efetuadas com terceiros no que tange a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis.

No exercício, não foram realizadas operações de crédito ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º Semestre	Em 31 de dezembro
	2023	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, deduzidas as participações estatutárias no lucro.....	(122.768)	(319.966)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(55.246)	(143.985)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e garantias prestadas.....	(117)	(22)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	51.731	147.167
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL.....	(372)	(841)
Ativo fiscal diferido.....	(56.619)	(146.051)
Obrigações fiscais diferidas.....	(458)	(1.380)
Participação nos lucros - funcionários.....	4.876	186
Provisão para despesas de pessoal e administrativas.....	187	258
Incentivos fiscais.....	(107)	(249)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	225	536
Amortização de ágio.....	-	-
Outros valores.....	(1.663)	(1.675)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(57.563)	(146.056)



Banco Digo S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada dentro da estrutura de Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de Gestão de Riscos tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o Banco. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas futuras, e por consequência seu capital, fazendo com que este seja utilizado de forma segura e rentável.

O Banco Digo dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

c) Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada dentro da estrutura da Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

O Banco Digo está exposto a risco cambial e de taxa de juros da carteira (IRRBB) em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais. O Banco Digo dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira do banco, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d) Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada dentro da estrutura da Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A estrutura está alinhada com as melhores práticas de mercado, políticas internas do Banco Digo.

e) Gestão de capital

A atividade de gerenciamento de capital é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da estrutura de Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de Gestão de Riscos mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital do Banco Digo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência (PR).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ (173.910) mil, não havendo resultado não recorrente.

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (342.940) mil, não havendo resultado não recorrente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

Já em relação à contabilidade de instrumentos destinados a *hedge*, a avaliação da efetividade de operações de *hedge* passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

O Digo preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

O Digo vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Carlos Giovane Neves

Diretor-Presidente

Marcelo Scarpa Rezende Leite

Diretor

Douglas Paz de Lima
Contador – CRC 1SP201688/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselho da Administração e aos Administradores do

Banco Digo S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Digo S.A. ("Banco Digo" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Digo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4272-A42A-A139-6FD2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4272-A42A-A139-6FD2



Hash do Documento

B999255F4DA69F5D5476A168813EC2A7663534D4F46B14D78C37E9AF003580D9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 10:53 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

CNPJ nº 15.011.336/0001-27
Sede: Rua Domingos Sérgio dos Anjos, 277 - 3ª Andar - Jardim Santo Elias - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 207.281 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.037.349 mil e

Ativos Totais de R\$ 1.085.807 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 28 de março de 2024.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023		2022		Passivo	Nota	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Circulante		342.915	100.244	296.433	17.940	Circulante		44.650	136.042	4.422	44.097
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	296.433	17.940	296.433	17.940	Contas a Pagar	11	4.422	44.097	-	-
Contas a Receber	6	1.256	324	1.256	324	Outras Obrigações	12	40.228	91.945	27.834	72.132
Outros Créditos	7	45.226	81.980	45.226	81.980	Obrigações Trabalhistas	12	27.834	72.132	12.394	19.813
						Impostos e Obrigações a Recolher	13	12.394	19.813	-	-
Não Circulante		742.892	1.340.010	786.374	1.362.070	Não Circulante		3.808	7.793	3.808	6.420
Outros Créditos		363	-	363	-	Contas a Pagar	12	-	6.420	-	-
Créditos Fiscais Diferidos	16c	239.721	273.151	239.721	273.151	Outras Obrigações	14	3.808	1.373	3.808	1.373
Investimento	8	-	455.219	-	455.219	Provisões para Contingências Trabalhistas		-	-	-	-
Imobilizado	9	9.200	23.474	9.200	23.474	Total Passivo		48.458	143.835	48.458	143.835
Intangível	10	493.608	588.166	493.608	588.166						
Total do Ativo		1.085.807	1.440.254	1.085.807	1.440.254	Patrimônio Líquido					
						Capital Social	15	1.233.746	1.700.329	(196.397)	(403.678)
						Prejuízos Acumulados		-	-	-	-
						Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	(232)
						Total Patrimônio Líquido		1.037.349	1.296.419	1.037.349	1.296.419
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.085.807	1.440.254	1.085.807	1.440.254

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas/(Despesas) Operacionais		667.406	689.171
Receitas de Serviços	17	763.914	789.077
Impostos e Contribuições sobre Serviços	18	(96.508)	(99.906)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(386.239)	(1.126.481)
Outras Despesas Administrativas	20	(238.538)	(804.406)
Despesas com Pessoal	19	(182.976)	(374.650)
Resultado da Equivalência Patrimonial		34.132	56.820
Despesas Tributárias	18	(2.131)	(3.797)
Outras Receitas/Despesas		3.274	(448)
Resultado Financeiro		10.815	14.152
Resultado Financeiro Líquido	21	10.815	14.152
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		291.982	(423.158)
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	(84.701)	162.538
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período		207.281	(260.620)
Número de Ações		33.763.363	33.177.707
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ações em R\$		6,14	(7,86)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro/Prejuízo Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	291.982	(423.158)
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	63.108	29.512
Depreciação	(3.689)	6.930
Amortização	80.788	78.686
Resultado da Equivalência Patrimonial	(34.132)	(56.820)
Amortização Juros sobre Arrendamento	571	764
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	19.647	(4)
Impairment	(77)	(48)
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	355.090	(393.646)
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(932)	60.023
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(77.272)	(5.823)
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	25.147	(57.500)
(Aumento)/Redução em Depósitos Judiciais Cíveis	(363)	-
Aumento/(Redução) em Contas a Pagar	(24.007)	(69.899)
Aumento/(Redução) em Impostos e Obrigações a Recolher	(12.706)	8.438
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(44.299)	10.028
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	42.364	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	263.022	(448.379)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado	(3)	(9.848)
Recebimento de Dividendos	540	539
Aquisição de Intangíveis	-	(248.063)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	537	(257.372)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social	23.000	676.000
Pagamento de Passivos de Arrendamento	(8.066)	891
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	14.934	676.891
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	278.493	(28.860)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	17.940	46.800
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	296.433	17.940
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	278.493	(28.860)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., é uma Sociedade Fechada que desenvolve atividades não financeiras, tais como: (a) intermediar e promover serviços relacionados ao mercado financeiro; (b) explorar atividades de correspondente bancário de instituições financeiras; (c) distribuir outros produtos e serviços financeiros admitidos pela legislação vigente; (d) prestar serviços de consultoria e assessoria em operações e na aquisição de produtos e serviços financeiros; (e) prover serviços de tecnologia da informação para melhorar a experiência do consumidor de serviços e produtos financeiros; e (f) ofertar e gerir programas de benefícios, fidelidade e pontos.

A Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024.

A Sociedade está domiciliada na Rua Domingos Sérgio dos Anjos, 277, 3ª Andar, Piratuba, São Paulo.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo, exceto quando indicado pontualmente algum elemento patrimonial mensurado pelo valor justo.

A companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos, e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Contas a receber

São representados por recebíveis do Banco Bradesco e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não houve qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48. A composição das contas a receber está apresentada na Nota 6.

2.5) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados. Trata-se de despesas relativas à licença de uso não perpétua e suporte técnico.

2.6) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda anual (R\$ 20 mil mensais). Para a contribuição social sobre o lucro líquido a alíquota incidente é de 9% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. A composição dessas despesas está apresentada na Nota 16(a).

• Créditos tributários

Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido são calculados sobre as adições temporárias. Tais créditos tributários serão realizados quando da sua utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. A composição dos créditos tributários está apresentada na Nota 16(c).

• Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de impostos e contribuições correntes é o imposto e a contribuição social a pagar calculados sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos e contribuições correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração. Os impostos e contribuições são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e/ou passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos para fins das demonstrações financeiras e os utilizados para fins de tributação. As mudanças dos créditos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os créditos tributários são ativos quando há expectativa de sua realização no futuro. A realização ocorre somente quando determinados critérios forem atendidos. Sobre esta realização veja Nota 16(d).

2.7) Investimento

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente Impairment do ativo.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 8.

2.8) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É mensurado pelo custo de aquisição e inclui os custos diretamente relacionados, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo: móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; computadores - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment). A composição dos custos dos bens e suas depreciações e perdas por impairment correspondentes está apresentada na Nota 9.

2.9) Intangível

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Sociedade tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas por impairment acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e licença de uso perpétua - 20% ao ano. O direito de exploração de folha de pagamento está sendo amortizado de maneira não linear pelo prazo do contrato, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. A composição dos custos dos bens e suas amortizações correspondentes está apresentada na Nota 10.

2.10) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para verificar o seu valor recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre o seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

2.11) Direito de uso e contas a pagar - arrendamentos

De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Estatutária	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.024.329	-	-	(143.058)	(521)	880.750
Aumento de Capital Social	18a	676.000	-	-	-	-	676.000
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(260.620)	-	(260.620)
Equivalência Patrimonial		-	-	-	-	289	289
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.700.329	-	-	(403.678)	(232)	1.296.419
Redução de Capital Social	18a	(466.583)	-	-	-	-	(466.583)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	207.281	-	207.281
Equivalência Patrimonial		-	-	-	-	232	232
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.233.746	-	-	(196.397)	-	1.037.349

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro/Prejuízo do Exercício	207.281	(260.621)
Outros Resultados Abrangentes	232	289
Total do Resultado Abrangente	207.513	(260.332)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, bem como pode ser periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, quando houver tais perdas.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. Geralmente a Sociedade utiliza a sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento referem-se ao aluguel da sede da Sociedade. Os detalhes deste arrendamento estão apresentados na Nota 9.

2.12) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base pro rata dia). Os passivos apresentados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base pro rata dia).

2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade que está especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. O reconhecimento da receita ocorre quando a Sociedade satisfaz à obrigação de performance ao transferir o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, conforme CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente.

2.14) Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem as receitas e despesas de juros. Ambas são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A composição das receitas financeiras líquidas está apresentada na Nota 21.

2.15) Benefícios pós-emprego

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. A Sociedade é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de contribuição definida. O pagamento das contribuições para o plano é reconhecido mensalmente como despesa no resultado da Sociedade. Uma vez pagas as contribuições, a Sociedade, na qualidade de empregadora e patrocinadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

2.16) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

CNPJ nº 15.011.336/0001-27
Sede: Rua Domingos Sérgio dos Anjos, 277 - 3º Andar - Jardim Santo Elias - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

10) INTANGÍVEL

Composição dos ativos intangíveis:

	Em 31 de dezembro				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido	
				de depreciação	
			2023	2022	
Licenças de uso.....	20%	88.604	(47.233)	41.371	62.989
Sistema de processamento de dados.....	10% e 20%	668.597	(216.360)	452.237	525.145
Direito de exploração da folha de pagamento.....	Pelo prazo do contrato	-	-	-	32
Total em 31 de dezembro de 2023.....		757.201	(263.593)	493.608	
Total em 31 de dezembro de 2022.....		773.882	(185.716)	588.166	

11) CONTAS A PAGAR

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Serviços especializados.....	3.212	35.744
Diversos.....	704	364
Administrativo.....	271	728
Consultorias.....	97	702
Processamento.....	100	1.387
Marketing.....	-	817
Arrendamento (1).....	-	10.775
Total de contas a pagar.....	4.422	50.517

(1) Refere-se a direito de uso de imóvel alugado utilizado como sede administrativa da Sociedade. O contrato foi encerrado em 2023.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Provisões com despesa de pessoal e encargos.....	15.282	43.133
Outras obrigações (1).....	12.552	28.999
Total.....	27.834	72.132

(1) Refere-se a provisão de remuneração variável, participação nos lucros e resultados.

13) IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social.....	5.287	-
PIS e Cofins sobre faturamento.....	3.457	5.054
Encargos sociais.....	2.109	8.848
Imposto sobre serviço.....	1.431	3.109
CSLL, PIS e Cofins - Lei nº 10.833/03.....	67	2.137
Outras obrigações a recolher.....	38	170
Imposto de renda retido na fonte.....	20	495
Total.....	12.394	19.813

14) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias contingentes trabalhistas

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "unicidade de emprego, equiparação salarial e horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses, considerando o ano do ajuizamento.

Movimentação das provisões:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
No início do período.....	1.373	271
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	2.435	1.102
No final do período.....	3.808	1.373

II - Processos cíveis e fiscais

Não há processos cíveis e fiscais no período.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Não há processos cíveis e fiscais no período.

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição do capital social em cotas:

O capital social no montante de R\$ 1.233.746 (2022 - R\$ 1.700.329) está totalmente subscrito e integralizado. É composto por 33.763.363 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal (2022 - 33.177.707).

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido ajustado, conforme definido no estatuto da Sociedade. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Sociedade.

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias.....	33.763.363	33.177.707
Total.....	33.763.363	33.177.707

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	291.982	(423.158)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(99.274)	-
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial.....	11.605	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	2.968	26.618
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(84.701)	-

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(51.271)	-
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(33.430)	162.538
Total dos ativos fiscais diferidos.....	(33.430)	162.538
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(84.701)	162.538

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

	Saldo em 31 de dezembro			
	2022	Constituição	Realização	2023
Prejuízo fiscal/Base negativa.....	252.876	-	(22.244)	230.632
Adições/Exclusões temporárias.....	20.275	-	(11.186)	9.089
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias...	273.151	-	(33.430)	239.721
Total dos créditos tributários.....	273.151	-	(33.430)	239.721
Obrigações Fiscais diferidas.....	-	-	-	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas....	273.151	-	(33.430)	239.721

d) Previsão de realização dos créditos tributários

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. A ativação está baseada na projeção de resultados futuros e em estudo técnico realizado com a finalidade de verificar o período da realização dos referidos créditos tributários.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

Piributaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O resultado do estudo técnico e das projeções de resultados futuros demonstrou que a realização dos créditos tributários provenientes do imposto de renda e da contribuição social, conforme tabela a seguir:

Exercício	Em 31 de dezembro	
	IR Diferido	CSLL Diferido
2024.....	2.407	866
2025.....	2.700	972
2026.....	2.621	944
2027.....	2.767	996
2028.....	2.242	807
Acima de 5 anos.....	163.529	58.870
Total.....	176.266	63.455

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 239.721 mil (2022 - R\$ 228.276 mil) de diferenças temporárias. Não há créditos tributários não ativados.

e) Tributos a compensar ou recuperar

Referem-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, impostos retidos sobre prestação de serviços (IR, CS, PIS e Cofins) e impostos a compensar de IRPJ e CSLL de períodos anteriores, no montante de R\$ 45.983 mil (2022 - R\$ 11.084 mil).

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Receitas com processamento de dados.....	613.400	631.729
Receitas com correspondentes bancários no país.....	145.167	155.981
Receitas com intermediação de transações.....	5.347	1.367
Total.....	763.914	789.077

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Contribuição à Cofins.....	(12.605)	(59.970)
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	(25.846)	(26.916)
Contribuição ao PIS.....	(58.057)	(13.020)
Outros impostos.....	(2.131)	(3.797)
Total.....	(98.639)	(103.703)

19) DESPESAS COM PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Proventos.....	(103.732)	(223.190)
Encargos sociais.....	(38.955)	(67.387)
Benefícios.....	(37.040)	(66.674)
Outros.....	(3.249)	(17.399)
Total.....	(182.976)	(374.650)

20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Depreciação e amortização.....	(86.782)	(85.501)
Processamento de dados e licenças de uso.....	(69.229)	(185.447)
Serviços técnicos especializados.....	(61.471)	(162.933)
Propaganda e publicidade.....	(11.086)	(356.224)
Outros.....	(8.276)	(1.057)
Comunicação.....	(1.693)	(13.244)
Total.....	(238.538)	(804.406)

21) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Rendimento em Certificado de Depósitos Bancários - CDB.....	11.418	16.274
Despesas financeiras de arrendamento.....	(572)	(764)
Outras despesas financeiras.....	(31)	(1.358)
Total.....	10.815	14.152

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Operações com pessoal-chave da Administração

Atualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados: (i) o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e (ii) a verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R\$ 6.550 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.900 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2022
Remuneração.....	12.450	18.960

A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

b) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com o CPC 05 - Partes Relacionadas. A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores do controlador. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1) (2)		Coligadas e controladas (2)	
	2023	2022	2023	2022
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa.....	296.433	17.940	-	-
Contas a receber.....	1.256	324	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2023	2022	2023	2022
Receita de prestação de serviços.....	752.472	787.710	-	-
Receita financeira.....	11.418	16.274	-	-
Despesas operacionais.....	-	-	(39.731)	(69.043)
Despesas gerais.....	-	-	-	(1.343)

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Alelo S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Saúde S.A., BSP Empreendimentos Imobiliários, Bradesco Seguros S.A., LIVELO S.A., Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Não há processos judiciais de natureza cível e fiscal com saída de recursos provável ou possível a serem evidenciados nestas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022; e

b) A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

24) EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 janeiro de 2024, foi aprovada a redução do capital social, no valor de R\$ 528.918 mil, com o objetivo de:

- a) transferir os ativos e passivos associados a atividade do Next, permanecendo na empresa apenas saldos e transações não operacionais;
- b) buscar maior sinergia e eficiência operacional, com a consequente otimização e racionalização dos custos financeiros, operacionais, administrativos e legais;
- c) consolidar a estratégia de negócio de operar o portfólio de produtos em uma única entidade legal, o Bradesco.

DIRETORIA

Humberto Lucas Pereira da Cruz
Contador - CRC 1SP325329/O-7

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D5A9-1229-91F4-B12F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D5A9-1229-91F4-B12F



Hash do Documento

6ED404CF2905BE4E11864F830FB21D0C5D8CFF505F1E05EBE8E7580ABC806962

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 47.574 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 122.674 mil

e Ativos Totais de R\$ 125.260. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 28 de março de 2024.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		53.919	417.390	Circulante		2.451	21.527
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	51.198	400.126	Contas a Pagar.....	11	581	11.899
Contas a Receber.....	6	1.925	16.036	Outras Obrigações.....		1.870	9.628
Outros Créditos.....	7	796	1.228	Impostos e Obrigações a Recolher.....	12	918	8.704
				Obrigações Trabalhistas.....		499	384
				Obrigações Sociais e Estatutárias.....	13c	453	540
Não Circulante		71.341	59.485	Não Circulante		134	130
Ativos Financeiros - VJORA.....	8	52.675	47.552	Outras Obrigações.....		134	130
Outros Créditos.....	7	61	21	Impostos e Obrigações a Recolher.....	12	7	4
Créditos fiscais diferidos.....	7	204	2.897	Contingências Cíveis.....	14	66	65
Imobilizado.....	9	35	54	Outras Provisões.....		61	61
Intangível.....	10	18.366	8.961	Total Passivo		2.585	21.657
Total do Ativo		125.260	476.875	Patrimônio Líquido			
				Capital Social.....		50.000	210.000
				Reservas de Lucros.....	13b	72.672	245.450
				Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		3	(232)
				Total Patrimônio Líquido		122.675	455.218
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		125.260	476.875

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas/(Despesas) Operacionais		91.932	91.932
- Receitas de Prestação de Serviços.....	15	33.527	103.594
- Impostos e Contribuições sobre Serviços.....	16	(3.775)	(11.662)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(11.467)	(54.842)
- Despesas Administrativas.....	17	(9.213)	(51.754)
- Despesas com Pessoal.....	18	(2.844)	(3.054)
- Despesas Tributárias.....	16	(5)	(10)
- Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	19	595	(24)
Resultado Financeiro		53.480	48.395
- Resultado Financeiro Líquido.....	20	53.480	48.395
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		71.765	85.485
- Imposto de Renda e Contribuição Social.....	21b	(24.091)	(28.665)
Lucro Líquido do Período		47.674	56.820
Número de Ações.....		2.632.579	2.632.579
Lucro Líquido por Ações em R\$.....		18,11	21,58

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	71.765	85.486
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	4.413	2.056
Depreciação e Amortização.....	4.459	2.313
(Reversão) de Perda Esperada.....	(42)	(195)
(Reversões)/Constituições de Provisões Cíveis.....	1	(57)
(Constituição)/Reversão de Impairment.....	(5)	(5)
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	76.178	87.542
(Aumento)/Redução em Contas a Receber.....	14.153	(3.238)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros.....	(4.767)	(5.805)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	366	383
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas.....	24	(332)
Aumento/(Redução) em Contas a Pagar.....	(11.318)	8.020
Aumento/(Redução) em Impostos e Obrigações a Recolher.....	(737)	(9.291)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(11.467)	8
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(16.981)	(45.577)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	45.451	31.710
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Intangível.....	(13.839)	(5.946)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(13.839)	(5.946)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Redução de Capital Social.....	(180.000)	-
Dividendos Pagos.....	(200.540)	(1.079)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(380.540)	(1.079)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(348.928)	24.685
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	400.126	375.441
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	51.198	400.126
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(348.928)	24.685

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2024.

A Companhia está domiciliada no núcleo Cidade de Deus S/N, prédio cinza, 1ª andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos, e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Contas a receber

São representados por recebíveis que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

2.5) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido), (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurado ao custo amortizado.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest), que corresponde a pagamentos de principal e juros. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com esta finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

2.8) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por softwares são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

2.10) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		145.000	17.819	236.351	(521)	-	398.649
Aumento de Capital Social.....	13a	65.000	-	(65.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....		-	-	-	-	56.820	56.820
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....		-	-	-	289	-	289
Destinações: - Reservas		-	2.841	53.439	-	(56.280)	-
- Dividendos Propostos.....	13c	-	-	-	-	(540)	(540)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		210.000	20.660	224.790	(232)	-	455.218
Aumento de Capital Social.....	13a	20.000	-	(20.000)	-	-	-
Redução de Capital Social.....		(180.000)	-	-	-	-	(180.000)
Lucro Líquido do Exercício.....		-	-	-	-	47.674	47.674
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....		-	-	-	235	-	235
Dividendos Deliberados.....		-	-	(200.000)	-	-	(200.000)
Destinações: - Reservas		-	2.383	44.838	-	(47.221)	-
- Dividendos Propostos.....	13c	-	-	-	-	(453)	(453)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		50.000	23.043	49.628	3	-	122.674

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro/Prejuízo do Exercício	47.674	56.820
Outros Resultados Abrangentes	235	(289)
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	235	(289)
Total do Resultado Abrangente	47.909	56.531

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.11) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento, atualização monetária de tributos a compensar e atualização monetária de depósitos judiciais.

2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despeza com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 21.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização. Na busca das melhores práticas, o dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Companhia, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos do Bradesco, no gerenciamento de riscos que a Companhia está exposta, tais como: risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

11) CONTAS A PAGAR

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Serviços especializados, manutenção e mídia (1).....	197	9.217
Provisão de incentivo de marketing (2).....	176	176
Outros.....	208	2.506
Total.....	581	11.899

(1) Referem-se a notas fiscais para pagamentos de contratação de serviços especializados em gestão e controle de todas as transações de compras feitas através do portal ShopFácil, manutenção e suporte técnico ao sistema gerenciador, e mídia que inclui as divulgações em mídias sociais (propaganda) e o marketing da empresa; e
(2) Refere-se a recurso obtido da Bandeira para utilização em campanha promocional.

12) IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	577	7.622
PIS e Cofins sobre faturamento.....	234	811
Imposto sobre serviço.....	39	191
Encargos sociais.....	75	68
CSLL, PIS e Cofins - Lei nº 10.833/03.....	-	13
Imposto de renda retido na fonte.....	-	3
Total.....	925	8.708

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias.....	2.632.579	2.632.579
Total.....	2.632.579	2.632.579

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 22 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 65.000, elevando-o de R\$ 145.000, para R\$ 210.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 25 de abril de 2023, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 20.000, elevando-o de R\$ 210.000, para R\$ 230.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2023, foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$ 180.000, sem o cancelamento de ações, alterando-o de R\$ 230.000 para R\$ 50.000.

b) Reservas de lucro

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Reservas de lucros.....	47.221	245.451
- Reserva legal (1).....	2.383	20.660
- Reserva estatutária (2).....	44.838	224.790

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos. (art.199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		%	(1)
	2023	2022		
Lucro líquido do exercício.....	47.674	56.820		
Reserva legal.....	(2.383)	(2.841)		
Base de cálculo.....	45.291	53.979		
Dividendos mínimos obrigatórios.....	453	540	1	1

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

14) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes Cíveis classificados como perdas prováveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Empresa.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Movimentação das provisões:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
No início do período.....	65	122
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	1	(57)
No final do período.....	66	65

c) Passivos contingentes cíveis classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023 R\$ 0,00 (2022 - R\$ 145).

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Intermediação de meios de pagamentos.....	33.208	84.862
Intermediação de vendas - Aplicativo.....	295	12.852
Intermediação de vendas.....	9	5.880
Outros.....	15	-
Total.....	33.527	105.594

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Contribuição à Cofins.....	(2.548)	(7.875)
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	(676)	(2.078)
Contribuição ao PIS.....	(553)	(1.710)
Outros impostos.....	(3)	(9)
Total.....	(3.780)	(11.672)

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Depreciações e amortizações.....	(4.783)	(2.307)
Assessoria técnica em processamento de dados.....	(2.026)	(8.205)
Serviços de terceiros.....	(1.046)	(2.693)
Outras despesas.....	(1.017)	(2.243)
Publicidade e propaganda.....	(200)	(34.846)
Serviços especializados.....	(141)	(1.460)
Total.....	(9.213)	(51.754)

18) DESPESAS COM PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Proventos.....	(1.653)	(1.888)
Benefícios.....	(700)	(688)
Encargos sociais.....	(453)	(448)
Outros.....	(38)	(30)
Total.....	(2.844)	(3.054)

19) RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Descontos concedidos.....	(196)	(29)
Reversões de provisões.....	790	5
Total.....	595	(24)

20) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Rendimento em Certificado de Depósitos Bancários.....	49.077	44.993
Rendimento em letras financeiras.....	6.931	5.656
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros.....	-	-
Outras receitas e despesas financeiras.....	(2.528)	(2.254)
Total.....	53.480	48.395

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	71.765	85.485
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente (24.400).....	(24.400)	(29.065)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(121)	(1.575)
Outros (1).....	430	577
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(24.091)	(30.063)

(1) Refere-se basicamente aos incentivos fiscais e o efeito do adicional de IR (10%).

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(21.518)	(30.063)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(2.573)	1.398
Total dos ativos fiscais diferidos.....	(2.573)	1.398
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(24.091)	(28.665)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

	2022		Saldo em 31 de dezembro	
	Constituição	Realização	Realização	2023
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias...	2.777	163	(2.736)	204
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	120	-	(120)	-
Total dos créditos tributários.....	2.897	163	(2.856)	204
Obrigações fiscais diferidas.....	(4)	(3)	-	(7)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	2.893	-	-	197

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. A ativação está baseada na projeção de resultados futuros e em estudo técnico realizado com a finalidade de verificar o período da realização dos referidos créditos tributários. O resultado do estudo técnico e das projeções de resultados futuros demonstrou que a realização dos créditos tributários provenientes do imposto de renda e da contribuição social, conforme tabela a seguir:

Exercício	IR Diferido	CSLL Diferido
2024.....	-	11
2025.....	38	14
2026.....	34	13
2027.....	34	13
2028.....	31	1
Acima de 5 anos.....	13	2
Total.....	150	55

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 184 (2022 - R\$ 2.715) de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou recuperar

Referem-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, impostos retidos sobre prestação de serviços (IR, CS, PIS e Cofins) e impostos a compensar de IRPJ e CSLL de períodos anteriores, no montante de R\$ 443 (2022 - R\$ 893).

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Controladores (1) (2)		
Caixa e equivalentes de caixa.....	51.198	400.126
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	52.670	47.904
Passivos:		
Dividendos a pagar.....	(453)	(540)

(1) Banco Bradesco S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais; e
(2) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras.....	(56.008)	(50.649)	-	-
Despesas com pessoal.....	-	-	696	669
Despesas gerais.....	-	-	-	1.061

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Alelo S.A., Bradesco Saúde S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Seguros S.A., Lívolo S.A.; Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da companhia.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Nos exercícios 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;
b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Rodrigo Jose Youssef
Contador - CRC 1SP269660/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E912-0179-5957-5039> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E912-0179-5957-5039



Hash do Documento

4839E05707305D7B28E03D000A1C4768862B83523C4E2737C8E040D42BC80D0D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 37.480 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 3.861.412 mil

e Ativos Totais de R\$ 3.922.943 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		74.426	1.043.047	Circulante		61.531	106.974
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	74.426	948.530	Impostos e Contribuições a Recolher	15f	7.675	9.617
Outros Créditos	6	-	94.517	Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Pagar	14a	52.206	1.049
Não Circulante		3.848.517	3.016.771	Outras Obrigações	9	1.650	96.308
Realizável a Longo Prazo		15.401	16.387	Patrimônio Líquido		3.861.412	3.952.844
Créditos Tributários		23	22	Capital Social	10a	4.004.001	4.004.001
Tributos a Compensar ou a Recuperar	15e	15.378	16.365	Reservas de Lucros	10b	124.347	148.224
Investimentos	7	2.923.947	1.981.557	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(266.936)	(199.381)
Intangível	8	909.169	1.018.827	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.922.943	4.059.818
Total do Ativo		3.922.943	4.059.818				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas Operacionais		169.738	258.803
Resultado Financeiro	11	69.950	109.349
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	99.788	149.454
Despesas Operacionais		(116.550)	(117.339)
Despesas Tributárias	13	(6.722)	(5.395)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(170)	(2.286)
Despesa Amortização de Intangível	8	(109.658)	(109.658)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		53.188	141.464
Imposto de Renda e Contribuição Social	15a	(15.708)	(31.019)
Lucro Líquido do Exercício		37.480	110.445
Número de Ações por mil		114.389	114.389
Lucro Líquido/(Prejuízo) por Lote de mil Ações em R\$		3,05	1,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.004.001	1.960	36.868	(61.002)	3.981.827
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(138.379)	(138.379)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	110.445	110.445
Resultados Abrangentes do Exercício					(27.934)
Destinações: - Reservas	-	5.522	103.874	-	(109.396)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.049)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.004.001	7.482	140.742	(199.381)	3.952.844
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(67.555)	(67.555)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	37.480	37.480
Resultados Abrangentes do Exercício					(30.075)
Destinações: - Reservas	-	1.874	35.249	-	(37.123)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(357)
- Juros sobre Capital Próprio Propostos	-	-	(61.000)	-	(61.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.004.001	9.356	114.991	(266.936)	3.861.412

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	37.480	110.445
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(67.555)	(138.379)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(30.075)	(27.934)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. O grupo de ativos intangíveis registrados na Sociedade é composto por Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.10) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Provisões:** são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável;
- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

2.11) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.12) Reconhecimento da receita

CPC 47 - Receitas de contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, por provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.13) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 15.

2.14) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	423	500
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.867	2.012
Total de disponibilidades (caixa)	2.290	2.512
Fundos de investimentos (1)	72.136	946.018
Total de caixa e equivalentes de caixa	74.426	948.530

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6) OUTROS CRÉDITOS

Refere-se ao valor depositado em Conta Garantia, face obrigações na aquisição do Bradesco Bank (nova denominação do Bradesco Bac Florida Bank) efetuado em outubro de 2020, as quais foram totalmente liquidadas em 18 de maio de 2023 (2022 - R\$ 94.517).

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Lecce Holdings S.A. é uma ("Sociedade") que tem por objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios; e participação em outras sociedades como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2024.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de forma consistente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações da investida no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local na data do fechamento.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e Fundos de investimento, e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas contábeis e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em empresas controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7) Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)		
						2023	2022	2023	2022	
						2023	2022	2023	2022	
Bradesco Bank(1) (4)	1.256.510	2.360.825	99.788	19.850.782	100,00%	2.360.825	1.418.435	99.788	149.454	
Ágio - Bradesco Bank (2) (5)	-	-	-	563.122	-	563.122	-	-	-	-
Total						2.923.947	1.981.557	99.788	149.454	

- (1) Considera o resultado apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- (2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Empresa Bradesco Bank;
- (3) A alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do Bradesco Bank foi definida com base no método de compra do CPC 15, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ativos intangíveis de vida útil definida, não reconhecidos na demonstração financeira individual do Bradesco Bank, e o *goodwill* e
- (4) A variação positiva no investimento Bradesco Bank refere-se a deliberação feita pela controladora Lecce Holdings para aumento de capital em 27.06.2023, no valor de US\$ 190.000 MM (dólar americano) convertido ao PTAX 4,7903 com liquidação financeira em 29.06.2023.

continua...

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

8) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças.

	Em 31 de dezembro				
	Ativos intangíveis				
	Carteira de empréstimos	Carteira de crédito	Depósitos	Licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	234.921	182.965	425.596	175.345	1.018.827
Amortização (1)	(8.416)	(12.334)	(27.022)	(61.886)	(109.658)
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	226.505	170.631	398.574	113.459	909.169

(1) O método para amortização dos intangíveis é o linear.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Provisão de editais e publicações.....	30	45
Valores a pagar pela compra de ações (1).....	1.620	96.263
Total.....	1.650	96.308

(1) Valores a pagar pela aquisição de ações do Bradesco Bank. Os valores estão sendo atualizados mensalmente de acordo com o dólar (PTAX) - Bacen e sem data de vencimento. Os saldos depositados em conta em 2023 são R\$ 1.620 (2022 - R\$ 96.263), em 18 de maio de 2023 parte do valor foi liquidado no montante de R\$ 94.517.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é de R\$ 4.004.001, dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de ações	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias.....	114.388.623	114.388.623
Total.....	114.388.623	114.388.623

b) Reservas de lucro

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Reservas de lucros.....	124.347	148.224
- Reserva legal (1)	9.356	7.482
- Reserva estatutária (2)	114.991	140.742

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

Em 20 de dezembro de 2023, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 61.000, utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária, sendo o valor líquido de R\$ 51.850, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), os quais serão pagos até 28 de junho de 2024.

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2023	% (1)	2022	% (1)
Lucro líquido base.....	37.480		110.445	
Reserva legal.....	1.874		5.522	
Base de cálculo.....	35.606		104.923	
Dividendos propostos	357	1,0	1.049	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

11) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos	69.211	107.678
Variação monetária líquida	739	1.671
Total.....	69.950	109.349

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Serviços de terceiros	136	2.225
Editais e publicações	34	61
Total.....	170	2.286

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Contribuição à COFINS	2.805	4.515
Contribuição ao PIS.....	456	734
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	3.459	4
Outras (1).....	2	142
Total.....	6.722	5.395

(1) Refere-se a impostos e taxas Municipais, em 2022 houve incidência de impostos CIDE devido ao pagamento de invoices relativos à aquisição do Bradesco Bank, em 2023 não tivemos esses pagamentos.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC ISP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Lecce Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lecce Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

14) PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com o controlador direto (Banco Bradesco S.A.).

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato e controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	Ativo/(Passivo)	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa.....	2.290	2.512
Banco Bradesco S.A.	423	500
Banco Bradesco S.A. Nova York	1.867	2.012
Dividendos/JCP a pagar.....	(52.206)	(1.049)
Banco Bradesco S.A.	(52.206)	(1.049)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	53.188	141.464
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(18.084)	(48.098)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas na Sociedade correspondente.....	33.928	50.814
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	311	(44.344)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	20.740	-
Outros valores.....	(52.603)	10.609
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.708)	(31.019)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(15.709)	(31.019)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições e exclusões temporárias	1	-
Total dos impostos diferidos.....	1	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.708)	(31.019)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro		
	2022	Constituição	Realização
Outros.....	22	10	(9)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	22	10	(9)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2024	5	2	7
2025	4	2	6
2026	4	1	5
2017	4	1	5
Total.....	17	6	23

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 22 (2022 - R\$ 20) de diferenças temporárias.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 15.378 (2022 - R\$ 16.365), referem-se, substancialmente, a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 7.675 (2022 - R\$ 9.617), referem-se a PIS/COFINS no montante R\$ 36 (2022 - R\$ 495), Imposto de Renda no montante de R\$ 0 (2022 - R\$ 9.009) e Contribuição Social no montante de R\$ 7.639 (2022 - R\$ 113).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022;

b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC ISP294326/O-3



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/03/2024

Aposte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesso também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/61E7-A4C5-2113-2722> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 61E7-A4C5-2113-2722



Hash do Documento

E453F5DF153CA3E76A9E5757104931E189B5E8B488974FC218838682449B4061

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Bradescard Elo Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 838.288 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.015.731 mil e Ativos Totais de R\$ 2.957.685 mil.

A Assembleia Geral deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Passivo			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		333.701	288.981	Circulante		905.718	6.117
Caixa e Equivalente de Caixa.....	5	70.542	56.039	Impostos e Contribuições a Recolher.....	14f	3.668	250
Dividendos a Receber.....	13	263.159	232.942	Dividendos a Pagar.....	13	902.015	5.821
Não Circulante		2.623.984	3.025.950	Outras Contas a Pagar.....		35	46
Realizável a Longo Prazo		58.775	52.396	Não Circulante		36.236	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	6	55.708	48.138	Provisão para Impostos e Contribuições.....		36.236	-
Créditos Tributários.....	14c	12	195	Patrimônio Líquido		2.015.731	3.308.814
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	14e	3.055	4.063	Capital Social.....	9a	1.220.200	1.700.000
Investimentos	7	2.501.673	2.973.554	Reserva de Lucros.....	9b	801.429	1.615.156
Intangível	7-8	63.536	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(5.898)	(6.342)
Total do Ativo		2.957.685	3.314.931	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.957.685	3.314.931

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Receitas Operacionais	Nota	2023	2022	Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros (Prejuízos) Controladas	Totais
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	7	874.262	584.049	Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.400.000	140.384	1.597.788	(3.540)	(6.375)	-
Outras Receitas Operacionais.....		767.739	584.008	Aumento de Capital com Reservas.....	300.000	-	(300.000)	-	-	-
Mais Valia de Investimento.....	7	119	41	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	612.805	612.805
Despesas Operacionais		(46.722)	(2.747)	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	413	-	413
Despesas Tributárias.....	12	(3.246)	(2.196)	Ajuste de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	-	3.160	-	3.160
Despesas Gerais e Administrativas.....	11	(644)	(551)	Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	616.378
Despesa Amortização de Intangível.....	8	(42.832)	-	Destinações: - Dividendos Declarados com Reservas.....	-	-	(430.000)	-	-	(430.000)
Resultado Financeiro		68.773	46.139	- Reservas.....	-	30.641	576.343	-	-	(606.984)
Receitas Financeiras.....	10	68.773	46.139	- Dividendos Propostos/Pagos.....	-	-	-	-	-	(5.821)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		896.313	627.441	Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.700.000	171.025	1.444.131	(380)	(5.962)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	14a	(58.025)	(14.636)	Redução de Capital.....	(479.800)	-	-	-	-	(479.800)
Lucro Líquido do Exercício		838.288	612.805	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	838.288	838.288
Número de Ações por mil		4.167.605	4.167.605	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(50)	-	(50)
Lucro Líquido por Lote de mil Ações em R\$		4,97	6,80	Ajuste de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	-	494	-	494

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:	2023	2022	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	896.313	627.441	
Ajustes ao Lucro Líquido	(732.211)	(597.863)	
Depreciações/Amortizações.....	42.832	-	
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(767.739)	(584.008)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(7.304)	(13.855)	
Lucro Líquido Ajustado	164.102	29.578	
Aumento em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	-	285.797	
(Aumento) em Outros Ativos/Outras Contas a Receber.....	(10.631)	(3.965)	
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações/Outras Contas a Pagar.....	(21)	(11.048)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(6.243)	(10.346)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	147.207	290.016	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Mais Valia de Investimento.....	(106.404)	-	
Dividendos/ICP Recebidos de Controlada.....	729.522	477.305	
Aumento de Capital - Investimentos.....	-	(1.095.060)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	623.118	(617.755)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	(755.822)	(434.630)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(755.822)	(434.630)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.503	(762.369)	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício.....	56.039	818.408	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício.....	70.542	56.039	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.503	(762.369)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
Lucro Líquido do Exercício	2023	2022	
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	494	3.160	
Ajuste a Avaliação Patrimonial.....	(50)	413	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	838.732	616.378	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias.....	4.167.605.237	4.167.605.327
Total.....	4.167.605.237	4.167.605.327

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 20 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 300.000, elevando-o de R\$ 1.400.000 para R\$ 1.700.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária". Em Ata da Reunião da Diretoria da Bradescard Elo Participações S.A., realizada em 29 de julho de 2022 os Diretores deliberaram pagar à Bradesco Holding de Investimentos S.A., única acionista da sociedade, dividendos no valor de R\$ 430.000 à conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária".

Em assembleia realizada em 29 de setembro de 2023 foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$ 479.800, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades, alterando o capital social de R\$ 1.700.000 para R\$ 1.220.200. A redução foi concretizada mediante a entrega de investimentos de propriedade desta Sociedade, representados por 246.000 de cotas, de emissão da Alvorada Administradora de Cartões Ltda., à Bradesco Holding de Investimentos S.A., único acionista da Sociedade.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Reservas de lucros.....	801.429	1.615.156
- Reserva legal (1).....	212.939	171.025
- Reserva estatutária (2).....	588.490	1.444.131

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		%	
	2023	2022	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício.....	838.288	612.805		
Reserva legal.....	41.914	30.641		
Base de cálculo.....	796.374	582.164		
Dividendos propostos.....	207.884	5.821	26,10	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Rendimento em Certificado de Depósitos Bancários - CDB.....	61.469	32.284
Rendimento em letras financeiras.....	6.822	13.853
Juros ativos.....	482	2
Total.....	68.773	46.139

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Serviços prestados por terceiros.....	342	131
Despesas com doações e patrocínios.....	302	420
Total.....	644	551

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Contribuição à COFINS.....	2.789	1.885
Contribuição ao PIS.....	455	308
Outros impostos e taxas.....	2	3
Total.....	3.246	2.196

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimento S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa.....	70.542	56.039	-	-
Banco Bradesco S.A.....	70.542	56.039	-	-
Letras Financeiras - LF.....	55.708	48.138	-	-
Banco Bradesco S.A.....	55.708	48.138	-	-
Dividendos a receber.....	263.159	232.942	-	-
Elo Participações Ltda.....	43.596	226.438	-	-
Elo Serviços S.A.....	219.763	6.193	-	-
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.....	-	311	-	-
Dividendos a pagar.....	(902.015)	(5.821)	-	-
Bradesco Holding de Investimento S.A.....	(902.015)	(5.821)	-	-
Rendimento de aplicações em CDB.....	-	-	6.822	13.853
Banco Bradesco S.A.....	-	-	6.822	13.853
Rendimento de aplicações em LF.....	-	-	61.469	32.284
Banco Bradesco S.A.....	-	-	61.469	32.284

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da

Bradescard Elo Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bradescard Elo Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradescard Elo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	896.313	627.441
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	(304.746)	(213.330)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	260.882	198.563
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(14.502)	(142)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	-	(176)
Outros valores.....	341	449
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(58.025)	(14.636)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(58.037)	(14.636)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias e exclusões temporárias.....	12	-
Total dos impostos diferidos.....	12	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(58.025)	(14.636)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro			
	2022	Constituição	Realização	2023
Outros.....	-	12	-	12
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias...	-	12	-	12
Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes.....	195	-	(195)	-
Total dos créditos tributários.....	195	12	(195)	12

d) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2023, não foram constituídos créditos tributários, no montante de R\$ 14.563 (2022 - R\$ 0), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 3.055, refere-se a imposto de renda (2022 - R\$ 4.063).

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3.668 (2022 - R\$ 250), refere-se, basicamente, a Imposto de Renda R\$ 3.572 (2022 - R\$ 142), Cofins R\$ 81 (2022 - R\$ 88) e PIS R\$ 15 (2022 - R\$ 16).

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022;

b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis;

c) Em 25 de fevereiro de 2022 a sociedade adquiriu 49,99% da participação acionária no capital social da Kartra Participações Ltda. que era detida pela BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), controlada do Banco do Brasil S.A., com a conclusão da operação, a Bradescard Elo passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Kartra Participações Ltda., o que reforça a estratégia da Organização Bradesco de expandir a oferta de serviços financeiros por meio de plataformas digitais.

Foram obtidas as aprovações necessárias para aquisição da Kartra (controlada direta do Banco Digio), pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa) em 24/11/21 e, pelo BACEN (Banco Central do Brasil) em 04/02/22.

A Bradescard Elo pagou por essa aquisição, o montante de R\$ 645.060 mil.

Apresentamos abaixo, a composição dos valores, após a alocação de preço de compra ("PPA"), estabelecendo a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Kartra:

	R\$ mil
Pagamento a Kartra (empresa controladora do Banco Digio).....	645.060
Custo total da aquisição.....	645.060
- Valor justo dos ativos líquidos adquiridos.....	288.007
- Intangíveis identificados.....	106.368
- Goodwill (1).....	250.685

(1) Não há expectativa de ser dedutível para fins fiscais.

Na aquisição, houve uma remensuração da parcela adquirida anteriormente, no montante de R\$ 106.404 do investimento.

Apresentamos os valores preliminares para os ativos e passivos adquiridos em 25 de fevereiro de 2022 data-base da aquisição:

	R\$ mil
	Em 25 de Fevereiro de 2022
Ativo	
Disponibilidades.....	41.614
Instrumentos financeiros.....	3.044.628
Créditos tributários.....	398.493
Imobilizado de uso.....	2.043
Intangível.....	237.251
Outros ativos.....	363.787
Total do ativo.....	4.087.816

	R\$ mil
Passivo	
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	3.268.274
Provisões.....	34.702
Impostos diferidos.....	32.587
Outros passivos.....	176.124
Total do passivo.....	3.511.687
Patrimônio líquido.....	576.129
Total do passivo e patrimônio líquido.....	4.087.816

d) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Evandro Alves de Souza

Contador - CRC 1SP 335578/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0F

São Paulo, 28 de março de 2024.

Gustavo Mendes Bonini

Contador CRC 1SP-296875/O-4



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesso também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leioes-publicidade-legal



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DC6B-26D5-9C0D-A5E3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DC6B-26D5-9C0D-A5E3



Hash do Documento

78FC196A89FAB544F53802789BBD4316239DDC5B4CD8E6CDEE30804CE89FA124

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ 50.991.421/0001-08 - NIRE: 35.300.576.659
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Bradesco Holding de Investimentos S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 1.438.643 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 11.189.537 mil

e Ativos Totais de R\$ 11.460.283 mil. A Assembleia deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMÔNIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		2.826.093	366.164	Circulante		270.114	3.170
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	1.919.779	263.200	Salários e Ordenados a Pagar.....		9.492	992
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado.....	6	-	2.598	Impostos e Contribuições a Recolher.....	17f	1.331	2.178
Dividendos a Receber.....	16a	906.208	100.330	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar.....	10e	89.317	-
Adiantamentos a Funcionários.....		23	-	Outras Obrigações.....	9	169.974	-
Outros Valores.....		83	36	Não Circulante		632	113.549
Não Circulante		8.634.190	12.036.001	Provisão para Impostos e Contribuições.....	17e	632	-
Realizável a Longo Prazo		728.831	3.092.610	Outras Obrigações.....	9	-	113.549
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados				Patrimônio Líquido		11.189.537	12.285.446
Abrangentes.....	7	599.650	2.980.521	Capital Social:			
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	17g	109.180	106.680	- De Domiciliados no País.....	10a	8.863.080	10.319.511
Créditos Tributários.....	17c	9.639	5.407	Reservas de Capital.....		(107.068)	(113.490)
Depósitos Judiciais.....		2	2	Reservas de Lucros.....	10d	2.451.124	2.069.283
Outros Valores.....		10.360	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(17.599)	10.142
Investimentos	8	7.905.359	8.943.391	Total		11.460.283	12.402.165
Total		11.460.283	12.402.165				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas Operacionais		1.475.076	2.504.584
Receitas Financeiras Líquidas.....	11	142.485	2.036.031
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	8	1.332.591	18.719
Outras Receitas Operacionais.....	12	-	349.834
Despesas Operacionais		35.007	117.052
Despesa de Pessoal.....	13	15.448	1.737
Despesas Tributárias.....	14	10.235	94.459
Despesas Gerais e Administrativas.....	15	9.324	20.856
Resultado antes da Tributação		1.440.069	2.387.532
Imposto de Renda e Contribuição Social	17a	(1.426)	(510.579)
Lucro Líquido do Exercício		1.438.643	1.876.953
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas.....	10b	0,15	0,20

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Controladas		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.786.342	(113.490)	53.630	874.697	12.366	(10.007)	-	10.603.538
Aumento de Capital.....	533.169	-	-	-	-	-	-	533.169
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(13.888)	21.671	-	7.783
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	1.876.953	1.876.953
Lucro Líquido por Incorporação.....	-	-	-	-	-	-	903	903
Destinações: - Reservas.....	-	-	93.893	1.047.063	-	-	(1.140.956)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(736.900)	(736.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.319.511	(113.490)	147.523	1.921.760	(1.522)	11.664	-	12.285.446
Aumento de Capital.....	243.569	-	-	-	-	-	-	243.569
Redução de Capital.....	(1.700.000)	-	-	-	-	-	-	(1.700.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	2.749	(30.490)	-	(27.741)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	1.438.643	1.438.643
Participação Não Controladora.....	-	6.422	-	-	-	-	-	6.422
Destinações: - Reservas.....	-	-	71.932	1.353.044	-	-	(1.424.976)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	(89.000)	-	-	-	(89.000)
- Dividendos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
- Pagos.....	-	-	-	(954.135)	-	-	-	(954.135)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	(13.667)	(13.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.863.080	(107.068)	219.455	2.231.669	1.227	(18.826)	-	11.189.537

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.440.069	2.387.532
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(1.424.477)	(803.223)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.332.591)	(18.719)
Amortização.....	6.480	3.141
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	(98.356)	(687.645)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	15.592	1.584.309
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....	2.471.080	(1.418.033)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	895.398	(304.839)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(2.240)	(110.291)
Outros Ativos Incorporados.....	-	134.504
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(10.955)	(335.605)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	3.368.875	(449.955)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Redução de Capital em Controladas/Coligadas.....	530.000	-
Aporte de Capital em Controladas/Coligadas.....	(45.000)	-
Aquisição de Investimentos.....	-	(2.409.773)
Dividendos Recebidos.....	456.839	661.677
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	941.839	(1.748.096)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(954.135)	(629.530)
Redução de Capital.....	(1.700.000)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(2.654.135)	(629.530)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.656.579	(2.827.581)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício.....	263.200	3.090.781
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício.....	1.919.779	263.200
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.656.579	(2.827.581)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Holding de Investimentos S.A. (Sociedade) tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2024.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, fundos de investimentos, e certificados de depósitos bancários (CDB) e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais serem origin, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possui, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: De acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a sua probabilidade de perda.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 10b.

b) Juros sobre o capital próprio/Dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 10c.

8) INVESTIMENTOS

A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)		Quantidade de quotas	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado com equivalência	
				ON	PN			2023	2022	2023	2022
Bradescard Elo Participações S.A. (6).....	1.220.199	2.015.731	838.288	4.167.605	-	-	100,000	1.927.162	3.220.246	838.288	613.180
Varese Holdings Ltda. (1).....	1.700.001	1.637.503	68.189	-	-	1.700.001	100,000	1.637.503	1.569.314	68.189	(130.687)
Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. (5).....	1.233.746	1.037.349	207.281	33.763	-	-	100,000	1.037.349	1.296.419	207.281	(260.620)
Aranaú Holdings S.A.	1.231.374	944.538	(28.937)	2.181.279	-	-	100,000	944.538	973.080	(28.937)	(211.414)
Ágora Investimentos S.A.	515.780	587.943	58.467	8.655.780	-	-	100,000	587.943	924.698	58.467	33.608
Alvorada Administradora de Cartões Ltda. (6).....	246.000	490.642	37.506	-	-	246.000	100,000	490.642	-	11.198	-
CIP S.A. (4) (8) (10).....	1.143.289	2.874.624	590.422</								

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ 50.991.421/0001-08 - NIRE: 35.300.576.659
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)		Quantidade de quotas	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado com equivalência	
				ON	PN			2023	2022	2023	2022
				Em 31 de dezembro							
e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (1).....	4.001	2.680	140	4.001	-	-	100,0000	2.680	2.540	140	(1.461)
Cubos Holdings Participações Ltda. (2).....	37.226	(20.159)	(22.177)	-	-	37.226	100,0000	(20.159)	4.975	(22.177)	(4.847)
Ágio (9).....	-	-	-	-	-	-	-	200.583	215.752	-	-
Outros investimentos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	8.228	8.228	-	-
*"Mais valia" (Intangível).....	-	-	-	-	-	-	-	22.299	12.110	-	-
Total.....								7.905.359	8.943.391	1.332.591	118.719

- (1) Em 24.5.2022, houve a aquisição de 1.000 (mil) cotas de emissão da Baira Holdings Ltda., 1.000 (mil) cotas de emissão da Elvas Holdings Ltda.; 2000 (mil) cotas de emissão da Lyon Holdings Ltda.; 1.000 (mil) cotas de emissão da Taiba Holdings Ltda.; 1.000 (mil) cotas de emissão da e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.; 1.000 (mil) cotas de emissão da Treviglio Holdings Ltda.; 1.000 (mil) cotas de emissão da Varese Holdings Ltda.; e 1.000 (mil) cotas de emissão da Viareggio Holdings Ltda.; num montante de R\$ 5;
- (2) Em 29.7.2022, houve a aquisição da empresa Cubos Holding Participações Ltda.;
- (3) Em 20.12.2022 houve alteração no percentual de participação de 21,0203% para 18,0185%;
- (4) Em 11.09.2023 houve alteração no percentual de participação de 18,3665% para 18,0185%;
- (5) Em 29.09.2023 houve a redução de capital social na Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. com a entrega de investimento da Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.;
- (6) Em 29.09.2023 houve a redução de capital social na Bradescard Elo Participações S.A. com a entrega de investimento da Alvorada Administradora de Cartões Ltda.;
- (7) Em 30.11.2023 houve aumento de capital social na BHI com a entrega de investimento da 2B Capital S.A.;
- (8) Em 15.12.2023 A CIP S.A. deliberou dividendos no valor de R\$ 1.000.000 conforme Assembleia Geral Extraordinária com pagamento em 22.12.2023;
- (9) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (impairment); e
- (10) Informações contábeis utilizadas com defasagem de datas até 60 dias.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Valor a pagar pela opção de compra de ações (1).....	169.251	113.490
Outras.....	723	59
Total.....	169.974	113.549

(1) Refere-se, a opção de compra de 35,0% da participação societária na RCB Investimentos.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	Quantidade	2022
Banco Bradesco S.A.....	9.925.964.417	9.705.096.712
Total.....	9.925.964.417	9.705.096.712

- Em 29.4.2022 houve um aumento de capital social efetuado pelo Banco Bradesco, no valor de R\$ 111.967, elevando-o de R\$ 9.786.342 para R\$ 9.898.309 mediante a emissão de 87.570.927 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizado mediante a conferência de investimentos;
- Em 29.7.2022 houve um aumento de capital social através da incorporação da Tapajós Holdings Ltda., no valor de R\$ 421.202, elevando-o de R\$ 9.898.309 para R\$ 10.319.511 mediante a emissão de 325.628.916 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizado mediante a conferência de investimentos;
- Em 12.1.2023 houve uma redução de capital social, no valor de R\$ 1.700.000, alterando de R\$ 10.319.511 para R\$ 8.619.511, sem cancelamento de ações; e
- Em 30.11.2023 houve um aumento de capital social com investimento da 2B Capital S.A., no valor de R\$ 243.570, elevando-o de R\$ 8.619.511 para R\$ 8.863.080 mediante a emissão de 220.867.705 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Lucro básico por ação

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	1.438.643	1.877.856
Número médio ponderado de ações/quotas em circulação (milhares).....	9.741.908	9.520.389
Lucro por ação/quota básico atribuível aos acionistas (em Reais).....	0,15	0,20

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Reservas de lucros.....	2.451.124	2.069.283
Reserva legal (1).....	219.455	147.523
Reserva estatutária (2).....	2.231.669	1.921.760

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

e) Juros sobre o capital próprio/Dividendos mínimos obrigatórios

Em 5 de janeiro de 2023, foi aprovada a deliberação para pagamento de dividendos no montante de R\$ 954.135, sendo: R\$ 874.697 utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária"; e R\$ 79.438 por conta do resultado do exercício apurado em 30.12.2022, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, os quais foram pagos em 12 de janeiro de 2023.

Em 20 de dezembro de 2023, foi aprovada a deliberação para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 89.000, utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária", com previsão de pagamento em junho de 2024.

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio/dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberar sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício.....	1.438.643	1.877.856
Reserva legal.....	(71.932)	(93.893)
Base de cálculo.....	1.366.711	1.783.963
Juros sobre o capital próprio (Bruto).....	-	736.900
Imposto de renda retido na fonte - 15%.....	-	(110.535)
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) (1).....	-	626.365
Dividendos mínimos obrigatórios em 2023.....	13.667	1,00

- (1) Juros sobre o capital próprio deliberados em 23.12.2022 pago em 27.12.2022, no valor de R\$ 736.900; e
- (2) Percentual dos juros sobre o capital próprio (líquido)/dividendos sobre a base de cálculo.

11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Rendimento de letras financeiras.....	94.984	310.014
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos.....	30.366	282.707
Juros e variações monetárias líquidas.....	12.664	467
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	3.042	3.441
Resultado com aplicações compromissadas em debêntures.....	1.366	1.437.837
Ajuste ao valor de mercado (MTM - Ações da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP).....	-	1.565
Outras.....	63	-
Total.....	142.485	2.036.031

12) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Em 2022, refere-se ao ganho de capital na desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP no valor de R\$ 349.834.

13) DESPESA DE PESSOAL

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Proventos e gratificações.....	9.555	1.087
Encargos sociais.....	3.049	271
Despesa de benefícios.....	2.823	379
Indenizações trabalhistas.....	21	-
Total.....	15.448	1.737

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Contribuição à Cofins.....	5.588	81.244
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.....	3.726	-
Contribuição ao PIS.....	909	13.202
Outros.....	12	13
Total.....	10.235	94.459

15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Amortização.....	6.480	3.141
Doações e patrocínios.....	1.428	16.921
Serviços de terceiros.....	742	89
Outras.....	674	705
Total.....	9.324	20.856

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Ativo/(Passivo)		Receta/(Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional:				
Banco Bradesco S.A.	540	-	-	-
Letras financeiras:				
Banco Bradesco S.A.	599.650	2.980.521	94.984	310.014
Debêntures compromissadas:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	1.366	-
Dividendos a receber:				
Bradescard Elo Participações S.A.	902.015	5.822	-	-
2B Capital S.A.	3.384	-	-	-
Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	453	-	-	-
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	356	-	-	-
Bradeseg Participações Ltda.	-	94.189	-	-
Ágora Investimentos S.A.	-	319	-	-
Valores a receber:				
Cubos Holding Participações Ltda.	37	-	-	-
Mútuo a receber:				
Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.	10	-	168	-
Juros sobre capital próprio a pagar/Dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	89.317	-	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.440.069	2.387.532
Resultado total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente (489.623).....	(489.623)	(811.761)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	453.081	40.364
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	4.656	(5.571)
Juros sobre o capital próprio.....	30.260	250.546
Outros valores.....	200	15.843
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(1.426)	(510.579)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(6.442)	(512.256)
Impostos diferidos:		
Constituição/(Realização) no período, sobre adições temporárias.....	5.016	1.677
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(1.426)	(510.579)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro	
	2022	2023
Ágio amortizado.....	4.272	2.203
Outras provisões.....	351	3.101
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 17d).....	4.623	5.304
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	784	(784)
Total dos créditos tributários.....	5.407	(1.072)
Obrigações fiscais diferidas (Nota 17e).....	-	632
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	5.407	(1.072)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias de renda	Contribuição social	Total
2024.....	1.163	419	1.582
2025.....	1.163	419	1.582
2032.....	4.761	1.714	6.475
Total.....	7.087	2.552	9.639

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 7.864 (2022 - R\$ 3.995).

e) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31 de dezembro		
	2022	Constituição	Realização/Baixa
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	-	632	-
Total dos impostos diferidos (Nota 17c).....	-	632	632

f) Impostos e contribuições a recolher

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Cofins.....	903	1.789
PIS.....	147	291
INSS.....	136	48
IR retido na fonte.....	102	41
FGTS.....	37	9
PIS/Cofins/CSLL retidos na fonte.....	6	-
Total.....	1.331	2.178

g) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 109.180 (2022 - R\$ 106.680), referem-se, substancialmente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis;
- b) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022; e
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva
Contador - CRC ISP210689/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Holding de Investimentos S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Bradesco Holding de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/43B4-BA82-B9EF-C089> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 43B4-BA82-B9EF-C089



Hash do Documento

C50B1235ABBD8FAC7649521B27FF31F5237343DBC6F142B50805696B7B430E47

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



NOROMIX CONCRETO S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

Balanco Patrimonial table with columns for Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo e patrimônio líquido, and Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

Table with columns for Demonstrações do Resultado, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, and Fluxo de caixa das atividades operacionais.

1. Contexto Operacional A Noromix Concreto S.A. "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelas práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima de capital fechado...

2. Base e apresentação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC...

3. Principais práticas contábeis As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas...

Table with columns for Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido and Fluxo de caixa das Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade...

Table with columns for Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido and Fluxo de caixa das Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade...

Table with columns for Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido and Fluxo de caixa das Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade...

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas Normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor...

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas Normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor...

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas Normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor...

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas Normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor...

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas Normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor...

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C52C-EA1F-7130-6F34.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C52C-EA1F-7130-6F34> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C52C-EA1F-7130-6F34



Hash do Documento

B377126DCBE169EACBC733D301B9241E98B41CED605D7B03DCB45B9DB6511242

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Construcap CPDS Engenharia e Comércio S.A.

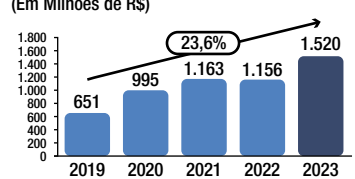
CNPJ nº 61.584.223/0001-38

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

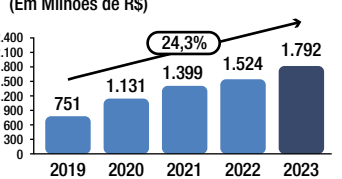
EVOLUÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA CONTROLADORA

(Em Milhões de R\$)



EVOLUÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

(Em Milhões de R\$)



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	320.962	136.009	351.407	159.141	Fornecedores	17	39.320	29.988	59.078	50.648
Contas a receber de clientes	6	151.640	204.560	355.753	405.132	Empréstimos e financiamentos	17	164	1.187	115.018	200.965
Impostos e contribuições a compensar	7	609	2.643	5.790	7.361	Obrigações e encargos trabalhistas	18	50.526	38.273	64.786	48.481
Adiantamentos a fornecedores	—	2.048	260	9.164	7.586	Obrigações tributárias	19	43.386	7.833	59.740	17.523
Estoques	—	9.449	—	10.724	—	Adiantamentos de clientes	20	64.244	115.370	95.419	147.188
Outras contas	—	5.907	5.666	7.601	9.235	Partes relacionadas	9(a)	25.519	1.253	25.519	—
		490.615	349.138	740.439	588.535	Adiantamentos de outorga	22	—	—	3.006	2.248
Não circulante						Outras obrigações a pagar	23	8.952	6.902	12.979	13.557
Partes relacionadas	9(a)	9.376	9.970	771	909			232.111	200.806	435.544	480.610
Contas a receber de clientes	6	144.413	151.710	961.850	975.740	Não circulante					
Processos judiciais	8	60.846	57.286	61.461	57.316	Empréstimos e financiamentos	17	55	216	553.291	417.537
Impostos diferidos	21(a)(i)	1.325	15.583	62.230	65.070	Partes relacionadas	9(a)	2.672	38.233	18.086	37.413
Impostos e contribuições a compensar	7	20.654	18.272	20.654	18.275	Impostos diferidos	21(b)	60.783	66.880	359.857	343.195
Outras contas	—	2.193	2.251	3.911	3.937	Provisões para contingências	24	3.896	1.194	4.009	1.307
		238.806	255.072	1.110.877	1.121.247	Adiantamentos de clientes	20	—	—	21.552	47.007
Investimentos em participações	10(a)	833.922	752.297	260.797	245.921	Provisões para reinvestimentos	—	—	—	42.968	33.042
Outros investimentos	11(a)	75.166	71.954	75.166	71.954	Provisões para perda de investimentos	10(b)	28.705	11.888	—	—
Propriedades para investimentos	12	—	—	195.690	184.344	Adiantamentos de outorga	22	—	—	35.797	42.708
Imobilizado	13	9.425	10.035	48.538	48.527	Outras obrigações a pagar	23	24.825	28.471	40.060	40.057
Intangível	14	11.334	12.314	28.785	21.056			120.935	168.434	1.101.073	1.002.356
Ativo operacional	15	—	—	382.546	282.585	Total do passivo		212.000	212.000	212.000	212.000
Ativo financeiro em formação	16	—	—	—	367	Patrimônio líquido		353.046	369.240	1.536.617	1.482.966
		1.168.653	1.101.672	2.102.400	1.978.001	Capital social	25.1	212.000	212.000	212.000	212.000
Total do ativo		1.659.268	1.450.810	2.842.839	2.564.536	Outros resultados abrangentes	25.2	(8.961)	(11.080)	(8.961)	(11.080)
						Reserva legal	25.3(a)	42.400	42.400	42.400	42.400
						Reservas de lucros	25.3(b)	1.060.783	838.250	1.060.783	838.250
						Total do patrimônio líquido		1.306.222	1.081.570	1.306.222	1.081.570
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.659.268	1.450.810	2.842.839	2.564.536

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2021	Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial		Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros		Total do patrimônio líquido
			Retenção	Lucros acumulados			Lucros acumulados	Lucros acumulados	
		212.000	(18.969)	(18.969)	42.400	708.722	—	944.153	
Ganhos e perdas de participação em coligada	—	—	—	7.889	—	—	—	7.889	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	158.926	
Dividendos distribuídos	25.4	—	—	—	—	—	(29.398)	(29.398)	
Apropriação para reserva de retenção de lucros	25.3	—	—	—	—	—	(129.528)	(129.528)	
Em 31 de dezembro de 2022		212.000	(11.080)	(11.080)	42.400	838.250	(158.926)	1.081.570	
Ganhos e perdas de participação em coligada	—	—	—	2.119	—	—	—	2.119	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	278.624	
Juros sobre capital próprio	25.4	—	—	—	—	—	—	(56.091)	
Apropriação para reserva de retenção de lucros	25.3	—	—	—	—	—	—	(222.533)	
Em 31 de dezembro de 2023		212.000	(8.961)	(8.961)	42.400	1.060.783	—	1.306.222	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Construcap CPDS Engenharia e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto localizada no município de São Paulo no Brasil (SP), e predominantemente explora o ramo de construção civil em geral, executando obras para terceiros (serviço) e predominantemente para o setor público, de forma direta ou mediante a formação de consórcio. Logo após o advento da Lei nº 12.846, de 1º de março de 2013 ("Lei Brasileira Anticorrupção"), a Construcap entendeu por bem implementar um Programa de Integridade robusto e efetivo, em linha com as melhores práticas internacionais de Governança, Risco e Compliance, que resultou na reestruturação do seu programa de integridade corporativa ("Programa"). O Programa da Construcap foi implementado pelo escritório Machado, Meyer, Senackz e Opice Advogados com base na metodologia de "7 elementos" inspirada no Capítulo VIII da Lei Federal nº 12.846, de 1º de março de 2013, que regulamentou a Lei Brasileira Anticorrupção. Em síntese, o Programa da Construcap abrange os seguintes elementos: (i) Mapeamento de risco; (ii) Criação de estrutura específica nos órgãos de governança corporativa; (iii) Elaboração de políticas claras e dispostivas; (iv) Comunicação e endomarketing; (v) Treinamentos; (vi) Canal de comunicação; (vii) Investigação, monitoramento e auditoria. A Diretoria de Compliance e Relações Institucionais, em nome do Comitê de Integridade do Grupo Construcap, implementou mecanismos de prevenção, detecção e combate à corrupção e integridade em administração pública, que são os elementos específicos, a saber: o funcionamento da governança corporativa do Comitê de Integridade e a condução dos canais de denúncia e comunicação atendidos pela consultoria independente Contão Seguro, que realiza o atendimento especializado das alegações de potenciais violações às leis e ao Código de Conduta da Construcap. As principais empresas coligadas e controladas por ramo de atividade, estão apresentadas a seguir: **Controladas:** • CMO Construção e Montagem Offshore S.A. (CMO), situada no Município de São Paulo no Estado de SP e tem como objetivo a exploração, operação e administração, direta ou indiretamente, de plataformas petrolíferas, plataformas de produção e plataformas de armazenamento e aeroportuárias, estaleiros, fabricação e integração de componentes modulares para embarcações para a indústria de petróleo offshore e desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação, fabricação e integração de artefatos navais e para a indústria de petróleo e gás; • Inova Saúde São Paulo SPE S.A. (Inova São Paulo), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, tem como objetivo social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, ou que incluam a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, bem como, a execução de obras e serviços de engenharia; • Urbia Câniões Verdes S.A. (Urbia Câniões), situada em Cambará do Sul no Estado do RS, tem como objetivo social a finalidade específica, única e exclusiva, sob o regime de concessão de realização de investimentos, obrigatórios e prestação de serviços com vistas a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão de áreas dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral; • Urbia Águas Claras S.A. (Urbia AC), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, tem como objetivo social a finalidade específica, única e exclusiva sob o regime de concessão, de prestação de serviços de assessoria, consultoria, execução de projetos ambientais ambientais, coleta, remoção, tratamento e disposição final de resíduos líquidos, e outros serviços de prestação de serviços topográficos geodésicos, concessão de serviços públicos de água, esgoto e saneamento urbano; • Coligada e controlada em conjunto: • Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário LTDA. (Rio Bonito), situada no Município de Matias Barbosa no Estado de MG, e tem por objeto social a prestação de serviços de operação de praças de cobrança de pedágio em rodovias; • Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena), situada em Belo Horizonte no Estado de MG, constituída com o propósito específico e exclusivo para a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto - Urbia Cataratas S.A. (Urbia Cataratas), constituída em 1º de julho de 2022, situada no Rio de Janeiro, RJ, com o objetivo social de prestação de serviços de operação, manutenção, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu através do contrato de concessão N° 001/2022 do Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMbio) firmado em 22 de março de 2022. As operações em conjunto realizadas com terceiros, através de consórcios estão demonstradas na Nota 2.6. **2. Sumário das principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriores e no presente exercício. **2.1 Declaração de política contábil e base de preparação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 25 de março de 2024. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foram divulgadas de acordo com a Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CP 20 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em maio de 2017 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz um modelo de contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em

	Balanço Integral			% de participação	Balanços na proporção da participação na Companhia			Demonstração de resultado
	Ativo circulante + Ativo não circulante	Passivo circulante + Passivo não circulante	Demonstração de resultado		Ativo circulante + Ativo não circulante	Passivo circulante + Passivo não circulante	Demonstração de resultado	
Consórcio Construcap Planar	7.819	7.939	(120)	100%	7.819	7.939	(120)	(131.907)
Consórcio Construcap Enesa	28.409	28.424	(15)	100%	28.409	28.424	(15)	7
Consórcio Construcap Lidermac	19.484	18.738	746	70%	13.639	13.116	523	653
Consórcio Construcap Estrutural Projects	26.376	26.376	(1.680)	63%	17.936	19.078	(1.142)	(85)
Consórcio Construcap Copasa (Rodanel)	90.062	90.021	41	50%	45.031	45.011	20	(162)
Consórcio Construcap Walbridge Projeto Fiat	35.918	32.580	3.338	50%	17.959	16.290	1.669	466
Demais consórcios	78.887	79.930	(1.043)	Variável	29.682	30.540	(858)	(2.603)
Resultado das operações em conjunto							76	(133.631)

2.6 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's com compromisso de recompra e rendimentos que variam entre 60,00% a 109,39% do CDI e referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração objetiva a atender compromissos de curto prazo. **2.7 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos de acordo com a adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: I) Instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado; II) Instrumento financeiro mensurado pelo custo amortizado; III) Instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Categorias:** a) **Custo Amortizado:** Custo Amortizado - São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e cujo fluxo de caixa contratual resulta da venda de créditos a receber; (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, os fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. b) **Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - (VJORA):** São ativos financeiros mantidos (i) tanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. c) **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.8. Contas a receber de clientes:** a) E com o objetivo de receber de clientes dos setores de público e privado, por prestação de serviços no curso normal dos negócios, inclusive aqueles em cobrança administrativa e judicial (precatórios). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos provisão de perdas por impairment constituída com base na análise do tempo e dos riscos na realização de créditos a receber, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas. Estão também apresentadas nessa rubrica os saldos decorrentes de serviços de construção executados (medidas a futuro, relativos aos contratos de construção reconhecidos pelo grau de avanço das obras *Percentage of completion* (PoC)). b) O contas a receber de clientes das controladas Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. foram constituídas após a transferência dos complexos hospitalares para a Secretaria do Estado de Saúde através do termo de arrolamento. A contraprestação variável está atrelada ao atendimento de KPIs (*Key Performance Indicator*). As receitas acessórias são decorrentes de atividades realizadas dentro ou na área do complexo hospitalar, com 25,00% de redução do direito de

A Construcap, com claro objetivo de oferecer serviços dentro de um rígido padrão de qualidade a seus clientes vem buscando o aprimoramento e controle contínuos de seus processos. Dentro desta visão, informamos que estamos certificados atualmente pelos seguintes programas: **Norma NBR ISO 9001:2015 - Certificada nº TUV09.1794109.4245.23 - Sistema de Gestão da Qualidade - Construção de edifícios comerciais, residenciais e industriais, e obras de infraestrutura, incluindo movimento de terra, pavimentação, saneamento, pontes, viadutos e túneis. Construção e montagem de terminais terrestres de armazenagem e distribuição e de dutos industriais para biocombustíveis, gás, petróleo e derivados. Obras de montagem eletromecânica e gerenciamento de EPC - Engineering Procurement and Construction. Norma NBR ISO 14001:2015 - Certificada nº TUV.14.1794109.4247.23 - Sistema de Gestão Ambiental - Em janeiro de 2006 obtivemos certificação, a qual passa a fazer parte do conjunto de normas do Sistema Integrado de Gestão (qualidade, segurança, saúde ocupacional e meio ambiente). Norma ISO 45001:2018 - Certificada nº 01 213 2331959 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, em substituição a Norma OHSAS 18001:2007 certificada em março de 2002. Norma PBOPH SIAC/2021 - Certificada nº TUV.10.1794109.4246.23 - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade: Programa do Governo Federal para construção de obras habitacionais, saneamento básico e obras viárias, rodovias, drenagem, terraplanagem, pavimentação, manutenção viária, sinalização e obras de arte.**

A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de março de 2024

A DIRETORIA

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receta de serviços	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
27 Custos dos serviços prestados		1.520.460	1.156.306	1.791.900	1.523.684
28 Lucro bruto		(2.235.404)	(1.058.005)	(1.404.757)	(1.249.495)
(Despesas) e receitas operacionais		285.056	98.301	387.143	274.189
Despesas comerciais, gerais e administrativas	29	(66.824)	(60.700)	(133.264)	(103.325)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(4.291)	9.639	3.237	16.961
Resultado de equivalência patrimonial	10(b)(c)	107.232	174.466	32.942	21.168
Lucro antes do resultado financeiro		321.174	221.706	290.057	208.993
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	30.178	33.638	169.051	171.088
Despesas financeiras	31	(15.259)	(10.126)	(85.232)	(153.434)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.918	(

*continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construcap CPDS Engenharia e Comércio S.A. - Em 31 de dezembro de 2022

Table with columns for 31 de dezembro de 2022 and 31 de dezembro de 2023, showing Depreciação for various assets like Máquinas e equipamentos, Edificações e construções, etc.

14. Intangível:

Table showing (a) Composições: Controladora and Taxas médias anuais de depreciação for 2022 and 2023.

(b) Movimentações:

Table showing (b) Movimentações: Controladora and Taxas médias anuais de depreciação for 2022 and 2023, including Custos corrigidos and Amortizações.

15. Ativo Operacional:

Table showing (a) Composições: Controladora and Amortizações for 2022 and 2023, including Custos corrigidos and Amortizações.

16. Ativo Operacional em formação:

Table showing (a) Composições: Controladora and Amortizações for 2022 and 2023, including Custos corrigidos and Amortizações.

17. Empréstimos e financiamentos:

Table showing Instituição Financeira, Encargos, and details for various financial institutions like Itaú S.A., Banco Bradesco S.A., etc.

São Paulo através do 9º contrato aditivo, realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no montante de (R\$ 42.832 - 2022) - (R\$ 44.676 - 2021) com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional.

Table showing Ano de vencimento: Controladora and Consolidado for 2022 and 2023.

Garantias da operação: As controladas Inova São Paulo e Inova Sorocaba, celebraram contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário.

Table showing Inova São Paulo, Inova Sorocaba, Inova São Paulo (*), and Inova Sorocaba for 2022 and 2023, including Patrimônio Líquido and Dívida Líquida.

Empréstimos e financiamentos: Curto Prazo, Longo Prazo, etc.

(-) Caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários Dívida Líquida, etc.

18. Obrigações e encargos trabalhistas: Provisão para férias e encargos, Ordenados e salários a pagar, etc.

20. Adiantamentos de clientes: Obras em andamento, Tercos de espaço, etc.

21. Impostos diferidos: (i) Prejuízo fiscal; (ii) Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; etc.

(ii) Base contábil temporária: Descrição, Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias, etc.

(iii) Movimento do Diferido no resultado: IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal (ativo), etc.

(b) Composição dos impostos diferidos passivos: Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), etc.

Contribuição Social sobre o lucro líquido ("CSLL"): Reconhecimento de créditos decorrentes de ações judiciais, etc.

Programa de Integração Social ("PIS"): Reconhecimento de créditos decorrentes de ações judiciais, etc.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Reconhecimento de créditos decorrentes de ações judiciais, etc.

(c) Imposto corrente: Lucro antes das provisões tributárias, Adições, etc.

2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table showing Descrição, Controladora, and Consolidado for 2022 and 2023, including Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

22. Adiantamentos de entrega: As controladas Inova Saúde São Paulo e Inova Saúde Sorocaba firmaram contrato de concessão com a Secretaria do Estado de Saúde, etc.

Table showing Retenção de fornecedores em caução, Aluguel - CPC 06 (a), etc.

24. Provisões para contingências: A movimentação do exercício é assim demonstrada: Contingências trabalhistas, Contingências cíveis, etc.

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

Contingências cíveis, Contingências tributárias, Contingências trabalhistas

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/28FD-D582-A64A-717E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 28FD-D582-A64A-717E



Hash do Documento

6D337981372723559189E0243569208D7C4E0D9E4157E302A29FE6E6973233A8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



CIA. AGRÍCOLA FORTI

CNPJ - 07.967.609/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionista: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Capivari, 26 de março de 2024.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais				Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Disponibilidades				Fornecedores		23.960	26.406
Caixa e bancos		98.792	26.250	Obrigações trabalhistas/sociais		63.069	58.076
Aplicações financeiras	2	17.942.662	22.120.653	Obrigações fiscais		76.015	70.940
Valores a receber		373.023	12.053	Provisão IR / CSLL		327.245	382.886
		18.414.476	22.188.937			540.499	538.307
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Valores a receber		35.723	35.723	Mútuo - Copersucar	5	6.249.250	6.249.250
Valores a receber - copersucar	3	6.585.729	5.129.726	Valores a distribuir	3	6.585.729	5.129.726
Depósitos judiciais	3	26.369.362	15.390.126	Provisão IR / CSLL	7	26.367.222	20.445.723
		32.990.814	20.555.575			39.202.201	31.824.699
Permanente				Patrimônio líquido			
Imobilizado				Capital social	6	34.510.000	34.510.000
Custo corrigido	4	32.206.292	32.773.215	Lucros acumulados		3.110.653	3.227.281
Depreciação acumulada	4	(512.671)	(510.313)	Reserva legal		5.825.558	4.907.127
		31.783.621	32.262.901			43.446.211	42.644.408
Total do ativo		83.188.912	75.007.414	Total do passivo		83.188.912	75.007.414

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais			
	Capital Social	Lucros Acumulados	Reserva Legal
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.510.000	1.185.618	3.141.865
Lucro líquido do exercício	-	14.875.278	-
Destinação do lucro líquido	-	(12.637.563)	743.764
Lucros distribuídos	-	-	(12.637.563)
Constituição da reserva legal	-	-	743.764
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.510.000	2.679.568	3.885.630
Lucro líquido do exercício	-	20.429.938	-
Destinação do lucro líquido	-	(18.860.729)	-
Lucros distribuídos	-	-	(18.860.729)
Constituição da reserva legal	-	(1.021.497)	1.021.497
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.510.000	3.227.281	4.907.127
Lucro líquido do exercício	-	18.368.619	-
Destinação do lucro líquido	-	(17.566.817)	-
Lucros distribuídos	-	-	(17.566.817)
Constituição da reserva legal	-	(918.431)	918.431
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.510.000	3.110.653	5.825.558

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto operacional As operações da Empresa compreendem, basicamente, a locação ou arrendamento de imóveis próprios, cultivo da cana-de-açúcar. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária. **Resumo das principais práticas contábeis a) Apreciação do resultado** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **b) Ativo Circulante e não circulante** • **Aplicações financeiras** Registradas ao custo, acessado dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e **Permanente** • **Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 4 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. **d) Passivo circulante e não circulante** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e juros incorridos até a data do balanço. **• Imposto de renda e contribuição social** As alíquotas aplicáveis conforme legislação do lucro presumido, são de aproximadamente 8% da receita bruta para o imposto de renda e 3% para contribuição social. **3. Ativo contingente** O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Copersucar), por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanos realizadas na década de 1980, resultando na emissão de Provisão. A Usina Açucareira Bom Retiro S/A como cooperativa e com direito de parte da referida indenização, mediante cisão parcial realizada em 23/04/2006, caracterizou um direito à Cia. Agrícola Forti da indenização de 40% da parte da Usina Açucareira Bom Retiro S/A. Em julho de 2023, a Copersucar realizou o levantamento da parcela do precatório expedido, sendo atribuído a esta Companhia, o montante bruto de R\$ 15.859.790 transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS sobre este montante. A Copersucar, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade. Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia da Copersucar por se tratar de verba indenizatória, a administração da Companhia deliberou propor ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IR, e CS sobre este valor, garantindo esta discussão mediante a depósito judicial. **4. Imobilizado**

Taxa de Depreciação % a.a.	Custo	2023		2022	
		Depreciação	Líquido	Depreciação	Líquido
Beneficiárias	135.870	135.870	-	-	-
Casas e Vila Residenciais	4%	318.970	318.970	-	-
Veículos	20%	37.175	37.175	-	-
Outras imobilizações	10 a 20%	117.537	20.656	96.881	97.740
Terenos		31.686.740	31.686.740	32.165.563	32.165.563
		32.296.292	512.671	31.783.621	32.262.901

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022			
	Nota	2023	2022
Receita operacional bruta		29.956.796	31.421.783
Deduções de vendas		(2.533.929)	(2.522.897)
Receita operacional líquida		27.422.866	28.898.886
Custo dos produtos vendidos		-	-
Lucro bruto		27.422.866	28.898.886
Despesas operacionais			
Despesas administrativas		(3.018.631)	(2.820.310)
Despesas tributárias		(483.050)	(520.716)
Receitas financeiras líquidas		2.239.114	2.053.937
Lucro operacional		26.160.299	27.611.797
Resultado não operacional			
Lucro líquido antes IR, PIS, CSLL		26.160.299	27.611.797
Imposto de renda e contribuição social	7	(7.791.680)	(7.181.859)
Lucro líquido exercício		18.368.619	20.429.938
Quantidade de ações do capital social		87.500.000	87.500.000
Lucro líquido por lote de mil ações		209,93	233,48

5. **Mútuo - Copersucar** Corresponde a operações de mútuo, a prazo e aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa 72.541 (14.281) Caixa e equivalente de caixa no início do período 26.250 40.533 Caixa e equivalente de caixa no final do período 98.791 26.250

6. **Patrimônio líquido a. Capital Social** O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 87.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **7. Imposto de renda e contribuição social** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Receita bruta de vendas e arrendamento de terras	29.956.796	31.421.783
Alíquota fiscal combinada	26,01%	27,86%
Imposto de renda e contribuição social	(7.791.680)	(7.181.859)

A Diretoria

Wanderley Forti - Diretor Presidente

Jose Gilberto de Campos Forti - Diretor Vice Presidente

Contador

Marco Antonio Pomper Mayer - CRC-SP 101.606/O-6

OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A

CNPJ/MF 42.133.195/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 EM REAIS

Balanço Patrimonial				Demonstração do Fluxo de Caixa			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Disponível	4	13.251.277	15.515.149	Adiantamentos de Clientes	10	1.486.057	1.778.633
Contas a Receber	5	38.743.495	-	Fornecedores Nacionais		388.492	1.698.347
Adiantamentos		45.683	24.766	Obrigações Sociais a Recolher		53.624	1.335
Impostos a Recuperar	6	816.172	20.555	Provisões Trabalhistas	12	93.643	64.135
		52.856.627	15.560.470	Obrigações Fiscais a Recolher	11	917.780	2.193.900
Não Circulante				Não Circulante			
Demais Créditos		1.200	-	Provisões P/ Contingências		50.000	-
Investimentos	7	848	472			50.000	-
Imobilizado líquido	8	1.801.121	2.026.477	Patrimônio líquido			
Intangível	9	34.941	34.941	Capital Social		6.000.000	6.000.000
		1.838.110	2.061.890	Lucros / Prejuízos Acumulados		5.886.010	9.498
Total do ativo		54.694.737	17.622.359	Lucros / Prejuízos do Exercício		128.035.893	53.655.513
				(-) Lucros distribuídos		(88.216.763)	(47.779.000)
				Total do Patrimônio Líquido	13	51.705.140	11.886.010
				Total do passivo e PL		54.694.737	17.622.359

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Reservas de Lucros	Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.000.000	9.406	6.009.406
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado	-	(9.406)	-
(-) Lucros Distribuídos Antecipadamente	-	(47.779.000)	(47.779.000)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	91	91
Resultado do Exercício	-	53.655.513	53.655.513
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.000.000	9.406	11.886.010
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado	-	(53.655.513)	-
(-) Lucros Distribuídos Antecipadamente	-	(34.551.844)	(88.216.763)
Resultado do Exercício	-	128.035.893	128.035.893
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.000.000	45.705.140	51.705.140

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A., é uma sociedade anônima regida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, cujo objeto social abrange a execução e o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **2. Base e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislações aplicáveis na lei das Sociedades por Ações. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. **a) Balanço patrimonial** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **b) Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **c) Regime de escrituração** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. **3. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais. **a) Apreciação do déficit e superávit** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Empréstimos e financiamentos** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **c) Segregação entre circulante e não circulante** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **d) Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **4. Disponível Financeiro** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aos Administradores da OBRAS E SERVIÇOS FATOR SA Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR SA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR SA, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais emitido em 28 de março de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

Relatório dos Auditores Independentes

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Bebedouro/SP, 20 de março de 2024.

MB Auditores Independentes Sociedade Simples.

CRC - ZSP 021390/O-7

MARCELO BOCK

CRC - I-SP128.524-O/0 - CVM 11207

o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Bebedouro/SP, 20 de março de 2024.

MB Auditores Independentes Sociedade Simples.

CRC - ZSP 021390/O-7

MARCELO BOCK

CRC - I-SP128.524-O/0 - CVM 11207

Diretoria

Silmar Ribeiro S. Pereira - Diretora

Contador

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/05B4-31B8-3441-665B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 05B4-31B8-3441-665B



Hash do Documento

F11490810B32454E6EF8785EBC2EE1EB23A651C394AECE012C8BBDDD6326A6C8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0693-71E8-8C80-A77F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0693-71E8-8C80-A77F



Hash do Documento

E9C9D16B07972651046A81D2716DE31C1D45E3521D36D814593BFA200441C3BB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Jornal O DIA SP

—☆—continuação

Considerando eventuais exposições cambiais, o cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do Dólar e Euro. Com todas as outras variáveis mantidas constantes está demonstrada no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível valorização do real para saldos ativos e desvalorização do real para saldos passivos em 25% e 50%, respectivamente.

	Consolidado		
	Cenário I (Provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2023 em US\$ - Análise exposição para os próximos 12 meses	(5.670)	(5.679)	(2.548)
Taxa em US\$ em 31/12/2023	4.8413	4.8413	4.8413
Taxa cambial estimada conforme cenários	4.9200	6.1500	7.3800
Diferenças entre taxas	0,0787	1,3087	2,5387
Impacto em reais	(446)	(7.421)	(14.396)

Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2023 em € - Análise exposição para os próximos 12 meses

Taxa em € em 31/12/2023	(659)	(659)	(659)
Taxa cambial estimada conforme cenários	5.3516	5.3516	5.3516
Diferenças entre taxas	5.5104	6.0680	6.2636
Impacto em reais	(1.588)	(1.5354)	(2.9140)

(a) Para os cenários em 31 de dezembro de 2023 em US\$ e €, foram consideradas, respectivamente, as taxas estimadas pelo Relatório Focus do dia 19 de janeiro de 2024 e Bloomberg. (b) Foram considerados os cenários negativos de variação cambial do real para dólar e real para euro em função de em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentar um caixa líquido negativo nestas moedas. (ii) **Risco de taxas de juros:** Risco de taxa de juros é o risco do valor justo dos fluxos de caixa ou instrumentos financeiros flutuarem pelas variações das taxas de juros de mercado. A dívida financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é pós-fixada, vinculada à TJLP para o contrato junto a FINEP e TLP para os contratos junto ao BDIMG e BNDES. Em relação a FAPEMIG, a dívida financeira é pré-fixada. Uma vez que o histórico de variação da TJLP não é significativo, a Administração da Companhia entende que a exposição a esta taxa de juros ainda não é relevante. Para os passivos atrelados a TLP, a exposição está atrelada à variabilidade do IPCA. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis variações na taxa de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada pelo IPCA.

Indicadores	Exposição		
	31/12/2023	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos atrelados ao IPCA	62.108	25%	50%
Juros sobre empréstimos	(7.699)	(8.205)	(8.205)

A Companhia apresenta aplicações financeiras locais atreladas a juros pós-fixados, no caso o CDI. Dentre as aplicações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, um total de R\$24.727 estava aplicado em operações de renda fixa, incluindo CDB, com liquidez diária em bancos de primeira linha, e, portanto, classificado como equivalente de caixa. Além disso, a Companhia mantém aplicações em longo prazo no valor de R\$11.372 referentes a finanças bancárias em benefício a garantias junto à FAFEMIG, FINEP, BDIMG, FINEM, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 6.

Saldo líquido	
2023	2022
-	4.405
24.727	65.277
11.372	8.921
36.099	78.603

Modalidade – ONSHORE
Fundo de investimentos em renda fixa
CDB – CP – moeda nacional
CDB – LP – moeda nacional

Os fundos poderão alocar seus recursos em títulos públicos federais, títulos privados (CDBs, debêntures, Commercial papers, CCBs e FIDCs) com certificação por agência de classificação de risco localizada no país, outros fundos de investimentos, e poderão adotar estratégias de gestão ativa em títulos privados que possuem maior expectativa de retorno, devido ao maior risco de crédito envolvido. A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar o saldo do ativo financeiro, calculados à uma taxa projetada, considerando um cenário provável (Cenário I), com a desvalorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Indicadores	Exposição31/12/2023	Cenário I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações Financeiras				
Sale	36.099	9,00%	6,75%	4,50%
Receita financeira a incorrer	3.249	2.437	1.624	

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 19 de janeiro de 2024.

A análise de sensibilidade buscou como o indexador a SELIC, visto ser o indexador que mais se aproxima em relação às modalidades aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Além disso, essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis do mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração. (b) **Risco de crédito e liquidez:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas. A Companhia aplica seus recursos junto a instituições financeiras avaliadas como primeira linha, classificadas majoritariamente entre as categorias BBB+ a AAA mediante autorização da diretoria financeira. A Companhia aplica a abordagem simplificada da IFRS9/CAC4 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, aplicação financeira, depósitos em bancos, contas a receber e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas na data do balanço. (ii) **Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender às suas despesas e investimentos, bem como o pagamento das dívidas. Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A Administração da Companhia é responsável pelo gerenciamento

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

pelos International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA
Existência física, apresentação e mensuração do ativo imobilizado
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo significativo em ativo imobilizado, registrado em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no montante de R\$ 165.737 mil. Esse ativo vem sendo formado ao longo dos últimos anos, no contexto da implantação de uma unidade biofarmacêutica em Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, destinada à produção e comercialização de insulinas e outras proteínas terapêuticas por engenharia genética (biofarmacos). Considerando a relevância do saldo de imobilizado e o grande volume de itens adicionados nos últimos anos, mantivemos a verificação da existência e adequado estado de conservação dos itens como assunto significativo para a nossa auditoria de 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e

de riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento de suas obrigações. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo as linhas de empréstimos informados na Nota Explicativa nº 15 e através de chamadas de capital privado realizadas nos últimos anos, e monitora constantemente os fluxos de caixa previstos.

	Consolidado				
	Valor contábil em 2023	Fluxo Contratual	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	3 anos
Fornecedores	27.728	27.728	27.728	-	-
Títulos a pagar	17.128	21.549	1.457	3.084	17.008
Partes relacionadas	12.705	12.705	-	-	12.705
Empréstimos e financiamentos	153.600	171.636	54.096	64.511	53.029
Passivo de arrendamentos	448	516	450	66	-
Total	211.609	234.134	83.731	67.661	82.742

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15 a Companhia tem empréstimo bancário com garantia que contém cláusula contratual restritiva (covenant). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia apresente garantia adicional ou pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado na data do balanço e estas montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Não é esperado que os demais fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes. (ii) **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos de disponibilidades, registrados pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, devido à rotatividade de sua utilização. Partes relacionadas, fornecedores, adiantamento a fornecedores e títulos a pagar são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Passivo
Empréstimos e financiamentos 153.600 146.850 153.600 146.850
(c) **Hierarquia de valor justo:** Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo são apresentados conforme tabela abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	153.600	146.850	153.600	146.850		

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	27.879	-	-	36.414	-	-

relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do

28 Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa
A Companhia realizou as seguintes atividades, operacionais, de investimento não envolvendo caixa portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2023	2022
Transferências de imobilizado para intangível	442	-
Baixa do direito de uso por encerramento contrato antecipado	621	-
Juros capitalizados no imobilizado	572	505
Compensação de impostos a pagar com a recuperar	310	1.011
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	-	11.803
Adição no imobilizado com contra partida em ativo mantido para venda	439	-
	<u>2.384</u>	<u>13.319</u>

29 Eventos subsequentes
(a) **Aumento de Capital:** Em 0 de fevereiro de 2024, com o fim do prazo de subscrição das sobras foi concluída a operação de aumento de capital da Companhia no valor de R\$217.012 com o aumento de capital integralizado de 37.741.157 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O aumento de capital corresponde ao valor máximo do aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2023. Após este aumento de capital tivemos a redução de participação acionária relevante da BR L.P. (BR), BTG Pactual WM Gestão de Recursos LTDA (BTG), e aumento de participação acionária relevante da WNT Gestora de Recursos LTDA (WNT). Assim, a composição acionária passou a ser: WNT Capital (16,37% das ações), Grupo W. Mares Guia (9,09% das ações), BTGLAS FIA (6,76% das ações), Cedro Participações (8,04% das ações), o Grupo TMGIBR (7,93% das ações), BNDESPAR (5,52% das ações), Grupo Gaetan (5,01% das ações), Grupo Ernich (4,45% das ações), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (3,19% das ações), Grupo M. Mares Guia (2,89% das ações), XP Advisory (2,86% das ações). Os acionistas remanescentes somam 23,92% das ações. (b) **Aprovação da certificação de boas práticas de fabricação ("CBPF") da fabricante Polpharma Biologics S.A. responsável pela fabricação do insumo farmacêutico ativo biológico Ranbuzumab:** Em 18 de março de 2024 a fabricante Polpharma Biologics S.A., responsável pela fabricação do insumo farmacêutico ativo biológico Ranbuzumab, princípio ativo que compõe o medicamento oftalmológico que será distribuído, com exclusividade pela Biomn no Brasil, foi certificada em boas práticas de fabricação pela Anvisa. O Certificado atesta as boas práticas de fabricação da planta da Polpharma Biologics S.A., que compoem joint venture entre a Formyon AG e a Bioeq AG ("Bioeq"). A Bioeq é uma empresa suíça desvedora de biossimilares, com a qual a Biomn possui acordo exclusivo para a comercialização e distribuição do medicamento biossimilar ranbuzumab (BQ201) no Brasil.

Conselho de Administração		Diretoria	
Claudio Luiz Lottenberg		Heraldo Carvalho Marcechini	
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto		Francisco Carlos Marques de Freitas	
Luiz Francisco Novelli Viana		Francisco Rafael Costa Junior	
Eduardo Augusto Buarque de Almeida		Renato Arroyo Barberio	
Italo Aurélio Gaetani			
Márcio Barnardo Spáta			
Andre Capistrano Ernich			
Renata Pereira Rodrigues Campos (suplente)			

Responsável Técnico
Nayara Rodrigues de Souza Cruz
CRC - MG - 116096-O-5 - Contador

Responsável Jurídico
Mara Bertolin dos Santos Gomes
CRC-MG-092978/O-5 - Contoller

uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por causa das consequências adversas de tal comunicação sendo, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 27 de março de 2024.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

CRC 25P000160/O-5

Fábio Abreu de Paula

Contador CRC 1MG075204/O-0

Página 3/3



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AEBE-9456-3E13-0233> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AEBE-9456-3E13-0233



Hash do Documento

D5756EA74E594E3F26D1240626658D01C42814B8CAB152402400F0F657762686

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F984-8973-82D0-7BEE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F984-8973-82D0-7BEE



Hash do Documento

3E4BA98DF0AB37562CC2F24BA04B1201C4420A747AA91F966F7468EDC0CFB720

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





ODONTO EMPRESAS CONVÊNIO DENTÁRIOS LTDA
CNPJ: 40.223.893/0001-59

Edição Digital Certificada*Quinta-feira, 28 de março de 2024

Relatório de Administração - Exercício de 2023

ANS - nº 310981

Prezados Colistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da OdonTO Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às operadoras supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Em 2023, em um mercado global local que detém 32,67 milhões de clientes, o faturamento da Companhia foi de R\$52.271ml. A estratégia da atividade comercial visou o desenvolvimento da oferta de produtos a partir das parcerias (B2B2C) com corretores de seguros e empresas que pretendem realizar uma oferta ampla de produtos agregada ao seu portfólio, o produto odontológico. No entanto, a operação foi impactada pela saída de clientes da carteira ativa, impactando o faturamento em 7% em relação ao exercício de 2022.
Por outro lado, o resultado bruto das operações foi de R\$24.058ml, representando 46% do faturamento do período, reflexo do controle das regras de subscrição, de regulação de sinistro e de auditoria, sendo 4% inferior ao ano de 2022. No âmbito das operações, em razão da recente aquisição pela CNP Assurances da participação societária da Caixa Seguridade na Companhia, a Administração

conduziu um projeto em 2023 de autonomia operacional e tecnológica dos serviços que até então eram executados de forma compartilhada à nível de holding com as demais empresas, e cuja conclusão deu-se em janeiro de 2024. Este projeto teve reflexo nas despesas da Companhia para 2023. Como resultado a Companhia encerrou o exercício de 2023 registrando um prejuízo líquido de R\$9.367ml com um patrimônio líquido R\$15.335ml. Ainda em 2023, no âmbito social a Companhia, que possui uma rede de distribuição e perfil de clientes aderentes aos planos da Sociedade, além de estratégia de retenção e fidelização clientes ativos na carteira. Aliado a estratégia comercial, é foco da administração a manutenção do controle da sinistralidade e realização de programas de eficiência de custo da operação após o projeto de autonomia que foi finalizado para redução dos impactos de despesas operacionais e administrativas. Para subsidiar as estratégias de desenvolvimento da Companhia, em 29.01.2024, em tempo da publicação destas Demonstrações Financeiras, e, reforçando a estratégia do acionista, novo aporte

de capital foi realizado na Companhia no montante de R\$47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), refletidos no fechamento contábil de janeiro de 2024.
Honorários de Auditoria Externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.
Considerações Finais e Agradecimentos
A OdonTO EMPRESAS CONVÊNIO DENTÁRIOS LTDA, agradece o apoio e a confiança dos acionistas. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.
Por fim, a OdonTO EMPRESAS CONVÊNIO DENTÁRIOS LTDA reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e de seus parceiros. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.
Barueri, 26 de março de 2024.
A Administração.

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		44.838	42.731	PASSIVO CIRCULANTE		26.938	16.347
Disponível		259	105	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	5.276	6.188
Realizável		44.579	42.626	Provisões de contraprestações		1.454	2.159
Aplicações Financeiras	4	36.018	31.692	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		1.747	2.176
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		8.127	7.344	Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		2.075	1.853
Aplicações Livres		27.891	24.348	Débitos de operações de assistência à saúde		2.827	1.492
Créditos de operações com planos de assistência à Saúde	5	2.779	4.510	Receita Antecipada de contraprestações		51	64
Contraprestação pecuniária a receber		2.779	4.510	Comercialização sobre operações		2.776	1.428
Despesas diferidas	5.4	864	757	Provisões		489	-
Créditos Tributários e Previdenciários	6	4.712	5.380	Provisões para ações judiciais	11	489	-
Bens e Títulos a Receber		206	151	Tributos e Impostos Sociais a recolher	9	532	444
Despesas antecipadas		-	136	Débitos diversos	10	17.814	8.223
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.601	3.468	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.166	5.150
Realizável a longo prazo		2.031	1.928	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	280	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	2.031	1.928	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		280	-
Imobilizado	7	292	1.380	Provisões		4.886	4.422
Imobilizado de uso próprio		269	161	Provisões para Ações Judiciais	11	4.886	4.422
Outras Imobilizações		23	31	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	15.335	24.702
Direito de uso de arrendamentos		-	1.188	Capital social		30.400	30.400
Intangível	7	278	160	Prejuízos acumulados		(15.065)	(5.698)
TOTAL DO ATIVO		47.439	46.199	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.439	46.199

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	30.400	(4.228)	26.172
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(1.470)	(1.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.400	(5.698)	24.702
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(9.367)	(9.367)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.400	(15.065)	15.335

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A OdonTO Empresas Convênios Dentários Ltda. ("OdonTO Empresas" ou "Companhia"), sediada na Avenida Tamboré, 267 15º andar conjunto 151B, Barueri - SP, tem por atividade a administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde suplementar no segmento de odontologia na modalidade de pré-pagamento, relacionados com a prestação de serviços de operação de planos odontológicos para empresas, associações e grupos de pessoas fidelizadas (*affinity groups*) e pessoas físicas por meio de seus clientes.
A OdonTO Empresas possui registro de operadora na ANS, classificada na modalidade de odontologia de grupo e encontra-se autorizada para funcionamento desde 18 de janeiro de 2008.
1.1. Cisão
1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária
No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade Participações S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora indireta da Companhia, firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária indiretamente detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.
1.1.2. Reestruturações internas
Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, mencionado na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.
No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a transferência do controle acionário direto, até então, detido pela CNP Participações em Seguros Ltda. (anteriormente denominada Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.), para a CNP Seguros Holding Brasil S.A.
No dia 12 de dezembro de 2022, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era desde o dia 31 de outubro de 2022, a controladora direta da Companhia, transferindo o investimento para os acionistas da Companhia, conforme proporção a seguir:
• CNP Assurances - 50,75%
• CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
• Caixa Seguridade - 48,25%
No dia 22 de dezembro de 2022, a CNP passou a deter 100% das ações da Companhia, a operação foi concluída após a aquisição de 48,25% das cotas detidas pela Caixa Seguridade, a partir dessa data, a composição acionária da Companhia, passou a ser:
• CNP Assurances - 50,75%
• CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
• CNP Assurances Participações Ltda. - 48,25%
A ANS aprovou a cisão parcial do ente não regulado CNP Seguros Holding Brasil S.A. com incorporação da parcela cindida pela operadora de plano de assistência à saúde OdonTO Empresas Convênios Dentários Ltda. (Reg. nº 31.098-1), através do processo nº: 33910.034999/2022-09, nota técnica nº 22/2022/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, em 12 de dezembro de 2022.

2. Resumo das políticas contábeis materiais
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.
A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.
As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.
A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 2 - Políticas Contábeis Materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.
2.1. Base de preparação
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.12.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 26 de março de 2024.
2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
2.3. Caixa e bancos (cash and equivalents)
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.
2.4. Ativos financeiros
2.4.1. Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração (quando houver valores registrados):
• Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
• Mensurados ao custo amortizado.
A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:
• Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.
A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:
• Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá da Companhia ter feito ou não a opção irrevogável no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.
2.4.2. Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:
a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.
2.5. Impairment
2.5.1. Impairment de ativos financeiros
A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.
• Os prêmios são avaliados inicialmente pelo valor original. A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN nº 528/2022 e alterações posteriores.
• Para os planos individuais com preço preestabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.
Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.
2.5.2. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.
2.6. Imobilizado e intangível
O imobilizado e contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) Móveis, máquinas, utensílios e demais equipamentos - de 10% a 20% a.a.; ii) benfeitoria em imóveis de terceiros de 20% a.a. e veículos - 20% a.a.
O intangível é composto de sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..
2.7. Provisões técnicas
As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
A Provisão de Eventos a Liquidar (PELSE) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial. A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada pelo método *Chain Ladder*, com observações de 18 meses.

A Provisão para Contraprestações Não Ganhadas (PPCNG) é constituída para a cobertura dos eventos decorrentes de suas alterações de preço, com base no cálculo baseado na Pesquisa Normativa nº 393/21 e demais alterações, aplicando parcela de contribuições não ganhas, cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.
2.8. Teste de adequação do passivo - TAN
Conforme requerido pela Resolução ANS nº 528/2022, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que estejam vigentes na data de execução do teste. Para esse teste a Companhia elaborou uma metodologia atualizada baseada em uma abordagem definitiva coerente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme modalidade de contratação, sendo contratos individuais e contratos Coletivos, estabelecidos em regulamentação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:
a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados o cupom Pré-fixada da ANBIMA, conforme estabelecido no item 10.12.2.1 do Anexo da RN 528/2022;
b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes dos produtos, foram aplicadas sinistralidades com base no histórico médio observado da carteira, atualizando 30%;
c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observado para a carteira.
d) Despesa das despesas foi utilizada a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido.
Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados.
2.9. Outros passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por reembolso ou compensação com outro sigvel.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constituição jurídica, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).
2.10. Auração do resultado
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos de saúde.
As contraprestações emitidas são apropriadas ao resultado em bases lineares no período de cobertura do risco.
A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apreensão da conta odontológica ou do aviso pelo prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.
As despesas de comercialização diferidas são aplicadas para os planos empresariais, e são compostas por todos os gastos diretamente incrementais e relacionados à emissão de futuras, e que possam ser avaliados com confiabilidade e apropriados ao resultado no prazo de até 12 (doze) meses. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.
As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.
2.11. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.
Os ativos financeiros da companhia são integralmente classificados como arrendamentos operacionais e de despesa de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e CPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.
As notas explicativas nº 7 e nº 10.1 apresentam as informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.
Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1)
Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2022. Os ativos de direito de uso são mensurados:
Popul valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. Foram analisados os ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. Foi utilizado o expediente prático ao aplicar o CPC 06 (R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R2), sendo que não reconhecemos ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.
A Companhia adotou o CPC 4B - Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - *Financial Instruments* em 1º de janeiro de 2023 através da Resolução Normativa 472, de setembro de 2021. A norma introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro.
O CPC 4B exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.
A perda esperada de crédito para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado por meio do resultado, antes mesmo da adoção do CPC 4B. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

3. Gestão de riscos
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. A Diretoria de Riscos (DIRRIS) foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco. As principais responsabilidades da DIRRIS são:
• Definir a visão estratégica de Risk Appetite;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de *compliance*;

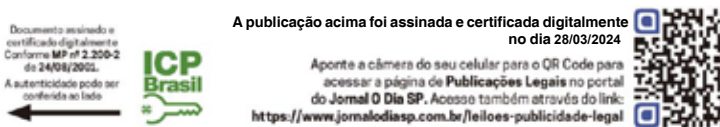
	31/12/2023	31/12/2022
Sensibilidade	Impacto monetário	Impacto monetário
Taxa - 1% (a)	0,00%	0,00%
Taxa - 1% (a)	0,00%	0,00%
Sinistralidade +5% (b)	10,31%	50,57%
Sinistralidade -5% (b)	-10,31%	-50,57%
Inflação +1% (c)	0,00%	0,00%
Inflação -1% (c)	0,00%	0,00%

Nota: a) Sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *Duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo; b) Para o teste de sensibilidade consideramos o cenário de (des)ajustamento "A" em +5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de testes considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação: IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1.
c) Os impactos da variação da inflação, 100 basis points para cima ou para baixo, foram calculados de acordo com os ativos financeiros pós-fixados.
3.4. Risco de liquidez
Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impedir perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.
No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.
3.5. Risco de crédito
A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.
A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022		
Composição dos ativos	Sem Rating	Total	Sem Rating	Total
Valor justo por meio do resultado	36.018	36.018	31.692	31.692
Fundos de investimentos abertos	36.018	36.018	31.692	31.692
Créditos de operações com planos de assistência odontológica	2.779	2.779	4.510	4.510
Títulos e créditos a receber	206	206	151	151

3.6. Risco de mercado
O risco de mercado refere-se ao risco de alteração de valor de ativos e passivos devido a mudanças nos preços de mercado. Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva

continua →





ODONTO EMPRESAS CONVÊNIO DENTÁRIOS LTDA
CNPJ: 40.223.893/0001-59

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*continuação

de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacamos o risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos.

3.6.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos, o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Nível de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O saldo apresentado de *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 2 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 2).

4. Aplicações

	31/12/2023		31/12/2022		Sem Vencimento	Percentual
	Valor de Mercado	Valor do Mercado Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Mercado Atualizado		
Valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimento abertos 36.018	36.018	31.692	31.692	36.018	100,00%	

4.1. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	31.692	28.556
Aplicações	18.525	7.090
Resgates (i)	(18.283)	(7.535)
Rendimentos	4.084	3.581
Saldo final	36.018	31.692

(i) Na composição da movimentação, o resgate é demonstrado no valor bruto de IR na alíquota de 17,5%.

4.2. Abertura por nível

A seguir, apresenta-se a classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.

O valor está integralmente concentrado no nível 1. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 36.018 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 31.692).

5. Créditos das operações com planos de assistência odontológica

Apresentamos a seguir as contraprestações a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

7. Imobilizado e intangível

O saldo de imobilizado está totalmente representado por veículos, instalações e equipamentos de informática. O intangível refere-se integralmente a gastos com sistemas informatizados.

A seguir apresentamos a movimentação do Imobilizado e Intangível:

	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2023					31/12/2022								
		Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Novos contratos	Transferência	Depreciações	Saldo final	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Novos contratos	Transferência	Depreciações	Saldo final
Imobilizado															
Equipamentos	10 a 20	23	19	-	-	-	(18)	24							
Móveis, máquinas e utensílios		120	-	-	-	-	(55)	65							
Veículos		20	18	192	(16)	-	(15)	179							
Beneficiária em imóveis de terceiros		20	31	-	-	-	(7)	24							
Ativo de direito de uso (i)		1.188	-	(818)	-	-	(370)	-							
Total		1.380	211	(834)			(465)	292							
Intangível															
Sistemas de computação		160	-	-	-	-	(147)	13							
Sistemas de computação em desenvolvimento (ii)	20	-	265	-	-	-	-	265							
Total		160	265					(147)	278						

(i) O Ativo de direito de uso refere-se substancialmente a imóveis locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.13). A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2023 uma taxa de 30,23% a.a. (ii) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.

8. Provisões técnicas

Apresentamos a seguir a movimentação das provisões técnicas:

	31/12/2023				
	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PSEL)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (i)	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG) (ii)	Total	
Saldo inicial	2.176	1.853	2.159	6.188	
Constituições	764	24.760	53.431	78.955	
Reversões	(587)	(24.538)	(54.136)	(79.261)	
Aviso de sinistros	18.130	-	-	18.130	
Pagamentos de sinistros	(18.456)	-	-	(18.456)	
Saldo final	2.027	2.075	1.454	5.556	

	31/12/2022				
	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PSEL)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (i)	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG) (ii)	Total	
Saldo inicial	2.267	2.085	2.107	6.459	
Constituições	165	26.544	60.611	87.320	
Reversões	(217)	(26.776)	(60.559)	(87.552)	
Avisos de sinistros	17.912	-	-	17.912	
Pagamentos de sinistros	(17.951)	-	-	(17.951)	
Saldo final	2.176	1.853	2.159	6.187	

(i) Refere-se a movimentação de constituição/reversão no exercício.

9. Tributos e encargos sociais a recolher

Apresentamos a seguir a composição dos tributos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2023	31/12/2022
IRRR terceiros a recolher	83	80
PIS/PASEP/COFINS	171	152
ISS a recolher	62	63
INSS a recolher	7	6
IRPJ líquido das antecipações a recolher	-	46
CSLL líquido das antecipações a recolher	-	29
FGTS a recolher	35	47
Outros tributos e encargos sociais a recolher	174	21
Total	532	444

10. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	260	380
Obrigações com pessoal a pagar	2.393	2.579
Comissões e bonificações a pagar	286	11.055
Passivos de arrendamento (i)	-	1.247
Provisão honorários advocatícios	351	351
Provisão de contas a pagar	2.400	2.400
Aluguéis	-	4
Outras contas a pagar (ii)	12.124	930
	17.814	8.951

(i) Refere-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

(ii) O Aumento refere-se ao contrato de cost-sharing com CSH sob as despesas pessoal, administração entre outros.

10.1. Movimentação do passivo de arrendamento

	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.400	(153)	1.247	1.247
Apropriação de juros transcorridos	-	122	122	-
Constituições/reavaliações de contratos	2.264	(487)	1.777	-
Pagamentos	(451)	-	(451)	-
Outras/Baixas	(3.213)	518	(2.695)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	-	-	-
Apropriação de juros transcorridos	-	153	153	-
Constituições/reavaliações de contratos	2.022	(306)	1.716	-
Pagamentos	(622)	-	(622)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.400	(153)	1.247	1.247

	31/12/2023			31/12/2022		
	Contraprestações a receber	PDD	Total	Contraprestações a receber	PDD	Total
Odonto empresarial	1.565	(614)	951	2.478	(259)	2.219
Odonto pessoa física	5.256	(3.428)	1.828	3.924	(1.633)	2.291
Total	6.821	(4.042)	2.779	6.402	(1.892)	4.510

5.2. Movimentação das contraprestações a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	4.510	4.364
Contraprestações emitidas	55.264	59.440
Contraprestações canceladas	(877)	(1.518)
Recebimentos	(53.968)	(56.672)
Reversão de provisão para perdas	(2.150)	(1.103)
Saldo final	2.779	4.510

5.3. Faixas de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações a vencer		
De 1 a 30 dias	1.452	3.605
Contraprestações vencidas		
De 1 a 30 dias	966	767
De 31 a 60 dias	261	120
De 61 a 120 dias	100	18
Saldo final	2.779	4.510

5.4. Despesas diferidas

O saldo das Despesas diferidas refere-se substancialmente ao diferimento de comissão. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 864 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 757).

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários
Os créditos tributários da Companhia estão integralmente originários por tributos a compensar, e estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Contribuição Social	219	965
Imposto de Renda	4.472	4.396
Outros Tributos	21	19
Total	4.712	5.380

6.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos está distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Adições temporárias	7.281	5.975
Prejuízo fiscal	22.679	21.592
Total	29.960	27.567

6.3. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	622	(103)
Não circulante	778	(50)
Total	1.400	(153)

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022.

11. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

A composição dos depósitos judiciais e provisões para ações judiciais está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Depósitos judiciais	Contingências passivas	Depósitos judiciais	Contingências passivas
Natureza cível (i)	2.017	1.928	4.127	2.729
Natureza trabalhista	14	-	15	-
Natureza fiscal - Contingências	-	-	1.233	1.693
Totais	2.031	1.928	5.375	4.422

(i) Os valores de depósitos judiciais referem-se aos processos de execuções fiscais nº 5002039-91.2019.4.03.6144 e 33910.025564/201706, referentes aos processos administrativos movidos pela ANS. A movimentação das provisões para ações judiciais pode ser resumida como segue:

	Saldo 31/12/2023				Saldo 31/12/2022			
	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Total	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Total
Natureza cível	2.729	1.109	(511)	80	4.127	-	-	4.127
Natureza trabalhista	-	-	15	-	-	-	15	-
Natureza fiscal - Contingências	1.693	-	(1.130)	670	1.233	-	-	1.233
Total	4.422	1.124	(1.641)	1.471	5.375			5.375

(ii) Os valores de depósitos judiciais referem-se aos processos de execuções fiscais nº 5002039-91.2019.4.03.6144 e 33910.025564/201706, referentes aos processos administrativos movidos pela ANS. A movimentação das provisões para ações judiciais pode ser resumida como segue:

	Saldo 01/01/2022				Saldo 31/12/2022			
	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Total	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Total
Natureza cível	2.792	542	(910)	305	2.729	-	-	2.729
Natureza fiscal - Contingências	1.392	-	-	301	1.693	-	-	1.693
Total	4.184	542	(910)	606	4.422			4.422

As provisões judiciais cíveis correspondem, substancialmente, a cobertura de danos morais, materiais, que estão em discussão judicial.

As provisões fiscais, referem-se a tributos federais, com solicitação administrativa de pedido de restituição e/ou compensação junto a Receita Federal do Brasil.

A segregação em função da probabilidade de perda pode ser resumida como segue:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Remota	Possível	Provável	Total	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	724	344	4.127	5.196	10	124	15	149
Natureza trabalhista	10	124	15	149	-	-	-	-
Natureza fiscal - Contingências	91.966	3.731	1.233	96.930	92.700	4.199	5.375	102.275
Total	93.700	4.200	5.375	103.275	92.710	4.347	5.3	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F37F-CBA9-6F89-BCD9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F37F-CBA9-6F89-BCD9



Hash do Documento

BD9EEFB2A5B2192F2CA2A479EA2835191F97D0DDFD9BB03C5714AD3C697C7051

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

CNPJ nº 07.658.098/0001-18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado às Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Apresentação:** A Qualicorp Administradora de Benefícios é a maior administradora brasileira de planos de saúde coletivos por adesão e outros benefícios para grupos de afinidade, definidos em função da profissão ou área de atuação, em parceria com entidades de classe, com a escala dessa coletividade, a Qualicorp negocia junto às operadoras planos com condições especiais. A empresa também presta serviços de consultoria e gestão de planos de saúde coletivos empresariais e outros benefícios para empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados portes. **Política de Destinação dos Lucros:** A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 1% do lucro do Exercício, Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício. A Companhia, em linha com o atual cenário desafiador para o setor de saúde e para a economia doméstica em geral, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade. Mesmo com todos os obstáculos, 2023 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na sua estratégia de retomada do crescimento. Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa como alavanca de suporte neste processo. O Relatório Anual traz informações sobre o progresso de nossa Visão, parte das nossas estratégias e demais apontamentos. **Perspectivas e planos da administração para o(a)**

exercício(s) seguinte(s). A Companhia vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2024, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhoria no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária. **Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde.** A Companhia realizou investimentos, distribuídos em inovação e tecnologia, além de incentivos e comissionamento aos canais de vendas para distribuição de seus produtos. Além disso, a Companhia mantém investimento direto na controlada Plural Gestão de Planos com 15% de participação. **Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício.** Incorporação da Eio Administradora de Benefícios Ltda.: Em 1 de janeiro de 2023, foi realizada a incorporação total da Eio Administradora de Benefícios Ltda., tendo como efeito a extinção da controlada incorporada. A incorporação total da controlada, conforme protocolos e justificativa de incorporação constantes nos atos societários beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que terá benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos da sociedade envolvida, bem como a racionalização operacional e administrativa, o que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, societários e estruturais. O critério de avaliação do patrimônio líquido na incorporação foi o valor contábil dos ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de avaliação aprovado pela ANS em 28 de novembro de 2022. **Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o**

exercício, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento. A Companhia afirma que ao final do ano de 2023, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e ela não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora. **Capital social e dividendos:** Acordos de acionistas da Qualicorp Administradora de Benefícios e sua controlada:

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		954.562	893.847	1.034.185	761.859
Disponível	7	162.753	181.407	181.821	188.623
Realizável		791.809	512.440	852.364	573.236
Aplicações Financeiras	8	435.431	305.990	435.431	312.332
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	23.157	-	29.499
Aplicações Livres		435.431	282.833	435.431	282.833
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	57.918	69.958	111.953	122.816
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		55.658	69.958	109.693	122.816
Outros Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde		2.260	-	2.260	-
Créditos Tributários e Previdenciários		42.266	36.816	44.158	36.827
Bens e Títulos a Receber	10	252.892	96.969	256.456	97.036
Bens Antecipados		3.302	2.707	4.366	4.225
Ativo Não Circulante		798.531	914.418	806.613	918.123
Realizável a Longo Prazo		29.233	111.682	45.875	136.610
Créditos Tributários e Previdenciários		-	42.157	6.765	47.653
Depósitos Judiciais e Fiscais		19.925	9.490	21.168	11.260
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		9.308	60.035	17.942	77.637
Investimentos	12	221.074	311.400	33	33
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		221.041	311.367	-	-
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência à Saúde		221.041	311.367	-	-
Outros Investimentos		33	33	33	33
Imobilizado		6.851	7.621	7.812	11.216
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		413	444	803	1.248
Direito de Uso de Arrendamentos		6.438	7.177	7.009	9.968
Intangível	16	541.373	483.715	752.893	770.264
Total do Ativo		1.753.093	1.608.265	1.840.797	1.679.981

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		670.982	438.037	738.687	485.694
14 Débitos de Operações de Assistência à Saúde		396.132	276.759	458.878	316.517
Contraprestações/Prêmios a Restituir		57.104	53.901	57.104	53.901
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		51.288	61.122	59.997	69.798
Comercialização sobre Operações		1.312	1.075	1.312	1.075
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		284.486	160.661	338.523	191.743
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde		1.942	-	1.942	-
Provisões		-	-	-	1.109
Provisão para IR e CSLL		-	-	-	1.109
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		9.573	10.016	11.655	11.568
15 Débitos Diversos		265.277	151.262	268.154	156.500
Passivo não Circulante		181.204	231.300	187.505	245.507
Provisões		120.581	173.039	125.507	191.145
Provisões para Tributos Diferidos		62.822	132.558	65.633	130.010
Provisões para Ações Judiciais		17	57.759	46.481	59.874
Débitos Diversos	15	50.623	52.261	60.723	54.412
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		-	-	-	1.275
18 Patrimônio Líquido		900.907	938.928	914.605	948.730
Capital Social		314.006	314.006	314.006	314.006
Capital Social a Integralizar		-	-	-	-
Reservas		586.901	624.922	586.901	624.921
Reservas de Capital		119.122	113.251	119.122	113.251
Reservas de lucro		467.779	511.671	467.779	511.670
Lucros acumulados		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		900.907	938.928	900.907	938.927
Participação dos não controladores no patrimônio líquido		-	-	-	13.698
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.753.093	1.608.265	1.840.797	1.679.981

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Saldo em 31 de Dezembro 2021	Nota Explicativa	Atribuído a proprietários da controladora				Participação dos não controladores			
		Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva Outros	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação dos não controladores	Total Consolidado	
Ajuste por adoção de Norma Contábil		314.006	104.874	60.042	365.283	844.205	-	2.750	846.955
Saldo em 01 de Janeiro 2022		314.006	104.874	60.042	390.140	869.062	24.857	5.430	877.242
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	282.764	-	8.180	285.535
Ações restritas		-	8.377	-	-	-	-	-	8.377
Dividendos pagos		-	-	-	(3.276)	(217.999)	-	-	(221.275)
Constituição de reserva legal		-	-	14.138	-	(14.138)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	50.627	(50.627)	-	-	-
Dividendos minoritários		-	-	-	-	-	-	(1.148)	(1.148)
Saldo em 31 de Dezembro 2022		314.006	113.251	74.180	437.495	938.928	27.436	6.001	948.731
Ajuste por adoção de Norma Contábil		-	-	-	(27.436)	-	-	(600)	(28.036)
Saldo em 01 de Janeiro 2023		314.006	113.251	74.180	410.059	938.928	91.492	9.203	920.695
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	104.905	-	2.422	107.327
Ações restritas		-	-	-	-	5.871	-	-	5.871
Dividendos pagos		-	-	-	(50.627)	(70.734)	-	-	(121.361)
Reclassificação de reserva legal		-	(11.379)	11.379	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	342	(342)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	33.829	(33.829)	-	-	-
Aporte de capital em controlada por minoritários		-	-	-	-	-	-	3.004	3.004
Dividendos minoritários		-	-	-	-	-	-	(931)	(931)
Saldo em 31 de Dezembro 2023		314.006	119.122	62.801	404.978	900.907	13.698	13.698	914.605

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado do Exercício - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		987.983	1.019.559	1.081.902	1.135.099	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Receitas com Operações de Assistência à Saúde com Administração		1.057.678	1.090.848	1.158.287	1.214.622	(+) Recebimentos de planos de saúde		8.709.885	9.190.277	9.212.398	9.811.492
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(69.695)	(71.289)	(76.385)	(79.523)	(+) Resgate de aplicações financeiras		3.405.562	-	3.410.603	257.557
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		987.983	1.019.559	1.081.902	1.135.099	(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		52.185	41.985	53.411	44.817
Outras Receitas Operacionais		19.871	14.754	21.384	16.430	(-) Outros Pagamentos Operacionais		(8.169.757)	(8.296.100)	(8.584.047)	(8.828.528)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		14.432	5.981	14.432	5.981	(-) Pagamentos de Comissões		(3.272)	(7.696)	(26.064)	(39.888)
Outras Receitas Operacionais de planos de Assistência à Saúde		5.439	8.773	6.952	10.449	(-) Pagamentos de Pessoal		(105.151)	(64.362)	(118.996)	(73.047)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(205.042)	(236.944)	(228.350)	(249.888)	(-) Pagamentos de Impostos e Taxas		(91.658)	(85.416)	(94.611)	(90.081)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	20	(148.636)	(228.441)	(153.700)	(233.304)	(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(103.606)	(170.769)	(118.890)	(201.202)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(56.406)	(98.503)	(74.649)	(116.584)	(-) Pagamentos de Tributos		-	-	(271)	(2.000)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(4.070)	(5.401)	(4.590)	(6.310)	(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(3.486)	(772)	(4.422)	(4.200)
Resultado Bruto	20	798.742	701.968	870.346	795.331	(-) Pagamentos de Aluguel		(12.444)	(15.687)	(14.166)	(18.287)
Despesas de Comercialização		(205.042)	(236.944)	(228.350)	(249.888)	(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade		(3.522.001)	(30.502)	(3.522.001)	(288.512)
Despesas Administrativas	20	(536.986)	(368.994)	(588.791)	(424.042)	(-) Aplicações Financeiras		(547.462)	(908.818)	(561.604)	(941.443)
Resultado Financeiro Líquido	21	(130.588)	69.790	(127.723)	68.272	(-) Outros Pagamentos Operacionais		198.197	391.997	216.685	394.979
Receitas Financeiras		104.612	103.758	109.991	110.413	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		-	-	-	-
Despesas Financeiras		(235.200)	(33.968)	(237.714)	(42.141)	(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - HOSPITALAR		-	-	-	-
Resultado Patrimonial		7.265	9.293	-	-	(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		-	-	-	(16)
Receitas Patrimoniais		8.540	12.496	-	-	(+) Recebimentos de venda de Investimentos		11.699	-	-	-
Despesas Patrimoniais		(1.275)	(3.193)	-	-	(-) Recebimentos de Dividendos		-	-	-	-
Resultado Antes Dos Impostos E Participações	22	97.309	396.747	103.528	411.175	(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		-	-	-	-
Imposto de Renda		667	(55.533)	(2.150)	(64.057)	(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - HOSPITALAR		-	-	-	(13)
Contribuição Social		-	(21.443)	(1.023)	(24.580)	(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS		(16.112)	(45.126)	(16.112)	(45.126)
Impostos Diferidos		11.944	(35.002)	11.987	(34.998)	(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(31.355)	(45.126)	(31.355)	(45.126)
Participações sobre o Lucro		(5,014)	(2,004)	(5,014)	(2,004)	(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas, líquido do caixa adquirido					

*continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

Consolidadas - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	51.288	-	61.122	-
Contraprestações/prêmios a restituir	57.104	-	53.901	-
Comercialização sobre Operações	1.312	-	1.075	-
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde	1.942	-	-	-
Débitos diversos - passivo não circulante	-	-	-	-
- Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	-	55.960	-	45.631
Débitos diversos - circulante e não circulante	269.940	-	157.892	-
Total	333.586	55.960	273.014	45.631
Consolidado 31/12/2022				
	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	137.949	-	70.356
Aplicações financeiras	-	435.431	-	312.332
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	109.693	-	122.816	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2.260	-	-	-
Bens e títulos a receber	252.892	-	96.969	-
Depósitos judiciais e fiscais	21.168	-	11.320	-
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	338.523	-	191.743	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	59.997	-	69.798	-
Contraprestações / prêmios a restituir	57.104	-	53.901	-
Comercialização sobre Operações	1.312	-	1.075	-
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde	1.942	-	-	-
Débitos diversos - passivo não circulante	-	-	-	-
- Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	-	55.960	-	45.631
Débitos diversos - circulante e não circulante	272.917	-	165.281	-
Total	333.586	55.960	273.014	45.631

Impactos estimados da adoção das normas CPC 48 na data de abertura das demonstrações financeiras:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	69.958 (38.899)	31.059
Investimentos	311.400 (1.801)	309.599
Créditos tributários e previdenciários	42.157 13.264	55.421
Ativo	423.515 (27.436)	396.079
Patrimônio líquido	938.928 (27.436)	911.492
Passivo e patrimônio líquido	938.928 (27.436)	911.492

Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção do CPC 48 na demonstração de resultado caso a data de aplicação da norma fosse 1º de janeiro de 2022.

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(98.503) (38.899)	(137.402)
Impostos diferidos	(35.002) 13.264	(21.738)
Lucro líquido	282.764 (25.635)	257.129

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(98.503) (38.899)	(137.402)
Impostos diferidos	(35.002) 13.264	(21.738)
Lucro líquido	282.764 (25.635)	257.129

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Balanco Patrimonial	31/12/2022	CPC 48
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816 (42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653 14.501	62.154
Ativo	170.469 (28.036)	142.433
Patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	948.730 (28.036)	920.694

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Controladora	Divulgado	Adoção de Normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584) (42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998) 14.501	(20.497)
Lucro líquido	285.535 (28.036)	257.499

*continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. Eio Administradora de Benefícios Ltda. Total

12. Investimentos: Participações societárias: Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. Eio Administradora de Benefícios Ltda (i)

Movimentação do investimento: Total do investimento em 31 de dezembro de 2022: 230.665

Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2023: Capital social, Patrimônio líquido, Lucro (prejuízo) do exercício

31 de dezembro de 2023: 221.041

13. Intangível: Está composto como segue: Aliança Administradora de Benefícios S.A., empresa incorporada

Quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

Recitas: Para o exercício de 2024 as análises se basearam, principalmente, no orçamento da Companhia.

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2023: a) A Companhia e parte passiva em processos civis em andamento...

Despesas: Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 14,5% a.a. antes dos impostos e taxa de 11,2% a.a. após impostos...

Recitas financeiras: Rendimentos com aplicações financeiras, Juros e multas sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)

Despesas: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Recitas financeiras: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Despesas: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Recitas financeiras: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Despesas: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Recitas financeiras: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Despesas: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Recitas financeiras: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Despesas: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Recitas financeiras: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Despesas: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Recitas financeiras: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Aos Diretores da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas. São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data...

Recitas financeiras: Roteio custos e juros sobre debêntures (b), Descontos concedidos, Atualização dos monetários sobre opção de compra (11.329)

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Diretoria: Mauricio da Silva Lopes, Diretor Presidente, Eduardo Ribeiro Farias de Oliveira, Diretor

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL ODIA SP. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D329-AFBB-E669-3841.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D329-AFBB-E669-3841> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D329-AFBB-E669-3841



Hash do Documento

AE9EFBF55B28A91C712E90627A108D36F670F12D9453E8EC87A0D4AC87AFCA8E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2B69-285F-7ED7-22DA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2B69-285F-7ED7-22DA



Hash do Documento

B15B084FB32CD274E2561BFD3C135E9555CAC6D4F3A66E1987F33209D2C1A015

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Complexo Lagoa Do Barro Energias Renováveis S.A.			
	2023	2022	
2023	(3.397)	(8.493)	
2022	(168)	(170)	
Outras despesas administrativas	(82)	(39)	
Viagens e estadas	(1.585)	(171)	
Penalidades por insuficiência de lastro	(136.641)	(120.419)	
Outros			
20. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)			
	2023	2022	
Despesas bancárias	(559)	(526)	
IOF	(138)	(35)	
Juros de financiamentos	(68.000)	(68.673)	
Amortização do custo de captação	(1.014)	(1.014)	
Juros e multas de mora	(33)	(8)	
Custo da estruturação da dívida	(10.939)	(10.694)	
Outras despesas financeiras	(7.709)	(8.263)	
Total das despesas financeiras	(88.392)	(89.124)	
Juros recebidos	6	6	
Receita de aplicação financeira	24.625	9.160	
Outras receitas financeiras	9.743	1.218	
Total das receitas financeiras	34.368	10.383	
Resultado financeiro líquido	(54.024)	(78.741)	
21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CONSOLIDADO)			
	2023	2022	
Saldo inicial	785.804	822.989	
Captação	281.951	-	
Pagamento de juros	(69.880)	(72.986)	
Pagamento de principal	(117.118)	(33.886)	
Despesas com juros	68.000	68.673	
Custos de captação amortizados	1.015	1.015	
Saldo final	949.770	785.804	
Durante o ano de 2023, a controladora captou empréstimo no valor de R\$ 80.000, liquidado no mesmo ano. O total de despesas com juros foi de R\$ 1.373. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. 16.2. COVENANTS: O Grupo controlador financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. 16.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB: O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao BNB, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,30, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fiador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2023 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. 16.3. Outras garantias: As garantias referem-se a: Garantia fiduciária do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Leilão do Sistema de Transmissão - CUST.			
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.120.666 (R\$ 970.666 em 2022) dividido em 98.751.599.501 (83.810.878.377 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:	2023	2022	
Atlântic Energias Renováveis S.A. ("Atlântic")	1.120.666	970.666	
Em 01 de dezembro de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 150.000, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.	2023	2022	
Aumento de capital social	187.204	5.757	
Integralização e aporte de capital			
Controladora e controlador final: As ações da Companhia são 100% controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. d. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos dos dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.	2023	2022	
Receita bruta venda de energia	264.871	264.920	
Resarcimento de energia ⁽¹⁾	(20.806)	(35.900)	
(*) PIS e COFINS	(9.717)	(9.726)	
	234.348	219.294	
(1) Vide nota explicativa 15(i).			
19. GASTOS POR NATUREZA (CONSOLIDADO)			
	2023	2022	
Custo de geração de energia	(129.759)	(113.848)	
Despesas gerais e administrativas	(5.630)	(6.522)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.252)	(138)	
Total	(136.641)	(120.419)	
Encargos de transmissão e conexão	(16.293)	(15.004)	
Compra de energia	(9.689)	(3.664)	
Liquidação financeira negativa - CCEE	(5.962)	(2.553)	
Despesa com pessoal	(7.146)	(5.656)	
Serviços de terceiros	(4.643)	(4.389)	
Depreciação	(72.135)	(71.046)	
Arrendamento	(3.553)	(3.485)	
Manutenção	(11.292)	(10.120)	
Aluguel	(869)	(501)	
Materiais	(327)	(128)	



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/84C3-AC56-B91F-76A1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 84C3-AC56-B91F-76A1



Hash do Documento

726A059DD14ECFAFF23BF50869FA9B2FEC4821BC5C04A2D5692FDC65D6DE66B8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4BC7-6FE4-CCF3-4E54> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4BC7-6FE4-CCF3-4E54



Hash do Documento

B43C61B6AB7E0DDE2CDBF999A31D7324460F68E6C7FAD189C4D318AD40AB7FED

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6C4F-7BE4-3368-8B96> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6C4F-7BE4-3368-8B96



Hash do Documento

D1155151C77975BABE92D85576D7A78F8699EECA87727C56CA7A4BA91A3F73C7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A

CNPJ nº 21.951.750/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.911	11.026
Contas a receber de clientes	8	3.164	3.329
Despesas antecipadas		400	88
Adiantamentos a fornecedores		2.799	8
RFIs e contribuições a compensar		200	200
Total do ativo circulante		14.953	14.651
Despesas antecipadas			
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.505	1.867
Imobilizado	11	173.113	175.364
Intangível		34	
Total do ativo não circulante		174.655	177.235
Total do ativo		189.608	191.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83.178	(18.243)	64.935
Prejuízo do exercício		(2.751)	(2.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83.178	(21.994)	61.184
Prejuízo do exercício		(1.834)	(1.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.178	(23.828)	59.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A. ("LDB III" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objetivo social a geração de energia elétrica, mediante exploração do Parque Eólico Araçuaçu Lagoa do Barro 03, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aéreo	Outorga	Início da Outorga
Lagoa do Barro III	27	A-5 2014	AW3000-MHW1H20m	311	03/07/2015

2. BASE DE PREPARAÇÃO
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contábeis no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2024. Após a emissão, somente o acionista tem o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes relativas às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às práticas contábeis utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e pendência econômica:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos por meio de prazos divulgados na nota explicativa 13. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um contrato de empréstimo de R\$ 1.834 (R\$ 3.751 em 2022) e não possui contingências em ativos circulantes em R\$ 23.093 (R\$ 19.368 em 2022). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo GGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsto.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS CRÍTICAS E JULGAMENTOS
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles aprovados de acordo com tais estimativas e pressupostos. As estimativas e as pressupostos utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são avaliadas continuamente e, quando necessário, a Companhia e outros responsáveis pelas demonstrações financeiras aplicáveis. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a estimativas e pressupostos que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas são apresentadas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota explicativa 11 - Imobilizado (Impairment ativo imobilizado);** • **Nota explicativa 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das salidas de recursos);**

5. BASE DE MENSURAÇÃO
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
O Grupo aplicou as seguintes práticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, a seguir apresentamos um resumo das políticas contábeis materiais. **Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas e reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita de contrato com o cliente: (i) identificação da receita; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do prazo de transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita e a soma a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Decisa forma, a receita é reconhecida somente quando (ou seja) a obrigação de desempenho é concluída e a receita é reconhecida em função da transferência de bens ou serviços para o cliente. O reconhecimento da receita é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na geração de energia e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e através do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CEE (Câmara de Regulação de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preço fixo da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) A obrigação de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior à garantia física, a diferença é paga pelo cliente na nota explicativa 12 - e quando a entrega é superior à garantia física e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos contratados. **Custos:** (i) **Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e ao COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduzidos das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) **Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2023 e 2022, o imposto de renda sobre o lucro líquido do exercício é calculado com base no lucro presumido de acordo com a legislação vigente, as alíquotas são de 15% adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corretos e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens de reconhecimento de receita. **Ativo imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** O custo inicial do ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico menos o valor de depreciação acumulada e o valor de perda acumulada por redução do valor recuperável (impairment). O custo inicial inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, ou outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida para a finalidade para a qual foram adquiridos. **Desoneramento e mensuração inicial:** O custo de aquisição de clientes e outros ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no balanço em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso não seja reclassificado subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VR - E emitido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida mensurado ao VR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VR - E emitido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **- Passivos financeiros:** A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou

independente de energia. A LDB III foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 13,5 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83.178	(18.243)	64.935
Prejuízo do exercício		(2.751)	(2.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83.178	(21.994)	61.184
Prejuízo do exercício		(1.834)	(1.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.178	(23.828)	59.350

passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial líquido, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito líquido e executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor recuperável de ativos ("Impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda por valor inclui: - Inadimplência ou atrasos do devedor; - Restituição de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; - Mudanças significativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor devido a ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aquelos que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada pela perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC e a maior entre seus valores em uso ou seu valor justo líquido. Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo na UIC é aplicada ao balanço patrimonial líquido, a Companhia utiliza evidências relativas ao prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/08AC-B6BB-E1C8-8207> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 08AC-B6BB-E1C8-8207



Hash do Documento

B70347CD8EB7BA3C288953AC442845E170D3AA5A0F0A74758D3F551E11D7AD5E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.951.831/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO				
Nota		2023	2022	Nota	2023	2022	EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)		EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)		EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)			
Ativo				Passivo				EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)		EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)		EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)		
Caixa e equivalentes de caixa		7	7.591	Fornecedores		248	16	21.807	19.918	Prejuízo do exercício		(1.832) (4.283)		
Contas a receber de clientes		8	33.242	Provisões para obrigações		13	19.249	17	112.361	Ativos permanentes		11 8.812		
Despesas antecipadas			88	Financiamentos		14	11.689	17	8.049	Depreciação e amortização		11 (4.828)		
Adiantamentos a fornecedores			2.751	Obrigações sociais e trabalhistas			100	67	(42)	Provisão resarcimento de energia		16 3.381		
Tributos e contribuições a compensar			266	Passivo de arrendamento mercantil		12	11	11	(59)	Juros e variações monetárias		14 8.751		
Total do ativo circulante			14.291	Contas a pagar a partes relacionadas		9	805	131	(84)	Amortização de custos de transação		12 156		
Despesas antecipadas			13.990	Obrigações			92	93	(2)	Imposto de renda e contribuição social		19 1.142		
Aplicações financeiras vinculadas		10	1.218	Imposto de renda e contribuição social a pagar			108	238	(18)	Imposto de renda e contribuição social diferidos		19 (12)		
Imobilizado		11	166.017	Total do passivo circulante			32.915	31.179		Variações em:		20.364 21.361		
Ativo imobilizado em uso		12	1.616	Provisões		13	677	99.010		Contas a receber de clientes		(139)		
Total do ativo não circulante			168.857	Obrigações		14	99.010	108	997	Despesas antecipadas		3 (82)		
Ativo não circulante em uso			173.896	Recursos financeiros líquidos		15	53.733	55.565		Adiantamentos a fornecedores		10 (2.750)		
Total do ativo			183.148	Prejuízos acumulados			187.804	187.804		Ativos permanentes		13 (2.139)		
				Total do patrimônio líquido						Obrigações sociais e trabalhistas		(328) (192)		
				Total do passivo e patrimônio líquido						Obrigações sociais e trabalhistas diferidas		14 (9.087)		
										Caixa proveniente das atividades operacionais		16.318 20.029		
										Impostos pagos sobre o lucro		(1.160) (963)		
										Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		15.158 19.066		
										Fluxo de caixa das atividades de investimento:		11 (3.747) (18)		
										Aquisição de imobilizado		(4) –		
										Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(3.751) (18)		
										Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		12 369 736		
										Arrendamentos financeiros		12 (1.169) (1.768)		
										Pagamento de principal sobre financiamentos		14 (5.028) (4.780)		
										Pagamento de juros sobre financiamentos		14 (9.087) (10.234)		
										Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(13.913) (14.446)		
										Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(2.507) 4.601		
										Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.098 5.496		
										Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7.591 10.098		
										<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				
										Valor contábil		Valor justo		
										2023		2022		
										Custo		Custo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
										2023		2022		
										Valor justo		Valor justo		
							</							

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8952-84ED-DE49-2410> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8952-84ED-DE49-2410



Hash do Documento

B27497B6D7A893F1388AA376CC32D9F3F8707E7DF7DFD8ECBF8DB83B7EA304F5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4BA4-CCF2-14A2-8044> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4BA4-CCF2-14A2-8044



Hash do Documento

17A897FF470FA9F3DCB98AB159B845E0DC95C46EA7D94FAFF70D4136040875EA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A7CA-775B-474F-CFA1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A7CA-775B-474F-CFA1



Hash do Documento

216CD5A0116AB328D47EA1E5D479217F2D14CEC041D8E630513026631A926E21

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D644-27E5-DD9D-DC4A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D644-27E5-DD9D-DC4A



Hash do Documento

2D8A50476913B3DB5397E88E15887DE8A0210310B958F2122D510568B3B6BE84

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D108-65DC-32AE-E88D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D108-65DC-32AE-E88D



Hash do Documento

2F4EF4BEBC9D17A9E50A9A92391825218A9B03B87DB27E07959A6D0818B04C08

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4A20-D830-B5FE-42D6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4A20-D830-B5FE-42D6



Hash do Documento

18173CCAA950F5295EFC88B2CF7A86C84CB8B6A7CDA32A842DEEA59A2B568549

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A903-F910-C6F5-108C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A903-F910-C6F5-108C



Hash do Documento

77C074D007EA96BE67BA16BD85B5846B6D79CB36C6BB29BCAD121191EBA43A5D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Jornal O DIA SP

(credor) no valor de R\$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (d) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.813, com vencimento final para outubro de 2033. (e) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (f) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (g) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2033. (m) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 32.288, com vencimento final para dezembro de 2033. (o) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (p) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033. (q) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (r) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033. (s) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 18.835, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (t) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033. (u) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (v) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 2.748, com vencimento final para outubro de 2033. (w) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 23.108, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (x) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 2.298, com vencimento final para junho de 2033. (y) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emiteinte) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos e das debêntures conforme o fluxo de caixa como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	1.078	38.376
2023 a 2027	8.905	132.268
2028 a 2030	34.498	196.775
2031 a 2033	12.873	202.559
Total	57.355	572.978
15.1. Movimentação		
Saldo inicial	2023	2022
Captação	454	1.092
Pagamento de juros	(48.247)	(50.205)
Pagamento de principal	(33.393)	(35.597)
Despesas com juros	56.742	58.232
Custos de captação amortizados	2.849	2.917
Saldo final	572.978	594.574

As Administradoras e Acionistas da

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, os respectivos demonstrativos do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento e mensuração da provisão para ressarcimento:** Nota explicativa 6 (g) e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A provisão para ressarcimento e reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física prestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíam, entre outros: • Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração de energia elétrica contratual. • Análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração de energia elétrica contratual, especificamente: • Os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue; • Os registros de ressarcimento anual e quadrimestral realizados pela Companhia junto ao Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes; • As correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos testes de validação por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para ressarcimento, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração de energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

de fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **15.2. Covenants (consolidado):** O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **15.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES:** O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **15.2.2. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - Debêntures:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo apurou um índice anual superior a 1,30. **15.3. Outras garantias:** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social integralizado é de R\$ 821.565 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 751.565 em 2022) dividido em 937.216,469 (840.054,647 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2023	2022
Acionistas	821.565	751.565
Atlântic Energias Renováveis S.A ("Atlântic")	202.565	202.565
Em 01 de dezembro de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 70.000, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. Controladora e controlador final: As ações da entidade são 100% controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").		
b. Reserva legal: A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. d. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e reserva legal apurada. e. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.		
17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE ENERGIA (CONSOLIDADO)	2023	2022
Receita bruta de venda de energia ¹⁹	185.822	175.237
Ressarcimento de energia ¹⁹	(3.243)	(1.885)
(-) PIS / COFINS	(6.783)	(6.396)
	175.796	166.956

¹⁹ Vide nota explicativa 14(f).

18. GASTOS POR NATUREZA (CONSOLIDADO)

	2023	2022
Ativos financeiros	2023	2022
Circulante	191	152
Caixa e bancos	191	152
Aplicações financeiras	25.119	20.092
Despesas gerais e administrativas	—	—
Não circulante	—	46.522
Aplicações financeiras vinculadas	—	46.522
Passivos financeiros	2023	2022
Circulante	3.377	2.573
Fornecedores	3.377	2.573
Financiamentos (nota 15)	37.298	34.256
Debêntures (nota 15)	1.078	1.280
Partes relacionadas (nota 9)	12.190	9.661
Não circulante	478.326	507.894
Financiamentos (nota 15)	478.326	507.894
Debêntures (nota 15)	56.276	51.144

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • **Caixa e bancos:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras:** elaborando-se em consideração às cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado real. **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas serem constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: - **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem transparentes e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. - **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com intenção de liquidação por considerações do negócio. - **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

mente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos e a manipulação do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião do auditor. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que tal ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Receta com venda de energia (*)

	2023	2022
Outras receitas	184.395	169.621
Base de cálculo IPRP 8% (*)	21.103	16.337
Base de cálculo CSEL 12% (*)	36.060	30.007
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	43.402	36.775
Imposto de renda (19%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	9.315	7.811
Imposto de renda e contribuição social corretos	12.633	10.524
Taxa efetiva	15,90%	15,76%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	14	173
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto devido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.		
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS		

O Grupo e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e provisão de fluxo de caixa futuro. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas como objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos, debêntures e fornecedores.

	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado	Nível 2	Custo amortizado	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	191	152	—	—
Aplicações financeiras	25.119	20.092	—	119.718
Despesas gerais e administrativas	—	—	—	—
Não circulante	—	46.522	—	46.522
Aplicações financeiras vinculadas	—	46.522	—	46.522
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.377	2.573	—	—
Financiamentos (nota 15)	37.298	34.256	—	—
Debêntures (nota 15)	1.078	1.280	—	—
Partes relacionadas (nota 9)	12.190	9.661	—	—
Não circulante	478.326	507.894	56.276	51.144
Financiamentos (nota 15)	478.326	507.894	—	—
Debêntures (nota 15)	56.276	51.144	—	—

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • **Caixa e bancos:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras:** elaborando-se em consideração às cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado real. **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas serem constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: - **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem transparentes e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. - **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com intenção de liquidação por considerações do negócio. - **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRF-SP-0142820-61-FR

Almir Eduardo Bortolozzo

Contador CRC PR-052082/0

Curitiba, 21 de março de 2024.

22. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS (CONSOLIDADO)
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo. (I) **Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (II) **Risco de crédito:** Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de seus contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contato a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos do Grupo. Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	Valor contábil	
	2023	2022
Aplicações financeiras	216.993	119.718
Aplicações financeiras vinculadas	45.078	46.522
Contas a receber de clientes	25.119	20.092
(II) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de emergência, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamento. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:		

	Valor contábil	
	2023	2022
Financiamentos	515.624	542.150
Debênturas a pagar	57.355	52.424
Fornecedores	3.377	2.573
(II) Risco de mercado: Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. Exposição ao risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:		

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B192-8754-2DFF-F6C1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B192-8754-2DFF-F6C1



Hash do Documento

D2468810A252633F314CA7C7F0BEB3004814B35F84B256BBC20FA389B7D75B27

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Descrição	2023				2022				Notas explicativas - Continuação	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	2023	2022
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2		
Ativos financeiros										
Circulante										
Caixa e bancos	11	-	16	-						
Aplicações financeiras	-	60.311	-	54.741						
Contas a receber de clientes	2.539	-	2.019	-						
Não circulante										
Aplicações financeiras vinculadas	-	4.394	-	4.552						
Partes relacionadas (nota 9)	6.662	-	5.937	-						
Passivos financeiros										
Circulante										
Fornecedores	227	-	186	-						
Financiamentos (nota 13)	3.488	-	3.215	-						
Partes relacionadas (nota 9)	1.384	-	1.647	-						
Não circulante										
Financiamentos (nota 13)	45.717	-	48.524	-						

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas**: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)**. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado, a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	2023	2022
Aplicações financeiras	60.311	54.741
Aplicações financeiras vinculadas	4.394	4.552
Contas a receber de clientes	2.539	2.019

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima a o risco de liquidez da Companhia:

	2023	2022
Financiamentos	49.205	51.739
Fornecedores	227	186

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, entre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 21 de março de 2024.

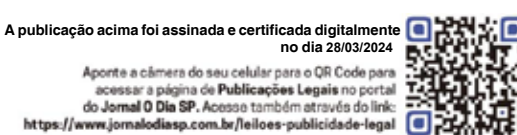
KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello
Contador CRC PR-052082/O

Directoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora
Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4921-DF67-8096-47D5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4921-DF67-8096-47D5



Hash do Documento

8717839C218F76B01F22F1CA06DBC636140E16F5F9B5CEAC2890741F09477C52

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.888.311/0001-67

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	355	320	Fornecedores	12	564	236
Contas a receber de clientes	8	3.322	2.627	Provisões	13	202	801
Despesas antecipadas		325	119	Financiamentos	12	4.646	4.282
Adiantamentos a fornecedores		682	260	Obrigações sociais e trabalhistas		100	67
Tributos e contribuições a compensar		20	21	Obrigações fiscais		107	99
Outros ativos		507	460	Imposto de renda e contribuição social a pagar		184	182
Total do ativo circulante		5.211	3.808	Adiantamento de clientes		40	40
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.668	5.922	Total do passivo circulante		5.843	5.706
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.952	3.063	Provisões	12	809	204
Imobilizado	11	211.308	219.653	Financiamentos	13	60.912	64.649
Total do ativo não circulante		218.926	228.639	Tributos diferidos		179	179
				Total do passivo não circulante		61.899	65.617
				Capital social		196.102	196.102
				Prejuízos acumulados		(39.706)	(34.382)
				Total do patrimônio líquido	14	166.396	161.721
Total do ativo		224.139	232.446	Total do passivo e patrimônio líquido		224.139	232.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. ("SVP II" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP II foi vencedora do Leilão de Energia A-520/13 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2017 com a produção anual estimada de 12,3 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa Santa Vitória do Palmar II	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero AW3000-3MW-HH120m	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Comercializada [MWh]	Solicitada alteração [MWh]	Garantia Física Outorgada [MWh]
	27	A-52013		357	23/07/2014	23/07/2049	12,3	13,2	13,2

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional: A administração da Companhia considera que as demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu um prejuízo de R\$ 5.325 (R\$ 6.652 em 2022) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 632 (R\$ 1.898 em 2022). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo CGM Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados e ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados nas demonstrações financeiras. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os resultados são aquelas apresentadas nas notas explicativas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13. As informações e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os resultados são aquelas apresentadas nas notas explicativas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A divulgação de alterações (alterações ao CPC 25) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações não afetam a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando realizada e a transferência (a promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de que o montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "conteúdo" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Regulada - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh e tarifas de energia; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que o preço fixo dos contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento de acordo com a nota explicativa 12. O efeito na diferença é reconhecido de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro** - Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente. As alíquotas são de 15% para o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos refletidos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edifícios, obras civis e benfeitorias	4%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.	

e. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros e não de obra direta, quaisquer outros custos refletidos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

f. Benefícios a curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo

é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são reconhecidos no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros**

Reconhecimento e mensuração inicial - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no momento de sua origem.

Garantia Física Comercializada

Garantia Física Comercializada - É o montante de um ativo financeiro classificado como mensurado, ao custo amortizado, ao VJORA (Valor Justo através do Resultado) - instrumento patrimonial, ou ao VJR (Valor Justo através do Resultado) - instrumento patrimonial, ou ao VJR (Valor Justo através do Resultado) - instrumento patrimonial, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negociação cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negociação cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros e valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou rendimentos de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Notas explicativas - Continuação																																																																						
<p>valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.</p>		<p>mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.</p> <p>• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.</p> <p>20 Gerenciamento integrado de riscos</p> <p>A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.</p>		<p>Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:</p>																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2023</th> <th colspan="2">2022</th> </tr> <tr> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> </tr> <tr> <th>Custo</th> <th>Nível 2</th> <th>Custo</th> <th>Nível 2</th> </tr> </thead> </table>		2023		2022		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo	Nível 2	Custo	Nível 2	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2023</th> <th colspan="2">2022</th> </tr> <tr> <th>Ativo</th> <th></th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>341</td> <td>303</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>5.668</td> <td>6.225</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td>65.557</td> <td>68.931</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>65.557</td> <td>68.931</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		2023		2022		Ativo				Aplicações financeiras	341	303		Aplicações financeiras vinculadas	5.668	6.225		Passivo	65.557	68.931		Financiamentos	65.557	68.931		<p>aumento/redução de 25% para taxa de juros e cenário remolou aumento/redução de 50%.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2023</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valorexposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>6.009</td> <td>Redução do CDI (*)</td> <td>525</td> <td>350</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>65.557</td> <td>Aumento da TJLP (**)</td> <td>5.351</td> <td>6.421</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a. (**) Os índices de TJLP considerados foram de 6,53% a.a.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valorexposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>6.225</td> <td>Redução do CDI (*)</td> <td>637</td> <td>425</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>68.931</td> <td>Aumento da TJLP (**)</td> <td>6.350</td> <td>7.620</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a. (**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,37% a.a.</p>	Operação	Valorexposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	6.009	Redução do CDI (*)	525	350	Financiamentos	65.557	Aumento da TJLP (**)	5.351	6.421	Operação	Valorexposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	6.225	Redução do CDI (*)	637	425	Financiamentos	68.931	Aumento da TJLP (**)	6.350	7.620
2023		2022																																																																				
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo																																																																			
Custo	Nível 2	Custo	Nível 2																																																																			
2023		2022																																																																				
Ativo																																																																						
Aplicações financeiras	341	303																																																																				
Aplicações financeiras vinculadas	5.668	6.225																																																																				
Passivo	65.557	68.931																																																																				
Financiamentos	65.557	68.931																																																																				
Operação	Valorexposto	Risco	25%	50%																																																																		
Aplicações financeiras	6.009	Redução do CDI (*)	525	350																																																																		
Financiamentos	65.557	Aumento da TJLP (**)	5.351	6.421																																																																		
Operação	Valorexposto	Risco	25%	50%																																																																		
Aplicações financeiras	6.225	Redução do CDI (*)	637	425																																																																		
Financiamentos	68.931	Aumento da TJLP (**)	6.350	7.620																																																																		
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p>																																																																						
<p>Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. Curitiba - PR</p> <p>Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do balanço de abertura, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre</p>		<p>detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Curitiba, 21 de março de 2024.</p>																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>341</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>5.668</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>3.322</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.</p> <p>(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>341</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>5.668</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>3.322</td> </tr> </tbody> </table> <p>(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>65.557</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>68.931</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>564</td> </tr> </tbody> </table> <p>(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos de dívida da Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.</p> <p>Exposição ao risco de taxa de juros</p>		Valor contábil		2023	2022	Aplicações financeiras	341	Aplicações financeiras vinculadas	5.668	Contas a receber	3.322	Valor contábil		2023	2022	Aplicações financeiras	341	Aplicações financeiras vinculadas	5.668	Contas a receber	3.322	Valor contábil		2023	2022	Financiamentos	65.557	Fornecedores	68.931	Fornecedores	564	<p>KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-PR</p> <p>Almir Eduardo Bertencelo Contador CRC PR-052082/O</p>																																						
Valor contábil																																																																						
2023	2022																																																																					
Aplicações financeiras	341																																																																					
Aplicações financeiras vinculadas	5.668																																																																					
Contas a receber	3.322																																																																					
Valor contábil																																																																						
2023	2022																																																																					
Aplicações financeiras	341																																																																					
Aplicações financeiras vinculadas	5.668																																																																					
Contas a receber	3.322																																																																					
Valor contábil																																																																						
2023	2022																																																																					
Financiamentos	65.557																																																																					
Fornecedores	68.931																																																																					
Fornecedores	564																																																																					
<p>Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora Zhigang Yao - Diretor</p>		<p>Directoria</p> <p>Pedro Pagnani Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1</p>																																																																				



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/637A-EA94-4677-387C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 637A-EA94-4677-387C



Hash do Documento

0FEC54858A652B2B977490AA8EBA35343F6A4B06F80DF0F5DA835A86436351F9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Notas explicativas - Continuação		Valor contábil	
	2023	2022	
representa substancialmente seu valor justo.			
• Caixa e bancos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.			
• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.			
• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:			
• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.			
• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.			
• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis) . Em 31 de dezembro de 2023 e 2021 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.			
20 Gerenciamento integrado de riscos A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.			
(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.			
(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a			
Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.			
Aplicações financeiras	4.857	3.304	
Aplicações financeiras vinculadas	2.017	2.052	
Contas a receber de clientes	1.125	903	
(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos.			
Financiamentos	23.324	24.053	
Fornecedores	106	92	
(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.			
Exposição ao risco de taxa de juros Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:			
Ativo	2023	2022	
Aplicações financeiras	4.857	3.304	
Aplicações financeiras vinculadas	2.017	2.052	
	6.874	5.356	
Passivo			
Financiamentos	23.324	24.053	

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valorexposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	6874	Redução do CDI (*)	601	400
Financiamentos	23.324	Aumento da TJLP (**)	1904	2265

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.
(**) Os índices de TJLP considerados foram de 6,53% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valorexposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	5356	Redução do CDI (*)	548	365
Financiamentos	24.053	Aumento da TJLP (**)	2216	2659

(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.
(**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,37% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 21 de março de 2024.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello
Contador CRC PR-052082/O

Diretoria	
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora	Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1
Zhigang Yao - Diretor	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1BF9-AC48-007D-AB15> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1BF9-AC48-007D-AB15



Hash do Documento

2F8FC0B53FB434413F2EC44CE069C9C2B64E553DA64F4BCD563BC530900FF4F9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Descrição	2023		2022		por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.																																																																								
	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nivel 2	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nivel 2																																																																									
Ativos financeiros																																																																													
Circulante																																																																													
Caixa e bancos	15	-	13	-																																																																									
Aplicações financeiras	8.022	-	5.798	-																																																																									
Contas a receber de clientes	1.860	-	1.488	-																																																																									
Não circulante																																																																													
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.261	-	3.406																																																																									
Partes relacionadas (nota 9)	1.975	-	1.959	-																																																																									
Passivos financeiros																																																																													
Circulante																																																																													
Fornecedores	185	-	156	-																																																																									
Financiamentos (nota 13)	2.766	-	2.549	-																																																																									
Partes relacionadas (nota 9)	385	-	585	-																																																																									
Não circulante																																																																													
Financiamentos (nota 13)	36.270	-	38.495	-																																																																									
<p>(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.</p> <p>• Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.</p> <p>• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.</p> <p>• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:</p> <p>• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.</p> <p>• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses movida por considerações do negócio.</p> <p>• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.</p> <p>20 Gerenciamento integrado dos riscos</p> <p>A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar</p>																																																																													
<p>Notas explicativas - Continuação</p> <p>Ativo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>8.022</td> <td>5.798</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>3.261</td> <td>3.406</td> </tr> <tr> <td></td> <td>11.283</td> <td>9.204</td> </tr> </tbody> </table> <p>Passivo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>39.036</td> <td>41.043</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.</p>							2023	2022	Aplicações financeiras	8.022	5.798	Aplicações financeiras vinculadas	3.261	3.406		11.283	9.204		2023	2022	Financiamentos	39.036	41.043																																																						
	2023	2022																																																																											
Aplicações financeiras	8.022	5.798																																																																											
Aplicações financeiras vinculadas	3.261	3.406																																																																											
	11.283	9.204																																																																											
	2023	2022																																																																											
Financiamentos	39.036	41.043																																																																											
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. Curitiba - PR</p> <p>Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam</p>																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Em 31 de dezembro de 2023</th> <th colspan="2">Em 31 de dezembro de 2022</th> <th></th> <th></th> </tr> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>11.283</td> <td>Redução do CDI (*)</td> <td>986</td> <td>657</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>39.036</td> <td>Aumento da TJLP (**)</td> <td>3.186</td> <td>3.824</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="6">(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.</td> </tr> <tr> <td colspan="6">(**) Os índices de TJLP considerados foram de 6,53% a.a.</td> </tr> <tr> <th colspan="2">Em 31 de dezembro de 2022</th> <th colspan="2">Em 31 de dezembro de 2021</th> <th></th> <th></th> </tr> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> <th></th> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>9.204</td> <td>Redução do CDI (*)</td> <td>942</td> <td>628</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>41.043</td> <td>Aumento da TJLP (**)</td> <td>3.781</td> <td>4.537</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="6">(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.</td> </tr> <tr> <td colspan="6">(**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,37% a.a.</td> </tr> </tbody> </table>						Em 31 de dezembro de 2023		Em 31 de dezembro de 2022				Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%		Aplicações financeiras	11.283	Redução do CDI (*)	986	657		Financiamentos	39.036	Aumento da TJLP (**)	3.186	3.824		(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.						(**) Os índices de TJLP considerados foram de 6,53% a.a.						Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021				Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%		Aplicações financeiras	9.204	Redução do CDI (*)	942	628		Financiamentos	41.043	Aumento da TJLP (**)	3.781	4.537		(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.						(**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,37% a.a.					
Em 31 de dezembro de 2023		Em 31 de dezembro de 2022																																																																											
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																									
Aplicações financeiras	11.283	Redução do CDI (*)	986	657																																																																									
Financiamentos	39.036	Aumento da TJLP (**)	3.186	3.824																																																																									
(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.																																																																													
(**) Os índices de TJLP considerados foram de 6,53% a.a.																																																																													
Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021																																																																											
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																									
Aplicações financeiras	9.204	Redução do CDI (*)	942	628																																																																									
Financiamentos	41.043	Aumento da TJLP (**)	3.781	4.537																																																																									
(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.																																																																													
(**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,37% a.a.																																																																													
<p>as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">Curitiba, 21 de março de 2024.</p> <p style="text-align: right;">KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. Almi Eduardo Bertencelo CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O</p>																																																																													
<p>Diretoria</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora</td> <td>Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1</td> </tr> <tr> <td>Zhigang Yao - Diretor</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora	Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1	Zhigang Yao - Diretor																																																																					
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora	Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1																																																																												
Zhigang Yao - Diretor																																																																													



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7345-A49C-79FA-BD54> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7345-A49C-79FA-BD54



Hash do Documento

4DACDA8498D2B8184D7FFAABABE436BE6924875EE62DCBAC4ACEDF93D40C4D78

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.868.433/0001-91

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)							
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.752	7.604	Fornecedores	13	244	203
Contas a receber de clientes	8	1.819	1.429	Provisões	14	1.724	1.724
Despesas antecipadas		181	67	Financiamentos		2.708	2.487
Adiantamento a fornecedores		6	6	Obrigações sociais e trabalhistas		56	37
Total do ativo circulante		11.758	9.107	Obrigações fiscais		57	52
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.253	3.334	Imposto de renda e contribuição social a pagar		159	159
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.976	1.959	Resultado a pagar	9	454	303
Imobilizado	11	67.770	70.812	Adiantamento de clientes	12	82	82
Ativo de direito de uso	12	314	324	Passivo de arrendamento mercantil	9	2	3
Total do ativo não circulante		73.313	76.429	Total do passivo circulante		5.431	5.050
Total do ativo		85.070	85.536	Provisões	13	63	31
				Financiamentos	14	35.026	37.139
				Tributos diferidos		100	91
				Passivo de arrendamento mercantil		354	356
				Total do passivo não circulante		36.543	37.674
				Capital social	15	41.539	41.539
				Reserva legal		148	64
				Reserva de lucros		2.110	909
				Total do patrimônio líquido		44.097	42.812
				Total do passivo e patrimônio líquido		85.070	85.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. ("SVPV" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XIII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVPV foi vencedora do Leilão de Energia A-52013 promovido pela ANEEL, com autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2017 com a produção anual estimada de 6,0 MWm (não audited). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

2 Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais alterações contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e pressupostos. As estimativas e as pressupostos utilizados pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são, ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando a informação disponível indica ajustes necessários. Os efeitos das alterações das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
• Nota explicativa nº 11 - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
• Nota explicativa nº 13 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de caixa).

5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais
O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios de demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. A divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de vendas
A receita de vendas atinge o reconhecimento das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando ocorrer a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante esperará trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "contrôle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida sob os seguintes contratos: (i) através do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MW/mensais determinadas, ou seja, a Companhia em a obrigação de entregar a energia aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MW/h durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a capacidade gerada são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i.e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Imposto de renda e contribuição social
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e ao COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.
(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2023 e 2022, o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados com a venda de ativos, os quais são diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa disponível, com base no custo histórico e no método linear.
(iv) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido
Este é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do contrato. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas de alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.
(ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.
(iii) Depreciação
A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada de acordo com o método linear.
Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos
No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2) (*o termo arrendatário*). No início ou na modificação de um contrato que contém um arrendamento, a Companhia reconhece o arrendamento e contabiliza cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	12.962	12.115
Custo da geração de energia	17	(7.023)	(5.299)
Lucro bruto		5.959	6.816
Despesas gerais e administrativas	17	(413)	(330)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(45)	25
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		5.501	6.510
Receitas e impostos financeiros		2.553	3.145
Despesas financeiras	18	(4.336)	(4.371)
Receitas financeiras	18	1.388	1.006
Despesas financeiras líquidas		(2.948)	(3.365)
Resultado antes dos impostos		2.553	3.145
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(864)	(711)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(4)	(12)
Lucro líquido do exercício		1.685	2.422
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0403	0,0579
Capital social		41.539	41.539
Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)		1.685	2.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lucro líquido do exercício 1.685 2.422
Outros resultados abrangentes - -
Resultado abrangente total 1.685 2.422

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Res. de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		41.839	-	(1.145)
Lucro líquido do exercício		-	2.422	2.422
Constituição da reserva legal	15b.	-	64	(64)
Dividendos em obrigação	15c.	-	-	(303)
Relações de juros	15d.	-	900	(900)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		41.839	64	900
Lucro líquido do exercício		-	1.685	1.685
Constituição da reserva legal	15b.	-	84	(84)
Dividendos mínimo obrigatório	15c.	-	-	(400)
Relações de juros	15d.	-	1.201	(1.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		41.839	148	2.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 06); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	12	11
Aplicações financeiras (i)	9.740	7.593
	9.752	7.604

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contabilização em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos das aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	1.819	1.429
	1.819	1.429

Os contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito sobre os clientes.

9 Partes relacionadas
A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

	2023	2022
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	1.976	1.959
	1.976	1.959

Passivo circulante

	2023	2022
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	400	303
	400	303

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração
Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuada pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A. e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	3.253	3.334
	3.253	3.334

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos convênios conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado
(i) Composição do saldo

	2023		2022	
	Tx. anual de depreciação	Custo acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	20%	20	(1)	19
Edif, obras civis e benfeitorias	2%	9.671	(18.210)	7.851
Sistema de geração	4%	78.114	(1.823)	59.901
Imobilizado em andamento	-	87.804	(20.034)	67.770
			67.770	70.812

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2023		Saldo em	
	2023	Adições	Baixas	Transf. 2022
Equipamentos de informática	9.672	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.671	-	-	9.671
Sistema de geração	78.114	-	-	78.114
Imobilizado em andamento	18	2	-	(20)
	87.803	2	-	87.804

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2023		Saldo em	
	2023	Adições	Baixas	Transf. 2023
Equipamentos de informática	-	-	-	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.543)	(276)	-	(1.820)
Sistema de geração	(15.448)	(2.765)	-	(18.213)
Imobilizado em andamento	(16.991)	(3.041)	-	(20.034)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)
A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGCs. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de suas UGCs baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,74% a.a. (9,23% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Arrendamentos
Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2022	Amortização 2023	Saldo em 2023
Terras e terrenos	9%	324	(10)	314
		324	(10)	314

Passivo de arrendamento

	Saldo em 2022	Juros incorridos 2023	Saldo em 2023
Terras e terrenos	359	(33)	30
	359	(33)	30

13 Provisões
(i) Provisão para ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relativos internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento a pagar pelo compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrantal (ACEE), e registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física prestabeleçada no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrantis de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrantis comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

cenários	Gerção x Contrato	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrantal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrantal
4	Acima de 130%	Receita recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no caso de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do com promisso contratual

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2023	2022	
Lucro líquido do exercício		1.685	2.422	
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	11	3.054	3.052	
Juros e variações monetárias	14	3.660	3.723	
Juros de arrendamentos	12	30	31	
Amortização de custos de transação	14	117	117	
Provisão para ressarcimento	13	32	88	
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	864	711	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(4)	(12)	
		9.446	10.156	

Variações em:
Contas a receber de clientes (390) (130)
Despesas antecipadas (114) 127
Partes relacionadas (17) (56)
Fornecedores (41) 167
Obrigações fiscais (225) (98)
Obrigações sociais e trabalhistas 18 19
Tributos diferidos 5 27
Caixa proveniente das atividades operacionais **8.765** **9.767**
Impostos pagos sobre o lucro (635) (576)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais **8.130** **9.191**

Fluxo de caixa das atividades de investimento
Aquisição de imobilizado 11 (2) (18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento **(2)** **(18)**

Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Aplicações financeiras vinculadas 82 (419)
Dividendos pagos (303) -
Arrendamentos 12 (33) (33)
Pagamento de principal sobre financiamentos 14 (2.459) (2.246)
Pagamento de juros sobre financiamentos 14 (3.268) (3.412)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento **(6.982)** **(6.109)**

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa **7.604** **3.064**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício **2.148** **4.540**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício **9.751** **7.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrantal

18 Resultado financeiro					2023		2022		Notas explicativas - Continuação	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	2023	2022	2023	2022		
Despesas bancárias	(84)	-	(79)	-	(84)	(79)	(84)	(79)	(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.	
IOF	-	-	36	-	-	36	-	36	• Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.	
Juros de financiamentos	(3.660)	-	(3.723)	-	(3.660)	(3.723)	(3.660)	(3.723)	• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.	
Amortização do custo de captação	(117)	-	(117)	-	(117)	(117)	(117)	(117)	• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como o segue:	
Juros e multas de mora	(2)	-	(2)	-	(2)	-	(2)	-	• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontamente disponíveis por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.	
Custo da estruturação da dívida	(401)	-	(398)	-	(401)	(398)	(401)	(398)	• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com insenção de interesses movida por considerações do negócio.	
Outras despesas financeiras	(73)	-	(93)	-	(73)	(93)	(73)	(93)	• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em instrumentos observáveis no mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.	
Total das despesas financeiras	(4.336)	(4.371)	(4.336)	(4.371)	(4.336)	(4.371)	(4.336)	(4.371)	21 Gerenciamento integrado de riscos	
Juros recebidos	1	5	1	5	1	5	1	5	A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.	
Recetas de aplicações financeiras	1.387	1.001	1.388	1.046	1.387	1.001	1.388	1.046	(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado a uma paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém controles firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.	
Total das receitas financeiras	1.388	1.006	1.388	1.046	1.388	1.046	1.388	1.046	(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.	
Resultado financeiro líquido	(2.948)	(3.365)	(2.948)	(3.365)	(2.948)	(3.365)	(2.948)	(3.365)	(iii) Risco de liquidez	
19 Imposto de renda e contribuição social										
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:										
Regime de tributação pelo lucro presumido										
	2023	2022								
Receita com venda de energia (*)	13.371	12.270								
Outras receitas	1.388	1.046								
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.470	2.034								
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.003	2.523								
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	641	532								
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	223	179								
Imposto de renda e contribuição social correntes	864	711								
Taxa efetiva	15,78%	15,61%								
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	4	12								
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.										
(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.										
20 Instrumentos financeiros										
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos para assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a essas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.										
a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros										
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.										
	2023		2022							
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo						
	Custo amortizado(*)		Custo amortizado(*)							
		Nível 2		Nível 2						
Ativos financeiros										
Circulante										
Caixa e bancos	12	-	11	-	9.740	-	7.593	-		
Aplicações financeiras	-	9.740	-	7.593	-	9.740	-	7.593		
Contas a receber de clientes	1.819	-	1.429	-	-	1.819	-	1.429		
Não Circulante										
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.253	-	3.334	-	3.253	-	3.334		
Partes relacionadas (nota 9)	1.976	-	1.959	-	-	1.976	-	1.959		
Passivos financeiros										
Circulante										
Fornecedores	244	-	203	-	2.708	-	2.487	-		
Financiamentos (nota 14)	2.708	-	2.487	-	400	-	303	-		
Partes relacionadas (nota 9)	400	-	303	-	-	-	-	-		
Não circulante										
Financiamentos (nota 14)	35.026	-	37.196	-						

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras				
Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.				
Curitiba - PR				
Opinião				
Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.				
Base para opinião				
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras				
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.				
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.				
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras				
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:				
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.				
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.				
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.				
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.				
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.				
Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.				
Curitiba, 21 de março de 2024.				
		KPMG		
		KPMG Auditores Independentes Ltda.		
		CRC SP-014428/O-6 F-PR		
		Almir Eduardo Bertencelo Contador CRC PR-052082/O		
Diretoria				
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora		Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1		
Zhigang Yao - Diretor				



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BFDC-BEE9-415D-9BA3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BFDC-BEE9-415D-9BA3



Hash do Documento

260A3E31B8745409E4F6A75CB06B958DE84C41DB0E8EB3978F09E6BBE2F515D0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. CNPJ Nº 19.944.650/0001-13

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional A Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. ("SVP VI" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XV, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VI foi vencedora do Leilão de Energia A-520/13 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em março de 2017 com aprovação anual estimada de 7,9MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo após o Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo após o resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo após o resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo após o resultado).

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

2 Base de preparação Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e orientações, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Garantia Física Comercializada Solicitação alteração Garantia Física Outorgada

Remuneração do pessoal chave da Administração Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

de Financiamento entre a Companhia (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelas acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

Empresa Potência Modelo Aéreo Outorga

Garantia Física Comercializada Solicitação alteração Garantia Física Outorgada

10 Aplicações financeiras vinculadas

Atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento

3 Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a todos as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

Aplicações financeiras vinculadas

Fluxo de caixa das atividades de investimento

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outras fontes, quando disponíveis. Os julgamentos realizados incluem a aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações fornecidas sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

Saldo inicial Pagamento de juros Pagamento de principal Despesas com juros Custos de captação amortizados Saldo final

5 Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento de fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

13.2 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da Controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

6 Resumo das políticas contábeis materiais O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios de demonstrações financeiras contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentamos um resumo das políticas contábeis materiais.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento de fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

13.3 Outras garantias As garantias incluem-se a: Garantia fiduciária do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

14 Patrimônio líquido a. Capital social O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 45.054, dividido em 45.054.084 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

8. Reconhecimento da receita de vendas

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

15 Receita líquida de venda de energia

9. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

16 Gastos por natureza

10. Impostos e contribuições sobre as receitas

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

17 Resultado financeiro

11. Impostos e contribuições sobre o lucro

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

18 Imposto de renda e contribuição social

12. Mudanças nas informações contábeis materiais

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

19 Instrumentos financeiros

13. Provisão para ressarcimento

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

20 Provisão para contingências

14. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

21 Provisão para contingências

15. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

22 Provisão para contingências

16. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

23 Provisão para contingências

17. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

24 Provisão para contingências

18. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

25 Provisão para contingências

19. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

26 Provisão para contingências

20. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

27 Provisão para contingências

21. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

28 Provisão para contingências

22. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

29 Provisão para contingências

23. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

30 Provisão para contingências

24. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

31 Provisão para contingências

25. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

32 Provisão para contingências

26. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

33 Provisão para contingências

27. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

34 Provisão para contingências

28. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

35 Provisão para contingências

29. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

36 Provisão para contingências

30. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

37 Provisão para contingências

31. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

38 Provisão para contingências

32. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

39 Provisão para contingências

33. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

40 Provisão para contingências

34. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

41 Provisão para contingências

35. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

42 Provisão para contingências

36. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

43 Provisão para contingências

37. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

44 Provisão para contingências

38. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

45 Provisão para contingências

39. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema de geração

46 Provisão para contingências

40. Provisão para contingências

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Equipamentos de informática Edif. obras civis e benfeitorias Sistema

Descrição	2023		2022		por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.
	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo	
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e bancos	12	-	11	-	
Aplicações financeiras	-	10.495	-	7.477	
Contas a receber de clientes	2.215	-	1.751	-	
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.933	-	4.055	
Partes relacionadas (nota 9)	2.371	-	2.351	-	
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	239	-	200	-	
Financiamentos (nota 13)	3.232	-	2.967	-	
Partes relacionadas (nota 9)	550	-	224	-	
Não circulante					
Financiamentos (nota 13)	41.856	-	44.444	-	

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas**: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo**: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar

Notas explicativas - Continuação

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Aplicações financeiras	10.495	7.477
Aplicações financeiras vinculadas	3.933	4.055
Contas a receber de clientes	2.215	1.751

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2023	2022
Financiamentos	45.088	47.412
Fornecedores	239	200

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, entre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2023	2022
Ativo	10.495	7.477
Aplicações financeiras	3.933	4.055
Aplicações financeiras vinculadas	14.428	11.532
Passivo	45.088	47.412
Financiamentos		

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertencelo
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O

Directoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora	Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1
Zhigang Yao - Diretor	



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3423-7774-112A-85F7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3423-7774-112A-85F7



Hash do Documento

2EA6582EA5C425DD1054FE8A41F09A0948C1D9B788A4902AA3E43AA79D372528

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.896.691/0001-81

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.962	4.832
Contas a receber de clientes	8	1.806	1.419
Despesas antecipadas		182	67
Adiantamento a fornecedores		1	1
Total do ativo circulante		8.951	6.319
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.238	3.311
Despesas antecipadas		-	1
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.975	1.958
Imobilizado	11	69.619	72.667
Total do ativo não circulante		74.832	77.937
Total do ativo		83.783	84.256

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores	12	252	209
Provisões	13	2.921	2.921
Financiamentos	13	2.776	2.556
Obrigações sociais e trabalhistas		56	37
Obrigações fiscais		60	54
Imposto de renda e contribuição social a pagar		131	132
Adiantamentos de clientes		89	89
Dividendos a pagar	9	158	-
Total do passivo circulante		6.443	5.997
Provisões	12	196	93
Financiamentos	13	36.297	38.534
Tributos diferidos		99	99
Total do passivo não circulante		36.592	38.720
Capital social		40.239	40.239
Reserva legal		33	-
Reserva de lucros		475	-
Total do patrimônio líquido	14	40.748	39.542
Total do passivo e patrimônio líquido		83.783	84.256

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. ("SVP VII" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XVII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VII foi vencedora do Leilão de Energia A-520/13 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 com a produção anual estimada de 5,8 MWm (não auditado). A Agência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acessado, para um item não mensurado ao VJR (valor justo atenuado pelo Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são afetados somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber diretamente aos fluxos de caixa do ativo.
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alinhar tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são afetados somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alinhar tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são afetados somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia mantém ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Garantia Física Comercializável Solicitada Alteração Garantia Física Outorgada

Garantia Física Comercializável Solicitada Alteração	Garantia Física Outorgada
5,8	7,3

Empresa	Potência [MW]	Modelo Aero	Outorga	Inicio da Outorga	Limite da Outorga	Garantia Física Comercializável Solicitada Alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Santa Vitória do Palmar VII	15	A-52013	HH120m	344	17/07/2014	18/04/2049	5,8

2 Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e pressupostos em relação a políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e pressupostos. As estimativas e as pressupostos utilizados pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando apropriado. Os resultados de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment ativo imobilizado);
- Nota explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais
O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todas as operações de demonstrações financeiras contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentamos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de vendas
A receita de vendas das atividades da Companhia é medida pelo preço de venda da contraprestação recebida ou a receber. A de vendas operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado de curto prazo, conforme o caso, e energia produzida pela Companhia em duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MW mensais determinadas, ou seja, a Companhia em a obrigação de entregar energia em quantidade e prazo determinados, (ii) Preços fixos de energia por MW durante toda a vigência do contrato; (iii) Obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física cobertas por cláusulas contratuais, como as partes, quando a entrega é inferior à garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - I.e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Recetas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre operações de empréstimos e financiamentos.

c. Imposto de renda e contribuição social
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas são sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2023 e 2022, o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a contábeis prestabelecidas nos contratos de fornecimento no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa de valor esperada a ser paga ou recebida em função do que se reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ela é mensurada com base nas taxas de impostos decretadas na data do contrato. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são necessários para trazer o ativo a condição de uso. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes da venda de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação
A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseado na vida útil estimada do ativo pelo método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como o despesa financeira.

Ressarcimento - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia futura estiver sob o controle de pagamento de um contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

f. Benefícios a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou contratual de pagar este tipo de benefício em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

h. Instrumentos financeiros
(i) Reconhecimento e mensuração inicial - O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram

originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acessado, para um item não mensurado ao VJR (valor justo atenuado pelo Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são afetados somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber diretamente aos fluxos de caixa do ativo.
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alinhar tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são afetados somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alinhar tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são afetados somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia mantém ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for um grupo de instrumentos financeiros que são mantidos para negociação e cujo objetivo é realizar ganhos de curto prazo. Um passivo financeiro mensurado ao VJR não mensurado ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando o contrato é modificado e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa e passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no resultado. A Companhia também mantém ativos financeiros mensurados ao VJORA.

i. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não-derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência de perda. Indícios de perda incluem: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos. **(ii) Ativos financeiros a VJR:** Ativos financeiros a VJR são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência de perda. Indícios de perda incluem: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos. **(iii) Ativos financeiros a VJR:** Ativos financeiros a VJR são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência de perda. Indícios de perda incluem: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos.

12 Provisões
(i) Provisão para ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em ativo considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento inferior a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrante à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao longo da operação contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrantes de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrantes comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Ressarcimento Anual a CCEE	
		1	2
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE	
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrante	
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrante	
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do contrato.	

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrante, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 2022	2023	2022
2.860		154
3.014		102
3.116		3.116

Provisão para ressarcimento curto prazo 2.860
Provisão para ressarcimento longo prazo 154

13 Financiamentos
Operações Indexador e taxas Vencimento

Operações (moeda nacional)	Indexador	taxas	Vencimento
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/12/2033	25.649
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/12/2033	13.548
Custos com a captação			14.111
Passivo circulante			38.409
Passivo não circulante			2.776
			36.297
			38.534

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 32,28 mil, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias oferecidas pela Companhia são o Projeto e aplicações financeiras vinculadas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). (b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato

de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 16,65 mil, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações ordinárias da Companhia e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2023	2022
2024	2.776	2.776
2025 a 2027	3.311	3.311
2028 a 2030	11.955	11.955
2031 a 2033	14.982	14.982
Total	39.073	39.073

13.1 Movimentação
Saldo inicial 41.090 42.979
Pagamento de juros (3.292) (3.422)
Pagamento de principal (2.414) (2.204)
Despesas com juros 3.676 3.734
Custos de captação amortizados 3 3
Saldo final 39.073 41.090

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições de desempenho, incluindo como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financeiro, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da Controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)
A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completo). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.4 Outras garantias
As garantias garantidas: Garantia fiduciária do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14 Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 40.239, dividido em 40.239.259 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2023	2022
Acionistas	40.239	40.239
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Holding")	40.239	40.239

Controladora e controlador final
As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").

Reserva de lucro - A reserva legal é constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício 1.364 2.011
Absorção do prejuízo (697) -
Lucro líquido ajustado 667 -
Custo da estruturação da dívida legal - 5% (33) -
c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício 1.364 2.011
Absorção do prejuízo (697) -
Lucro líquido ajustado 667 -
Constituição de reserva legal - 5% (33) -
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (158) -
Lucros retidos 475 -

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro líquido no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro líquido. O cálculo do lucro líquido por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

15 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta venda de energia	13.395	12.560
Ressarcimento de energia (1)	(102)	(154)
(1) PIS / COFINS	(498)	(435)
	12.804	11.947

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

Descrição	2023		2022		por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.
	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo	
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e bancos	14	-	11	-	
Aplicações financeiras	6	6.949	-	4.821	
Contas a receber de clientes	1.806	-	1.419	-	
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.238	-	3.311	
Partes relacionadas (nota 9)	1.975	-	1.958	-	
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	252	-	209	-	
Financiamentos (nota 13)	2.776	-	2.556	-	
Partes relacionadas (nota 9)	158	-	-	-	
Não circulante					
Financiamentos (nota 13)	36.297	-	38.534	-	
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.					
• Caixa e bancos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.					
• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do fluxo corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.					
• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:					
• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.					
• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.					
• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.					
20 Gerenciamento integrado de riscos					
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar					

Notas explicativas - Continuação

(i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Valor contábil	
2023	2022
Aplicações financeiras	6.949
Aplicações financeiras vinculadas	3.238
Contas a receber de clientes	1.806

(iii) **Risco de liquidez**
Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

Valor contábil	
2023	2022
Financiamentos	39.073
Fornecedores	252

(iv) **Risco de mercado**
Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, entre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

2023		2022		Em 31 de dezembro de 2023	
Ativo	2023	2022	Operação	Valor exposto	Risco
Aplicações financeiras	6.949	4.821	Aplicações financeiras	10.187	25%
Aplicações financeiras vinculadas	3.238	3.311	Financiamentos	39.073	50%
	10.187	8.132			
Passivo					
Financiamentos	39.073	41.090			

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.
(**) Os índices de TJLP considerados foram de 6,53% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	8.132	Redução do CDI (*)	800	553
Financiamentos	41.090	Aumento da TJLP (**)	3.189	3.827

(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.
(**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,37% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se conduirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024.



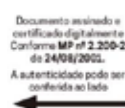
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertencelo
Contador CRC PR-052082/O

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora
Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/03/2024

Aposte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesso também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leoes-publicidade-legal>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5631-DF98-8C48-5D4D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5631-DF98-8C48-5D4D



Hash do Documento

4E745A8C10CE47F8DFA314D8356EB57D052FA898D760BC62DCA1344E2B672731

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.941.770/0001-67

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Nota	2023	2022
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.034
Contas a receber de clientes	8	1.853
Despesas antecipadas	181	66
Adiantamento a fornecedores	5	5
Total do ativo circulante	12.072	10.150
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.257
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.996
Imobilizado	11	63.384
Total do ativo não circulante	68.637	71.485
Total do ativo	80.709	81.635

Nota	2023	2022
Passivo		
Fornecedores	12	251
Provisões	13	1.061
Financiamentos	13	2.702
Obrigações sociais e trabalhistas	56	37
Obrigações fiscais	59	53
Imposto de renda e contribuição social a pagar	154	169
Adiantamento de clientes	86	35
Dividendos a pagar	9	621
Total do passivo circulante	4.742	4.719
Financiamentos	12	27
Tributos diferidos	13	34.915
Tributos a pagar	13	37
Total do passivo não circulante	35.022	37.822
Capital social	37.735	37.735
Reserva legal	209	131
Reserva de lucros	2.979	1.864
Total do patrimônio líquido	40.923	39.730
Total do passivo e patrimônio líquido	80.709	81.635

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. ("SVP VIII" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim IV, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VIII foi vencedora do Licitação de Energia A-52013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2017 com a produção anual estimada de 60 MWmm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acessado, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.
Classificação e mensuração subsequentes-Notreconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente)-instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente)-instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Comercializada [MW]	Garantia Solicitada [MW]	Garantia Física Alteração [MW]	Garantia Física Outorgada [MW]
Santa Vitória do Palmar VIII	15	A-52013	AW3000-3MW-HH120m	343	18/07/2014	18/07/2049	6,0	7,5	7,5	7,5

2 Base de preparação
Declaração de conformidade:As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, **em caso** todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa futuros e não para a venda;
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são afetados somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:
Ativos financeiros a VJR Esses ativos não mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e pressupostos. As estimativas e as pressupostos utilizados pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando apropriado. Os julgamentos realizados em relação à aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
• **Nota Explicativa nº 11** - Imobilizado (Impairment ativo imobilizado);
• **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos não subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for objeto de um contrato de derivativo que não seja para a venda. Os passivos mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

6 Resumo das políticas contábeis materiais
O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa não são exigíveis, quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando o contrato é modificado e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa e passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

7 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e bancos
Aplicações financeiras (I)

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido resultante é reconhecido no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável de ativos que gera entradas de caixa pelo seu contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso e seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto que reflete os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8 Contas a receber de clientes
Contas a receber

Ativo não circulante
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)

9 Partes relacionadas
A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)

10 Imobilizado
Equipamentos de informática 20%
Edificações, obras civis e benfeitorias 2%
Sistema de geração 4%
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Passivo circulante
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)

11 Imobilizado
Equipamentos de informática 20%
Edificações, obras civis e benfeitorias 2%
Sistema de geração 4%
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Passivo não circulante
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)

12 Provisão para ressarcimento
Provisão para ressarcimento curto prazo
Provisão para ressarcimento longo prazo

Operações
Indexador e taxas
Vencimento

13 Provisões
Provisão para ressarcimento curto prazo
Provisão para ressarcimento longo prazo

Operações
Indexador e taxas
Vencimento

14 Provisões
Provisão para ressarcimento curto prazo
Provisão para ressarcimento longo prazo

Operações
Indexador e taxas
Vencimento

15 Provisões
Provisão para ressarcimento curto prazo
Provisão para ressarcimento longo prazo

Operações
Indexador e taxas
Vencimento

16 Provisões
Provisão para ressarcimento curto prazo
Provisão para ressarcimento longo prazo

Operações
Indexador e taxas
Vencimento

17 Provisões
Provisão para ressarcimento curto prazo
Provisão para ressarcimento longo prazo

Operações
Indexador e taxas
Vencimento

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	13.139	12.337
Despesas gerais e administrativas	16	(7.422)	(5.096)
Recursos (despesas) operacionais	5.716	7.241	
Despesas gerais e administrativas	16	(405)	(329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(48)	28
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	5.263	6.941	
Receitas e impostos	17	(4.292)	(4.335)
Despesas financeiras	17	1.506	1.106
Despesas financeiras líquidas	(2.784)	(3.229)	
Resultado antes dos impostos	2.479	3.712	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(910)	(753)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(5)	(12)
Lucro líquido do exercício	1.565	2.947	
Resultado proporcional ordinária-básico diluído (em reais)		0,0415	0,0781

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.565	2.947	
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	2.874	2.872
Juros e variações monetárias	13	3.649	3.712
Amortização de custos de transação	13	119	119
Provisão para ressarcimento	12	13	28
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	910	753
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	5	(12)
Total	9.135	10.443	

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Res. de lucros	Res. de lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.735	-	-	(332)	37.403
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.947	2.947
Constituição de reserva legal	-	131	-	(131)	-
Retenção de lucros	-	-	-	1.864	(621)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.735	131	1.864	-	39.730
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.565	1.565
Constituição de reserva legal	-	78	-	(78)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	(372)	(372)
Retenção de lucros	-	-	-	1.115	(1.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.735	209	2.979	-	40.923

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.565	2.947	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	1.565	2.947	

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Res. de lucros	Res. de lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.735	-	-	(332)	37.403
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.947	2.947
Constituição de reserva legal	-	131	-	(131)	-
Retenção de lucros	-	-	-	1.864	(621)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.735	131	1.864	-	39.730
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.565	1.565
Constituição de reserva legal	-	78	-	(78)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	(372)	(372)
Retenção de lucros	-	-	-	1.115	(1.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.735	209	2.979	-	40.923

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.565	2.947	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	1.565	2.947	

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Res. de lucros	Res. de lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.735	-	-	(332)	37.403
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.947	2.947
Constituição de reserva legal	-	131	-	(131)	-
Retenção de lucros	-	-	-	1.864	(621)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.735	131	1.864	-	39.730
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.565	1.565
Constituição de reserva legal	-	78	-	(78)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	(372)	(372)
Retenção de lucros	-	-	-	1.115	(1.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.735	209	2.979	-	40.923

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.565	2.947	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	1.565	2.947	

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Res. de lucros	Res. de lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.735	-	-	(332)	37.403
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.947	2.947
Constituição de reserva legal	-	131	-	(131)	-
Retenção de lucros	-	-	-	1.864	(621)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.735	131	1.864	-	39.730
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.565	1.565
Constituição de reserva legal	-	78	-	(78)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	(372)	(372)
Retenção de lucros	-	-	-	1.115	(1.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.735	209	2.979	-	40.923

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.565	2.947	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	1.565	2.947	

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social
--	-------	----------------

Descrição	2023		2022		por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.																														
	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo																															
Ativos financeiros																																			
Circulante																																			
Caixa e bancos	16	-	11	-																															
Aplicações financeiras	-	10.017	-	8.620																															
Contas a receber de clientes	1.853	-	1.448	-																															
Não circulante																																			
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.257	-	3.328																															
Partes relacionadas (nota 9)	1.996	-	1.959	-																															
Passivos financeiros																																			
Circulante																																			
Fornecedores	251	-	210	-																															
Financiamentos (nota 13)	2.702	-	2.480	-																															
Partes relacionadas (nota 9)	372	-	621	-																															
Não circulante																																			
Financiamentos (nota 13)	34.915	-	37.080	-																															
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.																																			
<p>• Caixa e bancos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.</p> <p>• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.</p> <p>• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:</p> <p>• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.</p> <p>• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses movida por considerações do negócio.</p> <p>• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.</p>																																			
<p>20 Gerenciamento integrado dos riscos</p> <p>A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar</p>																																			
<p>Notas explicativas - Continuação</p> <p>(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.</p> <p>(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>10.017</td> <td>8.620</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>3.257</td> <td>3.328</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>1.853</td> <td>1.448</td> </tr> </tbody> </table> <p>(iii) Risco de liquidez</p> <p>Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>37.617</td> <td>39.560</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>251</td> <td>210</td> </tr> </tbody> </table> <p>(iv) Risco de mercado</p> <p>Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, entre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.</p> <p>Exposição ao risco de taxa de juros</p> <p>Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:</p>							Valor contábil			2023	2022	Aplicações financeiras	10.017	8.620	Aplicações financeiras vinculadas	3.257	3.328	Contas a receber de clientes	1.853	1.448		Valor contábil			2023	2022	Financiamentos	37.617	39.560	Fornecedores	251	210			
	Valor contábil																																		
	2023	2022																																	
Aplicações financeiras	10.017	8.620																																	
Aplicações financeiras vinculadas	3.257	3.328																																	
Contas a receber de clientes	1.853	1.448																																	
	Valor contábil																																		
	2023	2022																																	
Financiamentos	37.617	39.560																																	
Fornecedores	251	210																																	
<p>Ativo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>10.017</td> <td>8.620</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>3.257</td> <td>3.328</td> </tr> <tr> <td></td> <td>13.274</td> <td>11.948</td> </tr> </tbody> </table> <p>Passivo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>37.617</td> <td>39.560</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.</p>							2023	2022	Aplicações financeiras	10.017	8.620	Aplicações financeiras vinculadas	3.257	3.328		13.274	11.948		2023	2022	Financiamentos	37.617	39.560												
	2023	2022																																	
Aplicações financeiras	10.017	8.620																																	
Aplicações financeiras vinculadas	3.257	3.328																																	
	13.274	11.948																																	
	2023	2022																																	
Financiamentos	37.617	39.560																																	
<p>Em 31 de dezembro de 2023</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>13.274</td> <td>Redução do CDI</td> <td>1.160</td> <td>773</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>37.617</td> <td>Aumento da TJLP (**)</td> <td>3.070</td> <td>3.686</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a. (**) Os índices de TJLP considerados foram de 6,53% a.a.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>11.948</td> <td>Redução do CDI</td> <td>1.223</td> <td>815</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>39.560</td> <td>Aumento da TJLP (**)</td> <td>3.644</td> <td>4.373</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a. (**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,37% a.a.</p>						Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	13.274	Redução do CDI	1.160	773	Financiamentos	37.617	Aumento da TJLP (**)	3.070	3.686	Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	11.948	Redução do CDI	1.223	815	Financiamentos	39.560	Aumento da TJLP (**)	3.644	4.373
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																															
Aplicações financeiras	13.274	Redução do CDI	1.160	773																															
Financiamentos	37.617	Aumento da TJLP (**)	3.070	3.686																															
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																															
Aplicações financeiras	11.948	Redução do CDI	1.223	815																															
Financiamentos	39.560	Aumento da TJLP (**)	3.644	4.373																															
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. Curitiba - PR</p> <p>Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre</p> <p>detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Curitiba, 21 de março de 2024.</p> <p>KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-PR</p> <p>Almir Eduardo Bertencelo Contador CRC PR-052082/O</p> <p>Diretoria</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora Zhigang Yao - Diretor</td> <td>Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1</td> </tr> </tbody> </table>						Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora Zhigang Yao - Diretor	Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1																												
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora Zhigang Yao - Diretor	Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1																																		



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0403-C0CF-4666-8150> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0403-C0CF-4666-8150



Hash do Documento

7E2AB932B562589E704193F52F7E0FBD9B77B82BE6289562ED2A5A99EE9D3FB4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.891.491/0001-36

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2023	2022	
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.129	2.918	
Contas a receber de clientes	8	1.065	851	
Despesas antecipadas		108	40	
Adiantamento a fornecedores		1	1	
Tributos e contribuições a compensar		33	33	
Total do ativo circulante		5.336	3.842	
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.954	1.978	
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.183	1.173	
Imobilizado	11	45.178	47.158	
Total do ativo não circulante		48.315	50.309	
Total do ativo		53.651	54.151	

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2023	2022	
Passivo				
Fornecedores	12	173	139	
Provisões	12	1.316	1.316	
Financiamentos	13	1.644	1.514	
Obrigações sociais e trabalhistas		33	22	
Obrigações fiscais		36	32	
Imposto de renda e contribuição social a pagar		73	77	
Adiantamento de clientes		59	59	
Dividendos a pagar	9	102	-	
Total do passivo circulante		3.428	3.160	
Provisões	12	42	19	
Financiamentos	13	21.541	22.868	
Tributos diferidos	58	53	-	
Total do passivo não circulante		21.641	22.940	
Capital social		28.242	28.243	
Reserva legal		22	-	
Reserva de lucros		307	-	
Prejuízos acumulados		-	(192)	
Total do patrimônio líquido	14	28.572	28.051	
Total do patrimônio líquido		53.651	54.151	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("SVIX" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVIX foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 com a produção anual estimada de 3,4 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

2 Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e pressupostos. As estimativas e as pressupostos utilizados pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment ativo imobilizado);
 - Nota explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- 5 Base de mensuração**
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.
- 6 Resumo das políticas contábeis materiais**
O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todas as operações e demonstrações financeiras, exceto nos casos em que a Administração tenha optado por uma política contábil alternativa (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentamos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de vendas
A receita de vendas das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A de vendas operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado de curto prazo, conforme o caso.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

c. Imposto de renda e contribuição social
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas e partes de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2023 e 2022, o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a contábeis prestabelecidas nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa de valor esperado a ser pago ou recebido em um período que reflita as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ela é mensurada com base nas taxas de impostos decretadas na data do contrato. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuídos à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Qualquer ganho ou perda na extinção de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação
A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada do ativo e no método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado **Taxa anual de depreciação**

Equipamentos de informática 20%

Edificações, obras civis e benfeitorias 2%

Sistema de geração 4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quando o valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como o despesa financeira.

Ressarcimento - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia futura é garantida e o custo de pagar esta energia é mensurado em função de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

f. Benefícios a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal corrente ou serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente que seja diretamente atribuída à aquisição de um ativo. O custo do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

Instruções financeiras
Reconhecimento e mensuração inicial - O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram

originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acessado, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequentes - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber pagamentos subsequentes ao preço da operação.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alinhar tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia mensura seus ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for de curto prazo. Os passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa e passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido resultante é reconhecido no resultado. A Companhia não compensa ativos financeiros mensurados ao VJR com passivos financeiros mensurados ao VJORA.

Impairment - Os ativos financeiros são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Aqueles que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao valor presente usando-se um taxa de desconto apropriada. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Para o teste de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao valor presente usando-se um taxa de desconto apropriada que reflete as incertezas quanto ao prazo de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1. Mudança nas políticas contábeis materiais: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); • Ausência de convertibilidade de opções de compra (CPC 02).

7. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerais em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

Contas a receber

2023 2022

1.065 851

4.117 2.908

4.129 2.918

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, não há expectativa de ganhos com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas
A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)

1.183 1.173

1.183 1.173

Passivo circulante

2023 2022

102 -

102 -

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	7.770	7.242
Despesas gerais e administrativas	16	(4.524)	(3.442)
Recursos operacionais		3.246	3.799
Despesas gerais e administrativas	16	(257)	(215)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(34)	(6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		2.965	3.590
Receitas financeiras	17	(2.523)	(2.553)
Despesas financeiras	17	636	423
Resultado antes dos impostos		(1.887)	(2.130)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(443)	(356)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(2)	(7)
Lucro líquido do exercício		623	1.098
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,0221	0,0389	0,0389
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		623	1.098
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	2.007	2.005
Juros e variações monetárias	13	2.181	2.216
Amortização de custos de transação	13	23	65
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	443	356
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2	7
Total		5.281	5.738

Variações em:

Contas a receber de clientes (214) (83)

Despesas antecipadas (69) 109

Partes relacionadas (10) (32)

Fornecedores 34 115

Obrigações fiscais (101) (48)

Obrigações sociais e trabalhistas 11 11

Caixa proveniente das atividades operacionais 4.935 5.526

Impostos pagos sobre o lucro (341) (289)

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 4.593 5.237

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Aquisição de imobilizado 11 (27) (18)

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento (27) (18)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento:

Aplicações financeiras vinculadas 24 (245)

Pagamento de principal sobre financiamentos 13 (1.432) (1.308)

Pagamento de juros sobre financiamentos 13 (1.948) (2.031)

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento (3.352) (3.584)

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa 1.211 1.635

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 2.918 1.283

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 4.129 2.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 9,752, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2024	2023	2022
2025 a 2027	1.644	5.564	7.094
2028 a 2030	7.094	8.893	23.185
2031 a 2033	8.893	23.185	-
Total	17.631	37.642	37.279

		Notas explicativas - Continuação						Em 31 de dezembro de 2023				
Descrição	2023		2022		Ativo	2023	2022	Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		2023	2022	Aplicações financeiras	6.071	Redução do CDI (*)	500	354
	Custo		Custo		Aplicações financeiras vinculadas	1.954	1.978	Financiamentos	23.185	Aumento da TJLP (**)	1.882	2.271
	amortizado(*)	Nível 2	amortizado(*)	Nível 2	Passivo	6.071	4.886					
Ativos financeiros					Financiamentos	23.185	24.382					
Circulante					A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.							
Caixa e bancos	12	-	10	-	Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras							
Aplicações financeiras	-	4.117	-	2.908	Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.							
Contas a receber de clientes	1.065	-	851	-	Curitiba - PR							
Não circulante					Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.							
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.954	-	1.978	Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre							
Partes relacionadas (nota 9)	1.183	-	1.173	-	detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.							
Passivos financeiros					Curitiba, 21 de março de 2024.							
Circulante					KPMG							
Fornecedores	173	-	139	-	KPMG Auditores Independentes Ltda. Almi Eduardo Bertencelo							
Financiamentos (nota 13)	1.644	-	1.514	-	CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O							
Partes relacionadas (nota 9)	102	-	-	-	Diretoria							
Não circulante					Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora							
Financiamentos (nota 13)	21.541	-	22.868	-	Zhigang Yao - Diretor							
Financiamentos (nota 13)	21.541	-	22.868	-	Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1							
Partes relacionadas (nota 9)	102	-	-	-								

por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Valor contábil	
2023	2022
Aplicações financeiras	4.117
Aplicações financeiras vinculadas	1.954
Contas a receber de clientes	1.065

(iii) **Risco de liquidez**
Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

Valor contábil	
2023	2022
Financiamentos	23.185
Fornecedores	173

(iv) **Risco de mercado**
Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, entre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

20 Gerenciamento integrado dos riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/314B-F5F8-CD1F-5951> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 314B-F5F8-CD1F-5951



Hash do Documento

3839B4DA717C90C8D2BC5C5E9036F9CB35EC2D3735B62B08471C09CF4C3BB543

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.917.214/0001-55

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.063	3.564
Contas a receber de clientes	8	1.047	848
Despesas antecipadas		110	43
Total do ativo circulante		6.219	4.455
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.911	1.948
Despesas antecipadas		1	1
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.182	1.173
Imobilizado	11	46.203	48.251
Total do ativo não circulante		49.297	51.373
Total do ativo		55.515	55.828

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. ("SVP X" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira VIII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP X foi vencedora do Leilão de Energia A-52013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 com a produção anual estimada de 3,3 MWh (não auditado). A Agência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acessado, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física Solicitada alteração [MWh]	Garantia Física Outorgada [MWh]
Empresa Santa Vitória do Palmar X	9	A-52013	HH120m
Potência [MW]			
Modelo Aero			
Outorga			
Início da Outorga			
Lim da Outorga			
	3,3	4,4	

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Lim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física Solicitada alteração [MWh]	Garantia Física Outorgada [MWh]
Empresa Santa Vitória do Palmar X	9	A-52013	HH120m	360	26/07/2014	23/07/2049	3,3	4,4	

2 Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** - Imobilizado (**Impairment** ativo imobilizado);
 - **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- 5 Base de mensuração**
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.
- 6 Resumo das políticas contábeis materiais**
O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. A divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente
A receita de venda de energia é reconhecida quando a Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento de energia ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida para os seguintes clientes: (i) contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descreitas a seguir: (i) Quantidades de energia por MW/mensais determinadas, ou seja, a Companhia emite a energia gerada para a garantia por cláusulas contidas nos contratos, entre as partes, quando a entrega é inferior à garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i.e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2023 e 2022, o imposto de renda tributável social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à contribuição previdenciária nos contratos de fornecimento no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado a ser pago ou recebido em função do efeito das incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Foi mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do contrato. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (**impairment**). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Qualquer ganho ou perda na extinção de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação
A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseado na vida útil estimada do ativo pelo método linear.

7. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quando o valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f. Benefícios a empregados
O ressarcimento - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia produzida pela Companhia estiver sujeita aos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

7. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e bancos
 2023 | 2022 || Aplicações financeiras (i) | 5.032 | 3.553 |
| | **5.063** | **3.564** |

Compreendem numerais em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes
Contas a receber
 2023 | 2022 || | 1.047 | 848 |
| | **1.047** | **848** |

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas
A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
Ativo não circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	1.182	1.173
	1.182	1.173
Passivo circulante		
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	153	17
	153	17

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se a operações de cooperação financeira entre as companhias e a contratação direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda com energia	15	7.646	7.296
Despesas de geração de energia	16	(4.474)	(3.444)
Lucro bruto		3.172	3.852
Despesas gerais e administrativas	16	(294)	(232)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(38)	14
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		2.841	3.634
Despesas financeiras	17	(2.449)	(2.453)
Receitas financeiras	17	730	482
Despesas financeiras líquidas		(1.719)	(1.971)
Resultado antes dos impostos		1.122	1.663
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(475)	(376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1)	(7)
Lucro líquido do exercício		645	1.280
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0207	0,0411
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
Lucro líquido do exercício	2023	2022	
Outros resultados abrangentes	645	1.280	
Resultado abrangente total	645	1.280	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
	Notas	Capital social	Res. Lucros	Res. de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		31.154	-	-	(1.207)
Lucro líquido do exercício		-	-	1.280	1.280
Constituição de reserva legal		-	4	(4)	
Dividendos em longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13)		-	-	(17)	(17)
Reserva de lucros		-	52	(52)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		31.154	4	62	(312)
Lucro líquido do exercício		-	-	645	645
Constituição de reserva legal		-	32	(32)	
Adiões e baixas mínimos		-	-	(153)	(153)
Reserva de lucros		-	490	(460)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		31.154	36	512	(317)

Remuneração do pessoal chave da Administração
Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas
Aplicações financeiras vinculadas
 2023 | 2022 || | 1.911 | 1.948 |
| | **1.911** | **1.948** |

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado
(i) Composição do saldo

	2023	2022
Tx. anual de depreciação	20%	20
Equipamentos de informática	2%	5.823
Edif. obras civis e benfeitorias	4%	53.722
Sistema de geração		(12.293)
Imobilizado em andamento		18
	59.565	(13.363)

(ii) Movimentação do custo

	2022	2023
Saldos em 2022	Adições	Baixas
Equipamentos de informática	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	-
Sistema de geração	53.689	33
Imobilizado em andamento	18	(20)
	59.530	35

(iii) Movimentação da depreciação

	2022	2023
Saldos em 2022	Adições	Baixas
Equipamentos de informática	(1)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(902)	(166)
Sistema de geração	(10.378)	(1.916)
Imobilizado em andamento	18	-
	(11.279)	(2.083)

(iv) Movimentação da depreciação

	2022	2023
Saldos em 2022	Adições	Baixas
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	-
Sistema de geração	53.689	33
Imobilizado em andamento	18	(20)
	59.512	18

12 Provisões
12.1 Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em função do custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução do valor recuperável do ativo imobilizado foi constituída.

12.2 Provisão de provisões - A provisão para ressarcimento é reconhecida em função do custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução do valor recuperável do ativo imobilizado foi constituída.

13.1 Movimentação
Saldo inicial 2023 | 2022 || Pagamento de juros | (1.880) | (1.963) |
Pagamento de principal	(1.415)	(1.292)
Despesas com juros	2.105	2.142
Custos de captação amortizados	3	3
Saldo final	**22.345**	**23.532**

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

13.2 Covenants - A Companhia contraiu financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições para serem observadas, como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

13.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (informações financeiras da Controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)
A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNDES, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo isso deve ser considerado somente na conclusão física e financeira (completo). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

13.4 Outras garantias
As garantias garantem a: Garantia fiduciária do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14 Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 31.154 dividido em 31.154.260 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2023	2022
Acionistas	31.154	31.154
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (Holding)	2023	2022
Controladora e controlador final	100%	100%

As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). A Reserva legal é constituída a razão de 10% do lucro líquido após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício 2023 | 2022 || Absorção do prejuízo | 645 | 1.280 |
Lucro líquido ajustado	645	73
Lucro líquido ajustado	645	73
Constituição de reserva legal - 5%	(32)	(18)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	**(153)**	**(17)**
Juros retidos	460	52
d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro líquido após o exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.		

Lucro líquido do exercício 2023 | 2022 || Absorção do prejuízo | 645 | 1.280 |
Lucro líquido ajustado	645	73
Constituição de reserva legal - 5%	(32)	(18)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	**(153)**	**(17)**
Juros retidos	460	52
d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro líquido após o exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.		

15 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta venda de energia	8.105	7.608
Ressarcimento de energia (1)	(163)	(94)
(-)/ PIS / COFINS	(296)	(238)
	7.646	7.296

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2023	2022
Custo da geração de energia	(4.474)	(3.444)
Despesas gerais e administrativas	(294)	(232)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(38)	14
	(4.805)	(3.662)
Encargos de transmissão e conexão	(491)	(458)
Compra de energia	(460)	(232)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(128)	(69)
Despesa com pessoal	(229)	(183)
Serviços de terceiros	(57)	(37)
Depreciação	(230)	(281)
Arrendamento		

Descrição	2023		2022		Notas explicativas - Continuação							
	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nivel 2	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nivel 2	Ativo	2023	2022	Em 31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros								Operação	Risco	25%	50%	
Circulante					Aplicações financeiras	5.032	3.553	Aplicações financeiras	6943	Redução do CDI (*)	607	404
Caixa e bancos	31	-	11	-	Aplicações financeiras vinculadas	1.911	1.948	Financiamentos	22.345	Aumento da TJLP (**)	1.824	2.189
Aplicações financeiras	-	5.032	-	3.553		6.943	5.501					
Contas a receber de clientes	1.047	-	848	-								
Não circulante												
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.911	-	1.948								
Partes relacionadas (nota 9)	1.182	-	1.173	-								
Passivos financeiros												
Circulante												
Fornecedores	187	-	122	-								
Financiamentos (nota 13)	1.626	-	1.496	-								
Partes relacionadas (nota 9)	153	-	17	-								
Não circulante												
Financiamentos (nota 13)	20.719	-	22.036	-								

por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Valor contábil	2023	2022
Aplicações financeiras	5.032	3.553
Aplicações financeiras vinculadas	1.911	1.948
Contas a receber	1.047	848

(iii) Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

Valor contábil	2023	2022
Fornecedores	187	122
Financiamentos	22.345	23.532

(iv) Risco de mercado
Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, entre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. Almi Eduardo Bertencelo
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

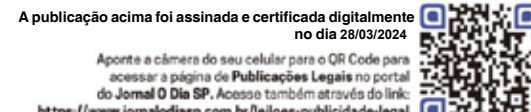
Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

Directoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora
Zhigang Yao - Diretor

Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8727-3C07-B76E-CF28> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8727-3C07-B76E-CF28



Hash do Documento

6C08C4E2831C98BBEA9846FC57FE115293D50BEDD8BEA2FB8A2D1CB5B72A4882

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 20.593.647/0001-81

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.335	7.336
Contas a receber de clientes	8	2.888	2.407
Despesas antecipadas		290	106
Adiantamento a fornecedores		55	55
Tributos e contribuições a compensar		65	65
Total do ativo circulante		13.633	9.970
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.128	5.454
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.875	2.955
Imobilizado	11	97.443	101.900
Total do ativo não circulante		105.445	110.309
Total do ativo		119.078	120.279

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. ("SVXP XI" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba/PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 02 de julho de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Ara Mangueira VII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVXP XI foi vencedora do Leilão de Energia A-3/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2017 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 27 de dezembro de 2016 com a produção anual estimada de 9,6 MWm (não auditado). A agência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Santa Vitória do Palmar xi	24	A-3/2014	AW3000-3MW-H120m	18	09/02/2015	06/02/2050	9,6	11,8	11,8

2 Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. Os julgamentos realizados em relação aos valores das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (impairment ativo imobilizado);
• Nota explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das salidas de recursos);

5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais
O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios contábeis e em todas as demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentamos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de vendas
A receita de vendas advinda das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas específicas nos termos do contrato de fornecimento ou no preço de venda em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia pode ser fornecida de duas formas: (i) através de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWm mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia para seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWm durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais de desempenho do contrato e (v) a entrega de energia é baseada no cumprimento do descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os instrumentos financeiros contratados.

c. Imposto de renda e contribuição social
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro** - Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício contábil e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a tensões diferentes reconhecidas no resultado do exercício. **(iii) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo corrente fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração - Bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Equipamentos de informática são depreciados em 20%. Edificações, obras civis e benfeitorias são depreciadas em 2%. Sistema de geração são depreciados em 4%. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa de desconto apropriada, se houver. Ele é mensurado com base quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

f. Benefícios a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possua ser estimada de maneira confiável.

g. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

h. Instrumentos financeiros
Reconhecimento e mensuração inicial - O contas a receber de clientes, partes relacionadas e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		2.523	3.723
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		11	4.492
Provisão ressarcimento de energia		12	216
Juros e variações monetárias		13	6.081
Amortização de custos de transação		13	210
Imposto de renda e contribuição social correntes		18	1.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18	3
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(481)	(297)
Despesas antecipadas		(183)	(291)
Partes relacionadas		81	(803)
Fornecedores		76	255
Provisões		(696)	-
Obrigações fiscais		(254)	(131)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		4	44
Caixa proveniente das atividades operacionais		13.336	15.314
Impostos pagos sobre o lucro		(966)	(825)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.370	14.489
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(35)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(35)	(18)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		326	(573)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(4.224)	(3.854)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.437)	(5.689)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(9.336)	(10.117)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.999	4.353
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.336	2.983
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		10.335	7.336

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	21.245	19.972
Custo da geração de energia	16	(11.227)	(8.596)
Lucro bruto		10.018	11.376
Despesas gerais e administrativas	16	(708)	(945)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(74)	29
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		9.235	10.870
Despesas financeiras	17	(7.129)	(7.221)
Receitas financeiras	17	1.646	1.082
Despesas financeiras líquidas		(5.483)	(6.139)
Resultado antes dos impostos		3.752	4.739
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.226)	(996)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3)	(20)
Lucro líquido do exercício		2.523	3.723
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0449	0,0663
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			
Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
		2023	2022
Lucro líquido do exercício		2.523	3.723
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		2.523	3.723
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
		2023	2022
Saldos em 31 de dezembro de 2021		56.141	10.237
Lucro líquido do exercício		2.523	3.723
Saldos em 31 de dezembro de 2022		56.141	49.627
Lucro líquido do exercício		2.523	3.723
Saldos em 31 de dezembro de 2023		56.141	52.150
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			

referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado
(i) Composição do saldo

	2023	2022
Tx. aumento de depreciação		
Equipamentos de informática	20%	20%
Edif. obras civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de geração	4%	4%
Imobilizado em andamento	-	-
Depre. acumulada	33	52
Saldo líquido	128.882	97.443

(ii) Movimentação do custo

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	128.882	97.443
Equipamentos de informática	33	52
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.557	15.557
Sistema de geração	113.271	113.271
Imobilizado em andamento	18	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	128.826	128.847

(iii) Movimentação da depreciação

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33	52
Equipamentos de informática	(1)	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.667)	(444)
Sistema de geração	(24.280)	(4.047)
Imobilizado em andamento	26.946	(4.492)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.222	(2.667)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)
A Administração anualmente efetua o cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Santa Vitória do Palmar, o qual representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGCs. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 6,74% a.a. (9,23% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio de capital (WACC) e o valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Provisões
(i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia emitida. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios anuais pelo CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, e registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Canários	Montante Contratado	Resultados
1	Abaxo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia gerada excede o compromisso contratual.

Opagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, após a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 22 de março de 2024 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida de acordo com "constrained-off" de usinas eólicas cobertas de CCEAR e CER disponibilizada pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.059	2.077
Provisão para ressarcimento curto prazo	3.183	3.879
Provisão para ressarcimento longo prazo	69	378
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.777	4.257

(ii) Provisão para desmantelamento
Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vies de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento/locação. Adicionalmente, será facultado à SVXP apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituirá assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vies de acesso nos demais, e neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existem independentemente das ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia, e por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos
Operações (moeda nacional)

Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2023	2022
BNDES (a)	T.J.P. + 2,12%	15/06/2033	41.825
BRDE (b)	T.J.P. + 3,50%	15/06/2023	22.072
Custos com a captação		(1.921)	(2.201)
Passivo circulante		4.649	4.257
Passivo não circulante		57.256	61.019

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 56,439, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

A Companhia mantém sua provisão de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2023	2022
Operações (moeda nacional)		
BNDES (a)	41.825	44.238
BRDE (b)	22.072	23.239
Custos com a captação	(1.921)	(2.201)
Passivo circulante	4.649	4.257
Passivo não circulante	57.256	61.019

(a) Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 56,439, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

(b) Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R\$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

A Companhia mantém sua provisão de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	5.128	5.454
Total	5.128	5.454

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

• **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e devido ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prioridade e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2021 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(I) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(II) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras

depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

Valor contábil	
2023	2022
Aplicações financeiras	10.317 7.323
Aplicações financeiras vinculadas	5.128 5.454
Contas a receber de clientes	2.888 2.407

(II) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices "Covenants" previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

Valor contábil	
2023	2022
Fornecedores	388 312
Financiamentos	61.905 65.276

(IV) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

Ativo		2023	2022
Aplicações financeiras		10.317	7.323
Aplicações financeiras vinculadas		5.128	5.454
		15.445	12.777

Passivo		2023	2022
Financiamentos		61.905	65.276

Notas explicativas - Continuação

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2023

Operação	Valorexposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	15.445	Redução do CDI (*)	1.360	900
Financiamentos	61.905	Aumento da TJLP (**)	5.053	6.064

(*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.
 (**) Os índices de TJLP considerados foram de 6,53% a.a.

Em 31 de dezembro de 2022

Operação	Valorexposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	12.777	Redução do CDI (*)	1.308	872
Financiamentos	65.276	Aumento da TJLP (**)	6.014	7.216

(*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.
 (**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,37% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.
 Curitiba - PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024.

KPMG
 KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello
 Contador CRC PR-052082/O

Diretoria	
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora	Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1
Zhigang Yao - Diretor	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2244-560B-C8C9-2A3D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2244-560B-C8C9-2A3D



Hash do Documento

D47A9DC4A06F8DE19BD791A5B49A3F3C2789617B6B67EB6FDBB414A6E202C161

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 20.586.118/0001-50

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Nota	2023	2022
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	7 16.750	12.340
Contas a receber de clientes	8 3.580	2.903
Despesas antecipadas	362	133
Adiantamento a fornecedores	41	41
Tributos e contribuições a compensar	285	285
Total do ativo circulante	21.018	15.701
Aplicações financeiras vinculadas	10 6.272	6.467
Contas a receber de partes relacionadas	9 4.313	4.112
Imobilizado	11 122.690	128.054
Total do ativo não circulante	133.275	138.633
Total do ativo	154.292	154.334

Nota	2023	2022
Passivo		
Fornecedores	12 539	447
Provisões	13 2.783	2.783
Financiamentos	12 5.373	4.936
Obrigações sociais e trabalhistas	89	59
Obrigações fiscais	115	105
Imposto de renda e contribuição social a pagar	293	295
Dividendos a pagar	860	119
Adiantamento de clientes	9 382	382
Total do passivo circulante	10.433	9.126
Provisões	12 576	367
Financiamentos	13 66.181	70.513
Tributos diferidos	196	106
Total do passivo não circulante	68.956	71.064
Capital social	73.762	73.762
Reserva legal	206	25
Reserva de lucros	2.936	357
Total do patrimônio líquido	76.904	74.144
Total do ativo = Total do patrimônio líquido	154.292	154.334

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. ("SVP XII" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 02 de julho de 2014 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim II, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP XII foi vencedora do Leilão de Energia A-3/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2017 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial no dia 27 de dezembro de 2016 com a produção anual estimada de até 10,8 MW (não auditado). A Agência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acessado, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo financeiro para ser mensurado inicialmente ao preço de operação.
Classificação e mensuração subsequente-No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente)-instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente)-instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Empresa	Potência [MW]	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Limite da Outorga	Garantia Física Comercializada [MW]	Garantia Física Solicitada alteração [MW]	Garantia Física Outorgada [MW]
Santa Vitória do Palmar XII	30	A-3 2014	HH120m	6	1501/2015	1501/2050	10,8	14,6

2 Base de preparação

Declaração de conformidade:As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e pressupostos em relação à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e pressupostos. As estimativas e as pressupostos utilizados pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre os ajustes realizados em relação à aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment ativo imobilizado);
- Nota explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude da perda de receita);

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios demonstrados nas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. A divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A de vendas operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento de energia ou preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida para os clientes através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Comercialização Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descreitas a seguir: (i) Quantidades de energia por MW/mensais determinadas, ou seja, a Companhia em a obrigação de fornecer energia para os clientes; (ii) Preços fixos de energia por MW/h durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a energia fornecida aos clientes são cobertas por acordos entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i.e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

c. Imposto de renda e contribuição social

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a uma operação de venda de ativos diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração-Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment) e custo incluído ganhos que não estão sujeitos a juros. Esses operações, devido ao custo de ativos construídos pela própria Companhia incluído o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada de acordo com o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja necessário.

e. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como o despesa financeira.

Ressarcimento-Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia estiver sob o controle da Companhia e o contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal corrente ou serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou contratual de pagar este montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

h. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial- O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15 26.615	24.749
Custos de geração de energia	16 (14.738)	(10.732)
Lucro bruto	11.828	14.017
Despesas gerais e administrativas	16 (712)	(653)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16 (61)	47
Resultados antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	11.065	13.411
Despesas financeiras	17 (8.233)	(8.363)
Despesas financeiras líquidas	17 2.486	1.682
Resultados antes dos impostos	(5.747)	(6.681)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18 (1.681)	(1.353)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (7)	(23)
Lucro líquido do exercício	3.620	5.354
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,0491	0,0726
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	2023	2022
Lucro líquido do exercício	3.620	5.354
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.620	5.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Notas	Capital social	Res. Lucros	Res. de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	73.762	-	(4.853)	68.909
Lucro líquido do exercício	-	-	5.354	5.354
Constituição de reserva legal	-	25	(25)	-
Dividendos mínimos	-	-	(860)	(860)
Reservado lucros	-	357	(357)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	73.762	25	357	74.144
Lucro líquido do exercício	-	-	3.620	3.620
Constituição de reserva legal	-	181	(181)	-
Dividendos mínimos	-	-	(860)	(860)
Reservado lucros	-	2.579	(2.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	73.762	206	2.936	76.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

Aplicações financeiras vinculadas	2023	2022
	6.272	6.467
	6.272	6.467

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2023	2022
Tx. anual de depreciação	20%	(1)
Equipamentos de informática	20%	19
Edif. obras civis e benfeitorias	2%	15.219
Sistema de geração	4%	107.452
Imobilizado em andamento	-	18
	162.287	122.690

(ii) Movimentação do custo

	2023	2022
Equipamentos de informática	19.091	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	19.091
Sistema de geração	142.866	143.157
Imobilizado em andamento	161.975	162.267

(iii) Movimentação da depreciação

	2023	2022
Equipamentos de informática	(1)	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.318)	(3.871)
Sistema de geração	(30.602)	(35.705)
Imobilizado em andamento	(28.269)	(33.921)

(iv) Movimentação do custo

	2023	2022
Equipamentos de informática	19.091	19.091
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	19.091
Sistema de geração	142.866	143.157
Imobilizado em andamento	161.975	162.267

(v) Movimentação da depreciação

	2023	2022
Equipamentos de informática	(1)	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.318)	(3.871)
Sistema de geração	(30.602)	(35.705)
Imobilizado em andamento	(28.269)	(33.921)

(vi) Movimentação do custo

	2023	2022
Equipamentos de informática	19.091	19.091
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	19.091
Sistema de geração	142.866	143.157
Imobilizado em andamento	161.975	162.267

(vii) Movimentação da depreciação

	2023	2022
Equipamentos de informática	(1)	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.318)	(3.871)
Sistema de geração	(30.602)	(35.705)
Imobilizado em andamento	(28.269)	(33.921)

(viii) Movimentação do custo

	2023	2022
Equipamentos de informática	19.091	19.091
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	19.091
Sistema de geração	142.866	143.157
Imobilizado em andamento	161.975	162.267

(ix) Movimentação da depreciação

	2023	2022
Equipamentos de informática	(1)	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.318)	(3.871)
Sistema de geração	(30.602)	(35.705)
Imobilizado em andamento	(28.269)	(33.921)

(x) Movimentação do custo

	2023	2022
Equipamentos de informática	19.091	19.091
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.091	19.091
Sistema de geração	142.866	143.157
Imobilizado em andamento	161.975	162.267

(xi) Movimentação da depreciação

	2023	2022
Equipamentos de informática	(1)	(1)
Edificações, obras civis e benfeitor		

		Notas explicativas - Continuação						Em 31 de dezembro de 2023																																						
Descrição	2023		2022		Ativo	2023	2022	Operação	Valorexposto	Risco	25%	50%																																		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo																																										
	Custo	Nível 2	Custo	Nível 2	Aplicações financeiras	16.730	12.327	Aplicações financeiras	23.002	Redução do CDI (*)	2.010	1.340																																		
	amortizado(*)		amortizado(*)		Aplicações financeiras vinculadas	6.272	6.467	Financiamentos	71.554	Aumento da TJLP (**)	5.841	7.009																																		
Ativos financeiros						23.002	18.794																																							
Circulante					Passivo																																									
Caixa e bancos	20	-	13	-	Financiamentos	71.554	75.450																																							
Aplicações financeiras	-	16.730	-	12.327																																										
Contas a receber de clientes	3.580	-	2.903	-																																										
Não circulante																																														
Aplicações financeiras vinculadas	-	6.272	-	6.467																																										
Partes relacionadas (nota 9)	4.313	-	4.112	-																																										
Passivos financeiros																																														
Circulante																																														
Fornecedores	539	-	447	-																																										
Financiamentos (nota 13)	5.373	-	4.936	-																																										
Partes relacionadas (nota 9)	860	-	119	-																																										
Não circulante																																														
Financiamentos (nota 13)	66.181	70.513	-	-																																										
<p>(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.</p> <p>• Caixa e bancos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.</p> <p>• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.</p> <p>• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:</p> <p>• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.</p> <p>• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses movida por considerações do negócio.</p> <p>• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.</p> <p>20 Gerenciamento integrado dos riscos</p> <p>A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.</p> <p>(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.</p> <p>(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>16.730</td> <td>12.327</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>6.272</td> <td>6.467</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.580</td> <td>2.903</td> </tr> </tbody> </table> <p>(iii) Risco de liquidez</p> <p>Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos.</p> <p>O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>539</td> <td>447</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>71.554</td> <td>75.450</td> </tr> </tbody> </table> <p>(iv) Risco de mercado</p> <p>Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, entre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.</p> <p>Exposição ao risco de taxa de juros</p> <p>Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:</p>													Valor contábil		2023	2022	Aplicações financeiras	16.730	12.327	Aplicações financeiras vinculadas	6.272	6.467	Contas a receber de clientes	3.580	2.903	Valor contábil		2023	2022	Fornecedores	539	447	Financiamentos	71.554	75.450											
Valor contábil																																														
2023	2022																																													
Aplicações financeiras	16.730	12.327																																												
Aplicações financeiras vinculadas	6.272	6.467																																												
Contas a receber de clientes	3.580	2.903																																												
Valor contábil																																														
2023	2022																																													
Fornecedores	539	447																																												
Financiamentos	71.554	75.450																																												
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. Curitiba - PR</p> <p>Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre</p> <p>detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Curitiba, 21 de março de 2024.</p> <p>KPMG</p> <p>KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertonecello CRC SP-0144228/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O</p> <p>Diretoria</p> <p>Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora Pedro Paganni Lopes - Contador - CRC PR - 077115/O-1 Zhigang Yao - Diretor</p>																																														



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/35E1-63C0-8AC5-306A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 35E1-63C0-8AC5-306A



Hash do Documento

9BB096BA7871B4AC44B4390C2BD8EE589691F59D00B9DC563FC03EDF7DC6A59C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:03 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

